



# **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria**

## **Os Movimentos Migratórios para a Europa – Implicações para a Segurança Nacional**

**Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria Jorge Manuel de Jesus Amaral**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, junho de 2016**



# **ACADEMIA MILITAR**

**Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria**

## **Os Movimentos Migratórios para a Europa – Implicações para a Segurança Nacional**

**Autor: Aspirante a Oficial Aluno de Infantaria Jorge Manuel de Jesus Amaral**

**Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino**

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada**

**Lisboa, junho de 2016**

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu avô (1924-2016) e ao meu tio (1954-2016).

Aos meus pais e à minha irmã,

Por todo o apoio, e por tudo aquilo que representam para mim.

## **AGRADECIMENTOS**

Este Trabalho de Investigação Aplicada, representa o culminar de um longo caminho percorrido, e para que este chegasse ao seu término, devo a minha gratidão a várias pessoas, que contribuíram com o seu saber.

Quero agradecer em primeiro lugar ao Tenente-Coronel de Infantaria Luís Bernardino, que para além de me ter aceite como seu orientado, prestando todo o auxílio que necessitei, conseguiu ainda antes disso despertar o meu interesse para esta área, a par dos restantes docentes da cadeira de Relações Internacionais da Academia Militar.

Ao Tenente Coronel de Infantaria António Oliveira, pelo seu constante empenho e preocupação, pois como diretor de curso sempre demonstrou incansável com os assuntos relacionados com os seus Tirocinantes.

Ao Excelentíssimo Professor Doutor Adriano Moreira, Sr. General Valença Pinto, Sr. Coronel Nuno Lemos Pires, Sr. Coronel Gil Prata, Sr. Professor José Fontes, Sr. Tenente-Coronel Proença Garcia, Sr<sup>a</sup> Professora Teresa Ferreira Rodrigues e ao Sr. Tenente Pedro Meneses, que prontamente aceitaram colaborar para a presente investigação, com a realização de entrevistas.

A todos aqueles, que de diferentes formas contribuíram com a sua opinião, experiência e conhecimentos.

À minha namorada, pelo apoio, e pela ajuda na revisão deste trabalho de investigação.

Ao meu curso de entrada na Academia Militar, curso Brigadeiro D. Carlos de Mascarenhas, aos que continuam comigo nesta caminhada e aos que infelizmente ficaram pelo caminho.

Um agradecimento em especial aos meus camaradas do curso de Infantaria, minha segunda família, pela vossa amizade e camaradagem, em todos os momentos, especialmente neste último ano.

Por último, mas não menos importante, à minha família, que sempre me apoiou nas minhas decisões e por tudo o que fez por mim. Se sou hoje motivo de orgulho para vós, também em vós reside a minha força e determinação.

## EPÍGRAFE

*“Não quero que a minha casa seja cercada de muros por todos os lados, nem que as minhas janelas sejam tapadas. Quero que as culturas de todas as terras sejam sopradas para dentro da minha casa, o mais livremente possível. Mas recuso-me a ser desapossado da minha por qualquer outra”*

(Mahatma Gandhi)

## RESUMO

Os recentes movimentos migratórios para a Europa decorrentes da atual crise de refugiados é dos temas mais debatidos na atualidade. A instabilidade em países de África e do Médio Oriente, associada a Estados frágeis, cujas instituições deixaram de exercer o efetivo controlo, desenvolvendo-se sob a forma de conflitos armados, muitas vezes fundamentados em radicalismos de natureza étnica, religiosa e ideológica, estão na base das principais causas que provocaram os recentes movimentos migratórios descontrolados e sem precedentes. Estes massivos fluxos migratórios, terão necessariamente repercussões a vários níveis quer sobre as populações deslocadas, quer sobre as comunidades de acolhimento.

As migrações atuais adquirem novos contornos, que nos levam a inserir este tema na agenda de investigação dos estudos de segurança. É neste âmbito que surge a investigação intitulada “Os Movimentos Migratórios para a Europa – Implicações para a Segurança Nacional”, que tal como o tema sugere, tem como objetivo primordial apurar quais as principais implicações para a segurança de Portugal, decorrentes dos atuais movimentos migratórios para a Europa, acabando também por propor algumas medidas de nível estratégico e operacional que permitam minorar os impactos na segurança.

Assim sendo, a metodologia utilizada nesta investigação tem por base o método de investigação hipotético-dedutivo, que para a validação ou não das respetivas hipóteses formuladas, recorreu-se à realização de entrevistas a entidades que muito têm a dizer sobre esta temática.

Conclui-se com a presente investigação que, apesar de Portugal, não fazer parte dos principais destinos desta recente vaga de imigrantes, e de as consequências destes massivos movimentos migratórios não serem fáceis de prever a médio e longo prazo, o nosso país, como parte integrante da UE e signatário do acordo de *Schengen*, depara-se com um conjunto de ameaças de natureza global, que podendo ser potenciadas por este fenómeno, também podem colocar em causa a nossa segurança.

**Palavras-chave:** Migrações, Refugiados, Segurança.

## ABSTRACT

The recent migration to Europe arising from the current refugee crisis are on the most debated topics nowadays. The instability in countries in Africa and the Middle East , coupled with fragile states whose institutions failed to exercise the effective control , developing in the form of armed conflicts , often based on radicalism of ethnicity, religious and ideological , are in base of the main causes that caused the recent uncontrolled and unprecedented migration. These massive migration flows necessarily have an impact at various levels both on displaced populations, either on the host communities.

Current migration acquired new characteristics, which lead us to insert this topic in the research agenda of security studies. It is in this context that comes the research entitled "Migratory Movements for Europe - Implications for National Security ", such as the theme suggests, has the primary objective to ascertain what are the main implications for the security of Portugal, resulting from the current migratory movements for Europe also eventually propose some strategic and operational level measures to ease the impact on safety.

Therefore, the methodology used was based on the hypothetical-deductive research method, which to provide the validation or not the respective formulated hypothesis, it was necessary to resort to interviewing entities that have much to say about this subject.

It is concluded with this research that although Portugal, not part of the main destinations of this recent wave of immigrants, and the consequences of these massive migratory movements are not easy to predict the medium and long term, our country, as part of EU and signatory to the *Schengen* agreement, is faced with a set of global nature threats, which can be enhanced by this phenomenon, can also jeopardize our security.

**Keywords:** Migration, Refugees, Security.

## ÍNDICE GERAL

<b>DEDICATÓRIA .....</b>	<b>i</b>
<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>ii</b>
<b>EPÍGRAFE .....</b>	<b>iii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>iv</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>v</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>viii</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS .....</b>	<b>ix</b>
<b>LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS .....</b>	<b>x</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS .....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL .....</b>	<b>5</b>
1.1 Nota Introdutória.....	5
1.2 A migração internacional.....	5
1.3 O conceito de Segurança Nacional .....	7
1.4 Ameaças e Riscos .....	9
1.5 Ameaças e Riscos no Contexto Internacional.....	11
1.6 Ameaças e Riscos no Contexto Nacional Português .....	12
<b>CAPÍTULO 2 – O FENÓMENO MIGRATÓRIO .....</b>	<b>14</b>
2.1 Nota Introdutória.....	14
2.2 O Atual Panorama Migratório .....	15
2.3 Fatores que levam à migração .....	16



2.4.As Principais Rotas Migratórias atuais para a Europa.....	20
<b>CAPÍTULO 3 – AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E AS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA.....</b>	<b>23</b>
3.1 Segurança e Migrações .....	23
3.2 O Espaço <i>Schengen</i> .....	26
3.3 A Imigração em Portugal .....	28
<b>CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA.....</b>	<b>30</b>
4.1 Generalidades.....	30
4.2 Método de Abordagem ao Problema e Justificação.....	30
4.3 Descrição das Técnicas, Procedimentos e Meios .....	31
4.4 Modelo de Análise .....	32
<b>CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS</b>	<b>34</b>
5.1 Caracterização dos Entrevistados .....	34
5.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas .....	34
<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>49</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>AP I</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>AN I</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das Principais Rotas Migratórias Para a Europa.....	20
Figura 2 - The Global Risks Interconnections Map 2016 .....	AN I
Figura 3 - The Changing Global Risks Landscepe 2015-2016 .....	AN II
Figura 4 - The Global Risks 2016 .....	AN III
Figura 5 - The Most Likely Global Risks 2016: A Regional Perspective.....	AN IV
Figura 6 - População Estrangeira Residente em Portugal .....	AN V
Figura 7 – Evolução da População Estrangeira Residente em Portugal.....	AN VI

## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão A1 .....	35
Quadro 2 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão A2 .....	37
Quadro 3 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão B1 .....	39
Quadro 4 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão B2 .....	41
Quadro 5 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão B3 .....	42
Quadro 6 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão C1 .....	44
Quadro 7 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão C2 .....	46
Quadro 8 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão D1 .....	48
Tabela 1 - Principais Causas das Migrações .....	18
Tabela 2 - Migrantes e Tipos de Ameaças/Riscos à Segurança dos Estados .....	25
Tabela 3 - Codificação Alfanumérica das Entrevistas .....	AP VI
Tabela 4 - Análise de Resultados da Questão A1 .....	AP VII
Tabela 5 - Análise de Resultados da Questão A2 .....	AP IX
Tabela 6 - Análise de Resultados da Questão B1 .....	AP XI
Tabela 7 - Análise de Resultados da Questão B2 .....	AP XIII
Tabela 8 - Análise de Resultados da Questão B3 .....	AP XIV
Tabela 9 - Análise de Resultados da Questão C1 .....	AP XVI
Tabela 10 - Análise de Resultados da Questão C2 .....	AP XVIII
Tabela 11 - Análise de Resultados da Questão D1 .....	AP XXI

## LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A – Guião Da Entrevista .....	AP I
Apêndice B - Caracterização dos Entrevistados.....	AP IV
Apêndice C – Codificação Alfanumérica das Entrevistas.....	AP VI
Apêndice D - Análise de Resultado da Questão A1 .....	AP VII
Apêndice E - Análise de Resultado da Questão A2 .....	AP IX
Apêndice F – Análise de Resultado da Questão B1 .....	AP XI
Apêndice G - Análise de Resultado da Questão B2 .....	AP XIII
Apêndice H - Análise de Resultado da Questão B3 .....	AP XIV
Apêndice I - Análise de Resultado da Questão C1.....	AP XVI
Apêndice J - Análise de Resultado da Questão C2 .....	AP XVIII
Apêndice L - Análise de resultado da questão D1.....	AP XXI
Anexo A - The Global Risks Interconnections Map 2016 .....	AN I
Anexo B - The Changing Global Risks Landscepe 2015-2016.....	AN II
Anexo C – The Global Risks 2016.....	AN III
Anexo D – The Most Likely Global Risks 2016: A Regional Perspective .....	AN IV
Anexo E – População Estrangeira Residente em Portugal (2014) .....	AN V
Anexo F – Evolução da População Estrangeira Residente em Portugal (2014).....	AN VI

## LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>ACT</b>	<i>Allied Command for Transformation</i>
<b>AM</b>	Academia Militar
<b>APA</b>	<i>American Pshycological Association</i>
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CEM</b>	Conceito Estratégico Militar
<b>CRP</b>	Constituição da República Portuguesa
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>EUROSTAT</b>	Autoridade de Estatística da União Europeia
<b>FA</b>	Forças Armadas
<b>FRONTEX</b>	Agencia Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras
<b>IOM</b>	<i>International Organization for Migration</i>
<b>NATO</b>	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> (ver OTAN)
<b>NeD</b>	Nação e Defesa
<b>NEP</b>	Norma de Execução Permanente
<b>PNUD</b>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>RASI</b>	Relatório Anual de Segurança Interna
<b>RIFA</b>	Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo
<b>SEF</b>	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
<b>SSI</b>	Sistema de Segurança Interna
<b>TIA</b>	Trabalho de Investigação Aplicada
<b>TN</b>	Território Nacional
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UN</b>	<i>United Nations</i> (ver ONU)
<b>UNHCR</b>	<i>United Nations High Commissioner for Refugees</i> (ver ACNUR)
<b>UNRIC</b>	Centro Regional de Informação das Nações Unidas

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), representa a conclusão de um ciclo de estudos do mestrado integrado ministrado na Academia Militar (AM), dos cursos para Oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR). Este trabalho, surge num culminar de um processo avaliativo de cinco anos, no presente caso, parte integrante do mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria.

O tema deste trabalho, intitulado “Os Movimentos Migratórios para a Europa - Implicações para a Segurança Nacional” surge no atual contexto da crise migratória, onde milhares de migrantes vêm a Europa como um espaço de bem-estar e de oportunidades. Não podemos ignorar os direitos humanos, nem muito menos os impactos positivos e de oportunidade que os movimentos migratórios têm nas sociedades receptoras, particularmente na Europa envelhecida. No entanto, tem que haver, naturalmente, uma preocupação ao nível da segurança, principalmente quando esses números são uma anormalidade, e se transforma só por si num fenómeno que tem impacto na sociedade e na segurança, sendo esse o principal intuito deste trabalho de investigação.

Os fluxos migratórios contemporâneos passaram a ser tratados com particular incidência no pós-Guerra Fria como um problema de segurança. Outros acontecimentos como os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 e subsequentes, os distúrbios sociais em França, bem como os recentes ataques em Paris e Bruxelas, levam-nos a inserir a migração internacional na agenda de investigação dos estudos de segurança. Também ainda recentemente assistimos à designada “Primavera Árabe” que transformou o norte de África o qual continua em mutação. “Os novos chegados diferem dos antigos, da tradicional diáspora dos países africanos de língua portuguesa, por muitas e complexas razões.” (Grassi, 2007, p.23).

Muitas são as causas que levam as pessoas a moverem-se pelo mundo, e é importante perceber melhor quais as principais razões que estão na origem destas movimentações, principalmente quando esses fluxos se apresentam em grande escala e têm implicações na sociedade e na segurança dos países.

Pretende-se desta forma, verificar que fenómenos com impacto para a segurança, poderão estar relacionados ou associados ao fenómeno migratório. Salientar as medidas efetivas ao nível estratégico e operacional, por parte da União Europeia (UE), que permitam controlar estes massivos fluxos migratórios. Pretende-se assim verificar essencialmente se a Segurança Nacional pode vir a ser comprometida, e enunciar algumas medidas preventivas que devam ser tomadas pelo Estado para minimizar os impactos na sua segurança e defesa.

A escolha deste tema prende-se com o facto de ser uma realidade atual, alvo de discussão na agenda política internacional, que por diversos fatores, alguns já enunciados, tem havido a necessidade de incluir este fenómeno nos estudos de segurança. A escolha do tema, passou também, pela sua relevância à luz da documentação estratégico-política atual em Portugal, nomeadamente no Conceito Estratégico Militar (CEM) 2014, e no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) 2013<sup>1</sup>. Este último refere explicitamente que Portugal se depara neste momento com ameaças de natureza global, que podem por diretamente em causa a nossa segurança. Portanto todas as ameaças e riscos que se apresentam à Europa na atualidade, poderão ter implicações em Portugal, ainda que possa ser ou não numa escala diferente.

Através deste estudo pretende-se verificar quais as potenciais e principais consequências para a Segurança Nacional derivadas dos massivos movimentos migratórios contemporâneos originários do Médio Oriente e da África Subsariana. Iremos verificar que implicações para a segurança estas correntes migratórias estão a trazer para a Europa, e se trarão potenciais implicações para a segurança em Portugal.

Neste contexto, o presente Trabalho de Investigação Aplicada propõe-se a atingir os seguintes objetivos:

#### **Objetivo Geral:**

Pretende-se verificar, quais serão as principais implicações para a Segurança Nacional decorrentes dos atuais movimentos migratórios para a Europa.

#### **Objetivos Específicos:**

1. Pretende-se perceber quais são as principais causas, que estão na origem da atual crise migratória que está a atingir a Europa;

---

<sup>1</sup> Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013), acedido a 15 de abril de 2015, Disponível em: [https://www.defesa.pt/Documents/20130405\\_CM\\_CEDN.pdf](https://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf).

2. Estudar quais as principais ameaças e riscos que poderão estar relacionados com os movimentos migratórios;
3. Verificar quais as medidas que a União Europeia tem adotado para controlar estes fluxos migratórios, e se estas medidas têm sido suficientes para fazer face a esta problemática;
4. Perceber se os atuais fluxos migratórios, podem potenciar os fenómenos de carácter terrorista e de crime organizado;
5. Verificar quais as principais medidas que ainda faltam implementar, quer ao nível estratégico, quer ao nível operacional para minorar os impactos na segurança;
6. Propor um conjunto de medidas que Portugal deverá adotar preventivamente ao nível da Segurança.

Como fio condutor para atingir os objetivos acima descritos, foi levantada a seguinte questão central: **“Quais as principais implicações para a Segurança Nacional em Portugal que derivam dos movimentos migratórios para a Europa?”**. Esta questão é aquela “através da qual o investigador tenta exprimir o mais claramente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.32). Apesar de não ser uma questão nova nem inédita (Rodrigues, 2010), adquire novos contornos e dimensões nas sociedades atuais, em particular na Europa envelhecida, que tem demonstrado a sua fragilidade perante a atual crise migratória.

O presente trabalho de investigação, foi elaborado tendo por base a Norma de Execução Permanente (NEP) número 520/4ª versão de 11 de maio de 2015 estabelecidas pela Academia Militar (AM), bem como a Norma da American Psychological Association (APA).

Este trabalho encontra-se dividido em cinco capítulos, precedidos pela Introdução e sucedidos pelas Conclusões e Recomendações.

Na Introdução, pretendemos essencialmente fazer um enquadramento da investigação, apresentar a pertinência e justificação da sua escolha e dar a conhecer os objetivos gerais e objetivos específicos. É também aqui formulada a questão central e enunciada a estrutura do trabalho, que orienta toda a metodologia do estudo.

Nos três capítulos que se seguem, é feito um enquadramento teórico resultante da revisão da bibliografia, dando a conhecer o “estado da arte”, focando os principais conceitos, perspetivas teóricas e pesquisas empíricas de referência e relevantes para o problema em estudo.



No primeiro capítulo “Enquadramento Conceptual” definimos os principais conceitos que estarão presentes no decorrer de todo o trabalho, sendo eles os conceitos de segurança, (remetendo-nos principalmente para “Segurança Nacional”), “ameaça” e “risco”, apresentando a relação entre os mesmos. Seguidamente apresentamos uma visão das principais ameaças e riscos no contexto internacional bem como no contexto nacional, que se apresentam como um desafio à segurança na atualidade.

No capítulo seguinte, “O Fenómeno Migratório”, remetemo-nos principalmente para as migrações internacionais e irregulares atuais, apresentando o atual panorama migratório internacional, com especial enfoque no continente europeu. Abordamos também as principais rotas migratórias que têm a Europa como destino, dando uma visão do panorama migratório atual, internacional e mais especificamente na europa, bem como os fatores/causas que levam a estas migrações em grande escala.

No terceiro capítulo “As Migrações Internacionais e as Implicações para a Segurança”, relacionamos o fenómeno migratório com as potenciais ameaças e riscos que este poderá representar para as sociedades receptoras. Neste sentido é feita também uma alusão ao Espaço *Schengen*, abordando alguns pontos de vista que indicam que este pode estar comprometido. Terminamos dando uma abordagem à imigração em Portugal.

Segue-se o capítulo quatro, “Metodologia de Investigação Científica” onde é referido o método de abordagem ao problema de investigação, a descrição de técnicas de recolha de dados, bem como os procedimentos e meios utilizados, finalizando com a apresentação do modelo de análise. As técnicas de tratamento e análise de dados são abordadas no início do capítulo seguinte.

Já no capítulo cinco, “Apresentação, Análise e Discussão de Resultados”, referente ao trabalho de campo, fazemos uma análise quantitativa e essencialmente qualitativa das entrevistas realizadas a sete entidades, que nos ajudarão mais à frente a dar resposta às questões de investigação levantadas numa fase inicial do trabalho, bem como verificar as hipóteses de investigação.

Finalmente temos as “Conclusões e Recomendações” onde validamos ou infirmamos as hipóteses, respondemos às questões de investigação, terminando como uma síntese conclusiva e recomendações para possíveis futuras investigações.

# **CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL**

## **1.1 Nota Introdutória**

No âmbito deste Trabalho de Investigação Aplicada, o qual aborda as migrações atuais com potenciais reflexos na Segurança das sociedades receptoras, importa definir alguns conceitos que estarão marcadamente presentes ao longo de todo o trabalho. Através de uma revisão de literatura efetuada, às mais diversas fontes, denota-se que conceitos como os de “ameaça” e “risco” (que iremos definir), conceitos estes ligados à Estratégia, são muitas vezes utilizados de forma desadequada, tal como refere Sequeira (2014).

Sendo esta investigação, subordinada ao tema “Os Movimentos Migratórios para a Europa – Implicações para a Segurança Nacional”, em que se pretende identificar os principais impactos para a segurança, que estes fluxos migratórios poderão ter nas sociedades receptoras, particularmente no contexto Europeu, e finalmente no contexto nacional português, revela-se então necessário definir conceitos como Segurança, mais precisamente Segurança Nacional, apesar de este ser alvo ainda de muita discussão nos dias que correm. Também os conceitos de migração, migrante e refugiado, carecem naturalmente de uma abordagem conceptual.

Para finalizar este capítulo, faremos uma abordagem às principais ameaças e riscos que se apresentam atualmente às sociedades, num contexto global, nunca perdendo o fio condutor deste trabalho.

## **1.2 A migração internacional**

Num mundo cada vez mais interconectado, a migração internacional tornou-se uma realidade que toca quase todos os cantos do globo. Conflitos internos, pobreza e a falta de empregos dignos estão entre as muitas razões que obrigam massas enormes de populações a abandonar os seus países em busca de um futuro melhor. (UN, 2015).<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> United Nations (2015). In *International Migration Report 2015* Acedido a 12 de maio de 2016 Disponível em:

Para Nazareth (1999)<sup>3</sup>, migração não é mais que um movimento de pessoas, ou de grupos de pessoas, de um lugar para o outro, com intenção de fixar residência num novo local, podendo-se dividir este conceito em: emigração, imigração e migrações internas (dentro de uma mesma nação soberana).

Para o EUROSTAT (2001), na União Europeia: o conceito de migração envolve as variáveis espaço e tempo. Quando se fala em espaço, tem-se em conta o local de partida e por outro lado o local de acolhimento ou de chegada, o mesmo se passa com o factor tempo uma vez que a duração da estadia tem de ser definida em cada um desses lugares. De uma forma abrangente, definem migração, como um ou mais movimentos resultando na mudança do local de residência de um individuo. Referimos também a definição sugerida pela National Geographic (2005), que se refere a migração, como um movimento de pessoas de um lugar do mundo para o outro tendo como finalidade assumir residência permanente ou semipermanente<sup>4</sup>, sendo esse movimento por opção própria ou sendo forçados a mover. Para a *International Organization for Migration* (IOM) (2016), migração inclui: a migração de refugiados, pessoas deslocadas, migrantes económicos e pessoas que se deslocam com outros fins, incluindo reagrupamento familiar.

De acordo com Mota (2015), distinguir migrante daquele que pede asilo e refugiado não é um processo fácil de enquadrar no domínio das leis e convenções internacionais. De acordo com a IOM (2016), migrante é qualquer pessoa que se mova através de uma fronteira internacional ou mesmo dentro de um Estado, independentemente do seu estatuto jurídico, podendo o movimento ser voluntário ou não. Já, de acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (de 1951)<sup>5</sup>, definição ainda adotada pela IOM, “são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa (...)”. Definições mais amplas passaram a considerar como refugiados “as pessoas obrigadas a deixar o seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.”, como adianta a mesma convenção. Já os requerentes de asilo<sup>6</sup> são

---

[http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015\\_Highlights.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf)

<sup>3</sup> Citado a partir de: Ribeiro (2008) Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico. Lisboa: Gradiva.

<sup>4</sup> Movimentos sazonais de migrantes (trabalhadores agrícolas por exemplo).

<sup>5</sup> ACNUR (2016), In *Perguntas e respostas*, Acedido a 20 de abril de 2016, Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/?L=hwtmowasisqlsdz>

<sup>6</sup> Também a IOM (2016), define requerentes de asilo como qualquer pessoa que procure segurança, num país que não o seu próprio, contra a perseguição ou ofensa grave, e aguarda uma decisão sobre o pedido do

aqueles que solicitam o estatuto de refugiado em outro Estado, geralmente com base num receio fundamentado de perseguição no seu país de origem, ou sentindo que a sua vida ou liberdade esteja ameaçada por um conflito armado ou de violência. (Papademetriou, 2008).

Como se observa a distinção entre os termos não é totalmente clara, sendo que o termo migrante é muitas vezes visto como um termo genérico para os três grupos. Por outras palavras, pode-se entender que todos os refugiados são migrantes, mas nem todos os migrantes são refugiados (Mota, 2015). Reforçando esta ideia, segundo uma perspetiva mais atual relativamente a esta ultima crise migratória, “os milhares de pessoas que tentam entrar na Europa são tecnicamente migrantes – movem-se de um território para o outro – mas são sobretudo refugiado/as: fogem à perseguição, à violência à violação dos seus direitos humanos, ao colapso dos seus estados frágeis, fogem à morte.”<sup>7</sup> (Ferro, 2015)

### 1.3 O conceito de Segurança Nacional

Quando falamos em “segurança”, falamos num conceito complexo de definir, podendo mesmo esta não ser considerada como um conceito, mas sim uma perceção. No entanto, numa tentativa de encontrar uma definição, podemos considerar o conceito de segurança, em termos amplos, como “a busca da libertação relativamente à ameaça<sup>8</sup>, sendo a resultante da interação entre as vulnerabilidades de uma unidade política e as ameaças que a mesma enfrenta” (Waever et. al. 1993, p. 23).

Brandão (2004), considera que tem vindo a afirmar-se uma tendência para o alargamento do conceito de segurança, passando a incluir questões como a segurança económica, segurança do ecossistema e outras que incluem também o crime internacional organizado, os movimentos migratórios em grande escala entre outros problemas, sendo estes os mais recentes. Remetendo-nos para o problema em estudo, outros autores, vieram (mais recentemente) reforçar esta ideia, referindo que nesta alargada concepção de segurança, as migrações “podem ser vistas como um risco para a soberania de um Estado, da sociedade como um todo e dos vários grupos que a compõem, incluindo as minorias

---

estatuto de refugiado ao abrigo dos instrumentos internacionais e nacionais. Para Papadopoulos (2011) os movimentos de muitos requerentes de asilo são facilitados através de redes de contrabando de migrantes, uma vez que muitos destes são incapazes de adquirir documentos de viagem ilegalmente.

<sup>7</sup> Ferro, M. (2016) O Século das pessoas em fuga. Acedido a 20 de abril de 2016, Disponível em: <http://www.dn.pt/opinioao/opinioao-dn/convidados/interior/o-seculo-das-pessoas-em-fuga-4763728.html>

<sup>8</sup> Ameaça pode ser definida como qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria ou pode contrariar a consecução de um objectivo, que por norma é causador de danos morais e/ou materiais” (Couto, 1988, p. 329).

étnicas, porque provocam uma alteração da composição identitária então vigente.” (Rodrigues, 2010, p.35).

Problemas estes, remetem-nos para outros conceitos, como o de Segurança Nacional. No entanto, para uma melhor percepção do conceito de Segurança Nacional, torna-se necessário também definirmos o conceito de Defesa Nacional, que é muito comumente confundido com o primeiro conceito e aquele que queremos definir em primeiro lugar neste trabalho.

Segundo a Lei de Defesa Nacional aprovada em Diário da República em 7 de julho de 2009:

“A Defesa nacional tem por objetivos garantir a soberania<sup>9</sup> do Estado, a independência nacional e a integridade territorial de Portugal, bem como assegurar a liberdade e a segurança das populações e a proteção dos valores fundamentais da ordem constitucional contra qualquer agressão ou ameaças externas, (...) assegura ainda o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional”. (Lei de Defesa Nacional, 2009, p.9).

Ainda que Segurança Nacional se possa tratar de um termo e não de um conceito, têm surgido algumas definições. Enquanto que a Defesa Nacional passa por um conjunto de medidas para garantir a soberania do Estado, a Segurança Nacional pode ser definida como:

“A condição de Nação, que se traduz pela permanente garantia da sua sobrevivência, paz e Liberdade, assegurando a soberania, independência<sup>10</sup> e unidade, a integridade do território, a salvaguarda colectiva de pessoas e bens e dos valores espirituais, o desenvolvimento normal das tarefas do Estado, a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e pleno funcionamento das instituições democráticas.” (Cardoso, 1979, p.9).

Os conceitos de Segurança e Defesa, para além de serem facilmente confundidos, estão naturalmente ligados. “Segurança e Defesa são conceitos tradicionalmente inseparáveis, porque o primeiro significa *the guarantee of safety* (...) também o mesmo conceito, quando qualificado de segurança nacional, faz evidenciar todos os objetivos da defesa...” (Moreira, Adriano, 1988, p.39). Então sendo o conceito de segurança e defesa inseparáveis, e uma vez que assistimos a uma evolução destes conceitos, Segurança Nacional pode significar segundo uma perspectiva mais recente:

---

<sup>9</sup> “Poder que não tendo no seu território qualquer poder igual, não reconhece exteriormente qualquer poder superior” (Bodin, citado por Adriano Moreira em Nação e Defesa, Nº30, 1984, p.41). Relativamente ao citado “embora este conceito de soberania seja contestado pelo aparecimento e afirmação de uma ética internacional – em respeito pleno pelas leis de um povo, mas também pela sua ética, parece ser a chave para regimes mais duradouros, mais democráticos e mais políticos.” (Ferro, 2016, p. 47).

<sup>10</sup> “É a situação que facultaria a cada Estado o poder de tomar decisões ou opções políticas apesar da possibilidade de coações externas ou internas” (Oliveira, 1980, p.37).

“Uma segurança não circunscrita ao valor e condição de nação (mas também a ações que garantem a paz das pessoas e a liberdade das instituições, ao nível estatal, regional e global e uma defesa que se traduz no conjunto de ações, militares e não militares (de *hard*<sup>11</sup> e *soft power*<sup>12</sup>) que visam fazer face a diferentes ameaças e riscos, garantindo a segurança, nos seus diferentes níveis.” (Borges, 2010, p.8)<sup>13</sup>

Conclui-se assim que, ainda que o termo de Segurança Nacional não seja considerado no quadro constitucional, julga-se pertinente vir a ser incluído, pois tendo formalmente o mesmo significado de Defesa Nacional ainda que numa perspectiva mais abrangente, remete-nos para uma Defesa restrita à Defesa militar, sendo essa apenas uma das componentes da Segurança Nacional (Baleizão, 2011). Esta deve ser “resultante de um conjunto de políticas do Estado, devidamente articuladas (...) que englobe ações coordenadas de segurança interna e externa, cuja fronteira está atualmente desvanecida” (Garcia, 2006, p.363).

#### 1.4 Ameaças e Riscos

Para Vieira Borges “com a crescente globalização<sup>14</sup>, de que a mais recente crise económica e financeira tem sido um bom exemplo de incapacidade de controlo estatal e mesmo regional, temos assistido ao “domínio das ameaças globais<sup>15</sup>”, e à capacidade crescente do Estado para, isoladamente, fazer face às diferentes ameaças”. (2009, p.2)

A segurança, foi sempre uma das aspirações dominantes, quer para o indivíduo, quer para grupos e sociedades, portanto tudo o que possa pôr em causa essa segurança, deve ser motivo de preocupação (Lucena, 1992).

Tem sido recorrente “a utilização genérica da expressão “riscos e ameaças” num sentido mais global das ameaças<sup>16</sup>”, (Vieira Borges, 2009, p.3), no entanto sendo para nós

---

<sup>11</sup> Este poder, inclui os meios coercivos, como Forças Armadas. (Klare, 2015). Poder que continua a ser crucial num mundo em que os Estados tentam salvaguardar a sua independência, contra grupos não-estatais dispostos a recorrer à violência. (Nye, 2005).

<sup>12</sup> Conceito apresentado por Nye na década de 1980, pressupõe o exercício do poder no sentido de procurar o consenso, colocando para segundo plano o uso da força. Neste contexto, *soft power*, é aquele que nos ajudará a lidar com as questões globais críticas, que exigem a cooperação multilateral entre os Estados. É o *soft power* que irá impedir os terroristas de recrutar apoiantes entre a maioria moderada (...). (Nye, 2005).

<sup>13</sup> Segurança Nacional “Envolve a satisfação de dois objetivos – Bem-estar e Segurança – que mutuamente se potenciam, considerados como objetivos básicos de qualquer unidade política.” (Loureiro dos Santos, 2005).

<sup>14</sup> O processo de diluição das fronteiras tradicionais, de aumento das interdependências e das interações, o acréscimo de intercâmbios transnacionais e a intensificação dos processos e das atividades que fazem do mundo cada vez mais um único lugar” (Luís Tomé, 2003, p.17).

<sup>15</sup> Dá o exemplo do Terrorismo Transnacional e Armas de Destruição Maciça, ameaças que “têm hoje mais acuidade devido ao esbater das fronteiras e por consequência ao derrube dos tradicionais limites entre segurança interna e externa dos Estados.” (Vieira Borges, 2009, p.2).

<sup>16</sup> O próprio CEM 2014 não faz uma distinção clara neste aspeto.

o conceito de “ameaça” uma variável estratégica<sup>17</sup> (como aprendemos nos “bancos” da Academia Militar), importa fazer a distinção entre estes dois termos, ainda que não os possamos alterar ou “manipular” nos estudos que apresentamos no decorrer deste trabalho. Nessa sequência, Definimos então o conceito de ameaça como “qualquer acontecimento ou ação (em curso ou previsível) que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos, materiais e morais” (Couto,1988, p.329) definição adoptada ainda nos dias de hoje. Pressupõe-se assim, que um determinado adversário ou situação é gerador de ameaça se tiver possibilidades ou capacidades (meios), e se possuir ainda uma intenção. (Escorrega, 2009). Reforçando ainda Sequeira (2014) citando Mendes Dias, refere que é precisamente a intencionalidade de um ser racional<sup>18</sup> que move a ação. Para prever estas intencionalidades é necessário, segundo Couto (1988), analisar: os seus interesses nacionais, os objetivos específicos, as estratégias em curso, os padrões de comportamento e os valores dos decisores.

Sequeira (2014), refere que por vezes os termos “Adversário” e “Ameaça” são confundidos, sendo que o primeiro é a entidade de onde provem uma ação ou acontecimento, pressupondo intencionalidade, visando determinado objectivo, sendo que o segundo, é o facto que nos pode causar dano. Também para o mesmo autor, quando nos referimos a ameaças menos prováveis, necessariamente lhe alocamos recursos mais reduzidos, sendo que nessa situação estamos a correr riscos, ainda que conscientes. Para Vieira Borges refere que “os riscos que têm sido crescentemente associados às ameaças, constituem na realidade ameaças que não se conseguem garantir com os meios de defesa (militar e não militar) e em face de decisões que obrigam ao estabelecimento de prioridades” (2009, p.3).

Outra distinção destes dois conceitos é proposta por Correia (2001), que refere que quando falamos em ameaça, pressupõe-se uma intenção, um agente racional, enquanto que o risco subentende também o acaso ou fenómeno natural e pode ser imprevisível. Também dentro desta perspectiva Escorrega (2009), refere que o risco tem uma relação direta com o planeamento, pois é necessário assumir situações que provoquem menor dano, em relação a outras, que entendidas como ameaças, merecem especial atenção e tratamento. “É

---

<sup>17</sup> “Assistimos a uma “tentativa de “branqueamento social “ da palavra ameaça. Não só devido ao domínio das ameaças globais, mas também a uma maior transparência dos conceitos estratégicos e livros de defesa (...) no entanto as ameaças continuam a ser uma variável incontornável do planeamento estratégico. (Vieira Borges, 2009, p. 4)

<sup>18</sup> Racionalidade ou “universo racional” é o terceiro elemento da «maravilhosa trindade» (wunderliche Dreifaltigkeit), modelo interpretativo de guerra, de Clausewitz. Esta racionalidade poderá ser representada pela dimensão política. (Barrento, 2009)

necessário fazer escolhas e correr riscos, planeando-se para a hipótese mais provável (...) assumem-se então, os riscos estratégicos.” (2009, p.5). “A ameaça deve ser objecto da estratégia, mas o risco só pode ser objecto do planeamento” (Correia, 2001, p.66).

### 1.5 Ameaças e Riscos no Contexto Internacional

O *Global Risk Report* de 2016, elaborado pelo *World Economic Forum*<sup>19</sup>, analisa os impactos e a probabilidade de riscos globais que se apresentam no cenário internacional no próximo ano e num período de dez anos. Este relatório enuncia entre outros, os principais riscos que se apresentam à segurança das sociedades atualmente (divididos por cinco categorias<sup>20</sup>). São eles: a crise de refugiados, ataques terroristas, Armas de destruição maciça, mudanças climáticas, falta de água, conflitos interestaduais, catástrofes naturais, governos falhados, desemprego e comércio ilegal, colapso dos ecossistemas, entre outros<sup>21</sup>.

É de referir que neste relatório a migração involuntária em larga escala, também denominada como crise de refugiados, foi o que apresentou um maior aumento, numa escala de zero a sete, comparativamente ao ano de 2015<sup>22</sup>. Apresenta-se como o maior risco com probabilidade de se materializar em 2016, seguida por eventos climáticos extremos, conflitos interestaduais, e grandes catástrofes naturais. No entanto, o mesmo estudo, com as mesmas variáveis, mas quanto ao impacto provocado, a migração involuntária, apresenta-se em quarto lugar, sendo as mudanças climáticas, as armas de destruição maciça e a crise da água a ocuparem os três primeiros lugares respetivamente.

Numa perspetiva regional, os três principais riscos que se apresentam à Europa na atualidade, são segundo este relatório e por esta ordem: Migração involuntária em larga escala (crise de refugiados), desemprego e crise económica<sup>23</sup>. Refere também este relatório, que fenómenos de migrações involuntárias em larga escala, como as que se apresentam, apesar de na sua grande maioria serem refugiados de conflitos interestaduais e de Estados em colapso, também números significantes de migrantes estão associados a outros fenómenos, como por exemplo, mudanças climáticas e desastres naturais. Reforça

---

<sup>19</sup> Word Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11 Edition*. Acedido a 24 de abril de 2015 em <http://www3.weforum.org/docs/Media/TheGlobalRisksReport2016.pdf>.

<sup>20</sup> Económica, Ambiental, Geopolítica, Societal e Tecnológica.

<sup>21</sup> Ver Anexo C – *The Global Risks 2016*.

<sup>22</sup> Ver Anexo B – *The Changing Global Risks Landscape 2015-2016*.

<sup>23</sup> Ver Anexo D – *The Most Likely Global Risks 2016: A Regional Perspective*.



que está também fortemente ligada com outros riscos, tais como desemprego, profunda instabilidade social, ataques terroristas, entre outros.<sup>24</sup>

O General Loureiro dos Santos (2015), refere ainda que para além das ameaças provenientes do exterior, existem condições para se reforçarem quatro outras ameaças ao quadro geopolítico europeu a partir do interior da própria Europa:

“as primeiras, derivadas da sua decadência demográfica com tendência para se acentuar, o que exige a atração de imigrantes que “convenham”, ou seja, que não venham criar problemas e perturbações; as segundas, constituídas pela radicalização de numerosos jovens europeus, na sua maioria da segunda geração de imigrantes muçulmanos, provenientes do teatro de operações do Médio Oriente, cuja experiência de combate nas hostes do Estado Islâmico (EI) lhes confere suficientes competências para desenvolverem atentados terroristas de grande expressão em países europeus; as terceiras, como efeito da radicalização política dos europeus na sequência da crise financeira, económica, social e política em curso no continente (...) e as quartas, que poderão ocorrer como consequência dos separatismos em crescendo em muitos países europeus, incluindo da própria UE.” (Santos, 2015, pp. 737-738).

Está subjacente, a ideia de que a globalização acarreta enormes desafios às sociedades atuais. Surgem novas ameaças e riscos no contexto internacional, que para além de carecerem de preocupação por si só, é necessário ter em conta que a sua não mitigação pode potenciar o aparecimento ou agravamento das/os que já existem.

## **1.6 Ameaças e Riscos no Contexto Nacional Português**

Portugal depara-se também na atualidade com um conjunto de fenómenos de natureza distinta, ameaças globais com reflexos na segurança interna, dinâmicas que têm e podem vir a ter maior impacto, direta ou indiretamente em Território Nacional (TN). Nesse sentido, de acordo com o “Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) de 2014”, onde são apresentadas as principais ameaças globais à segurança<sup>25</sup>, vem incluída, entre outras, a imigração ilegal. “Considerando o ritmo constante de fluxos com destino à Europa, mediante a consolidação das redes criminosas, da multiplicação e diversificação de rotas utilizadas e dos respectivo *modus operandi* – consolidou-se como uma ameaça global com

---

<sup>24</sup> Ver Anexo A - The Global Risks Interconnections Map 2016.

<sup>25</sup> Este relatório evidencia diversos fenómenos com reflexos na segurança para além dos problemas associados aos movimentos migratórios. Aparecem descritos fenómenos tais como: terrorismo, espionagem, proliferação de armas de destruição maciça, criminalidade organizada, ciberameaças e extremismos políticos e ideológicos. (SSI, 2014, p.6). O relatório do ano seguinte (2015) não apresenta alterações neste ponto.

implicações na segurança interna.<sup>26</sup>” (SSI, 2014, p. 6). Denota-se nesta perspetiva, mais uma vez, que o fenómeno migratório ilegal, possui uma potencial correlação com outros problemas que daí advenham, ou que já existam, podendo ser multiplicados ou potenciados por este fenómeno.

Também o mesmo relatório, referente ao ano de 2015, ressalva também nas ameaças globais à segurança, que a crise de refugiados que introduziu uma maior pressão nalguns países da Europa trouxe implicações neste sentido, “Levando ao crescimento de afirmações e manifestações xenófobas, (...) protestos e atos de violência contra instalações de acolhimento de refugiados (...) um acentuar de conflitos entre grupos de extrema-direita e extrema-esquerda, com registo de alguns confrontos violentos.” (SSI, 2015, p. 77).

No Conceito Estratégico Militar, a imigração ilegal vem como uma das principais ameaças aos Estados, bem como à segurança e bem-estar das populações. Segundo o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013, Portugal depara-se com uma série de ameaças de natureza global que podem por diretamente em causa a segurança do nosso país, sendo o terrorismo, a primeira das ameaças enunciada.

Como é abordado nos recentes RASI, também Rodrigues (2012), já havia afirmado que existe a probabilidade das ameaças que caracterizam o ambiente internacional, se estenderem ao interior do país. Este facto exige segundo o autor, que a defesa da integridade do território se faça no espaço estratégico nacional, bem como no de interesse e influencia, ou seja, dentro e fora do país. Nesta perspetiva afirma que as FA são um elemento essencial, no âmbito da segurança interna e externa, articulando ou mesmo liderando as Forças de Segurança, dependendo do grau da ameaça. Também no CEM (2014), permanece evidente a necessidade de se melhorar a articulação interagências e a complementaridade no emprego de instrumentos militares e não militares, não só nacionais, acrescentando que a sua inadequada articulação limita a capacidade do Estado para prever e antecipar ocorrências.

---

<sup>26</sup> No ano de 2014, constam no relatório 687 casos de crimes relacionados com a imigração ilegal em Portugal, segundo o RASI (2014).

## CAPÍTULO 2 – O FENÓMENO MIGRATÓRIO

### 2.1 Nota Introdutória.

Comparado com outros fenómenos sociais, a migração apresenta-se de enorme relevo no contexto das sociedades, sendo que atualmente tem vindo a adquirir uma maior importância. Esta, apesar de não ser um fenómeno recente, assumiu maior importância no contexto Europeu nos finais do século XIX e inícios do século XX (Martine, 2005). As migrações internacionais, à escala global são neste momento um dos grandes problemas das sociedades contemporâneas, passando este fenómeno a ser introduzido nos debates teóricos que vão da Sociologia à Teoria das Relações Internacionais.

A Europa envelhecida tem sido cada vez mais, vista como um destino para migrantes e refugiados<sup>27</sup>, pois apesar de envelhecida ainda tem no seu seio as regiões que apresentam melhores indicadores de bem-estar e oportunidade. Naturalmente que esses fluxos migratórios massivos trarão impactos, a diversos níveis, incluindo ao nível securitário, no entanto impactos esses difíceis de prever a médio e longo prazo (Rodrigues, 2010).

Muitos e complexos são os fatores que estão na origem deste recente crise migratória. A agitação política no Médio Oriente e na África Subsariana passaram a transformar as tendências migratórias para a Europa, com especial enfoque para os países mais desenvolvidos, estes que se converteram em pontos de destino e acolhimento de fluxos migratórios massivos, oriundos das mais diferentes origens.” (Teixeira, 2001, p.23). O número de detecções de passagens ilegais da fronteira da UE, começaram a surgir em 2011, após o início da designada Primavera Árabe (Mota, 2015). Desde essa altura, os números têm aumentado, apresentando um pico no ano de 2015, em que quase 1 milhão chegou à Europa por via marítima, já no ano de 2016, a tendência não é para diminuir.

---

<sup>27</sup> De acordo com a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados (de 1951), “são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa (...) definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar o seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos.” ACNUR, In *Perguntas e respostas*, *acedido a 20 de abril de 2016*, Disponível em <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/?L=hwtmowasisqldsz>.

## 2.2 O Atual Panorama Migratório

Segundo as Nações Unidas, os migrantes internacionais representavam neste início de século XXI, cerca de 2,8% da população mundial, referindo que 1 em cada 35 pessoas eram migrantes internacionais, contabilizando um total de 173 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo no ano de 2000<sup>28</sup>. Apresentando novos dados a 12 de janeiro de 2016, refere que esta percentagem já subiu para os 3,3%, contra 2,8% no ano de 2000, sendo que o número de migrantes alcançou os 244 milhões em 2016 em todo o mundo. Verificou-se então um aumento de 22% em relação ao ano de 2000, incluindo nestes números quase 20 milhões de refugiados<sup>29</sup>. Este patamar de refugiados não era atingindo desde a segunda Guerra Mundial, representando agora 8% do número total de migrantes.<sup>30</sup>

A IOM estima que no ano de 2015, quase 1 milhão de migrantes e refugiados atravessaram a fronteira para a Europa, por via de rotas marítimas no Mediterrâneo (IOM, 2015)<sup>31</sup>. Segundo dados da UN *Refugee Agency* (UNHCR)<sup>32</sup>, já neste ano de 2016, chegaram à Europa, por via marítima até ao início do mês de maio, cerca de 191 mil refugiados, sendo que a sua grande maioria deu entrada na Grécia (156 mil), seguindo-se logo a Itália (34 mil), e perto de mil deram entrada em Espanha. Destes, cerca de 91 mil refugiados em que: 41% são Sírios, 21% Afegãos, 13% Iraquianos, 3% Paquistaneses, 2% Iranianos, 2% Nigerianos, 2% originários de Gambia, 2% da Somália, 1% de Costa do Marfim e 1% da Guiné. Destes 191 mil refugiados, cerca de 45% são homens em idade adulta, 35% crianças, e 20% mulheres.

A IOM apresenta novos dados, referindo que já foram registadas 204 mil chegadas (até 31 de maio deste ano), verificando-se uma tendência para o aumento destes números,

---

<sup>28</sup> Em 1970 os migrantes internacionais rondavam os 82 milhões em todo o mundo.

<sup>29</sup> Centro Regional de Informação das Nações Unidas [UNRIC] (2016). Acedido a 20 de abril de 2016, Disponível em <http://www.unric.org/pt/actualidade/32134-migrantes-internacionais-aumentaram-41-em-15-anos-atingindo-os-244-milhoes>

<sup>30</sup> United Nations (2015). In *International Migration Report 2015* Acedido a 12 de maio de 2016, Disponível em: [http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015\\_Highlights.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf)

<sup>31</sup> IOM (2015). In *EU Migrant, Refugee Arrivals by Land and Sea Approach One Million in 2015*, Acedido a 2 de junho de 2016, Disponível em: <http://www.iom.int/news/eu-migrant-refugee-arrivals-land-and-sea-approach-one-million-2015>

<sup>32</sup> UNHCR (2016), In *Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean Situation*, acedido a 17 de maio de 2016, Disponível em: <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php>

se compararmos com o período homólogo de 2015, em que nos primeiros cinco meses se registaram 92 mil chegadas (IOM, 2016)<sup>33</sup>.

Estas perigosas viagens, a maioria das vezes efetuadas em pequenas embarcações ilegais, lotadas de pessoas que procuram desesperadamente chegar à Europa, têm acarretado também a perda de milhares de vidas humanas. Analisando as origens dos migrantes, denota-se que a sua grande maioria é originária de países em que os conflitos armados e a deterioração da segurança estão bem presentes.

### **2.3 Fatores que levam à migração**

Precisamente neste momento, a Europa vê-se perante o problema da pressão da imigração ilegal, nas fronteiras sul e leste, talvez muito devido a situações a que, também à Europa dizem respeito. Falamos por exemplo, como já dito anteriormente, na Primavera Árabe e da guerra civil na Síria. A Itália, a Grécia, entre outros, têm sido alvos de sucessivas vagas de imigração ilegal, possivelmente também consequência do facto da Líbia se encontrar como um Estado falhado, (Correia, 2014).

Segundo Teixeira (2001) existem diversas razões explicativas dos fenómenos migratórios, e a maioria conhecidas. Segundo este autor a globalização da informação difunde e generaliza o conhecimento desses desequilíbrios e assimetrias e incentiva a mobilização de milhares de “excluídos” à procura do “paraíso” nos países desenvolvidos. Segundo o mesmo autor, também o desenvolvimento de redes organizadas, criminosas e transnacionais de tráfico de seres humanos que se especializam neste comércio global e florescente, contribuem para este fenómeno.

Segundo o *The Global Risks Report 2016*<sup>34</sup>, as migrações involuntárias em larga escala apresentam-se em grande destaque, como já vimos anteriormente. Este relatório refere que estas migrações forçadas não são causadas apenas pela violência como os conhecidos conflitos<sup>35</sup> da Síria<sup>36</sup> e do Iraque, mas também por razões ambientais e

---

<sup>33</sup> IOM (2016). In Mediterranean Migrant Arrivals in 2016. Acedido a 2 de junho de 2016, Disponível em: <http://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-2016-204311-deaths-2443>

<sup>34</sup> Word Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*. Acedido a 24 de abril de 2016 em <http://www3.weforum.org/docs/Media/TheGlobalRisksReport2016.pdf>

<sup>35</sup> Fluxos de refugiados chegaram a um nível sem precedentes na história recente. Em 2014, 59,5 milhões de pessoas foram deslocadas à força no mundo, comparando com 40 milhões no momento da II GM(...) Mais de metade dos refugiados recentes vêm de três países em conflito (Síria, Afeganistão e Somália. A tendência é estes números aumentarem. Tradução livre do autor a partir de Word Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*. Acedido a 24 de abril de 2016 em <http://www3.weforum.org/docs/Media/TheGlobalRisksReport2016.pdf>

económicas. Também Santos (2016), refere que as pessoas individualmente consideradas nesta última, “deslocam-se das áreas onde há escassez de recursos para aquelas onde tais recursos abundam – trata-se dos movimentos migratórios que, por vezes atingem dimensões de verdadeiras migrações maciças e incluem espasmos de violência.” (2016, p.15).

Ainda segundo o relatório acima mencionado, estas migrações globais em grande escala vêm associadas a uma outra série de problemas altamente preocupantes a longo prazo, passando por conflitos inter-estatais e colapso de Estados, a alterações climáticas e crises de falta de água. Neste contexto, também no Conceito Estratégico Militar de 2014, se encontra bem vincada esta problemática das migrações. Neste CEM, são referidas algumas das mais recentes razões para potenciar fenómenos de migração, como por exemplo a designada “Primavera Árabe”, e a emergência de Estados Frágeis ou em colapso, causadores de fenómenos de migração em massa, de situações de carência humanitária e de dificuldades no reabastecimento energético a alguns países da UE. Surgem ainda associados a esta, problemáticos fenómenos de terrorismo<sup>37</sup>, pirataria marítima e criminalidade organizada, associada a todo tipo de tráfico transnacional. Também o Coronel Lemos Pires (2012), refere que fatores já referidos acima, aliados a uma crescente demografia, desemprego e a menores ritmos de crescimento (ou mesmo recessões) podem causar grandes desagregações ao nível local e impelir grandes movimentos migratórios.

Santos (2016), reforça a ideia acima, referindo-se à ausência de autoridade central em certos países e ao consequente aparecimento de “atores que visam metas políticas, mas também religiosas e/ou mesmo criminosas, fazendo desaparecer a segurança<sup>38</sup>. Começam as migrações forçadas que vão aumentando exponencialmente, fazendo crescer o número de refugiados.” (2016, p.23).

---

<sup>36</sup> O escalar da violência na Síria desde 2011 tem contribuído significativamente para o fenómeno de migração em massa. A actual crise de refugiados tem vindo a aumentar nos últimos anos e o seu impacto tem sido cada vez maior para países vizinhos e para a Europa, e o conflito não mostra sinais de que venha a diminuir num futuro próximo. Tradução livre do autor a partir de Yazgan, P, Utku, D., Sirkeci, I. (2015) Syrian Crisis and Migration. *Migration Letters*, Vol. 12 Issue 3, p.181. Acedido a 22 de abril de 2016 Disponível em: <http://connection.ebscohost.com/c/articles/110010898/syrian-crisis-migration>

<sup>37</sup> Associado a este fenómeno, estão as diásporas dos povos originários de alguns dos movimentos conhecidos e a sua possível radicalização. (Lemos Pires, 2012).

<sup>38</sup> “Com um discurso pejado de elementos de religiosidade islâmica, o jihadismo global tem, a médio prazo, objetivos políticos bem traçados e perfeitamente plausíveis. Contudo, a longo prazo, a intangibilidade do que se propõe leva a que a interpretação por parte do seguidor seja mais religiosa do que política.” (Pathé Duarte, 2015, p.13).

Ainda, segundo Gomes (s/d), existem seis principais causas que levam à migração, conforme descrito na Tabela 1:

**Tabela 1 - Principais Causas das Migrações**

<b>Económicas</b>	Sendo que os baixos salários e fracas condições e vida em determinados pontos do globo ou em situações particulares motivam a que as pessoas migrem à procura de melhores condições de vida.
<b>Étnicas</b>	Provocadas pelas rivalidades entre grupos étnicos em determinadas áreas;
<b>Religiosas</b>	Como resultado de fuga a pressões e perseguições religiosas, no caso das religiões mais radicais; <sup>39</sup>
<b>Políticas</b>	Sendo aqui que se inserem as guerras e os conflitos internacionais bem como determinados regimes políticos que provocam a saída da população em busca de uma nova vida.
<b>Sociais</b>	Muitas vezes também o deslocamento de pessoas tem a ver com a procura de determinadas condições sociais que estas não encontram no país de origem;
<b>Ambientais</b>	Com o aquecimento global, as questões ambientais têm estado cada vez mais na ordem do dia, estas também já começam a fazer com que populações migrem para determinados pontos do globo que não são tão afectados por estas questões.

Fonte: Adaptado de Gomes (s/d).

Sendo as questões políticas aquelas que principalmente se encontram na base da crise migratória que está a assolar a Europa, importa referir outro ponto de vista. Segundo Brandão (2007), tendo como referência os estudos realizados por Myron Weiner e Gil Loescher, refere que, como vimos acima, é fundamental ter em consideração as mudanças políticas no seio dos estados como determinantes dos fluxos migratórios e por outro lado, considerar os fluxos migratórios como causa e consequência dos conflitos internacionais. Deste modo enuncia outro ponto de vista que importa referir: “A indução de movimentos de populações pelos governos com fins políticos” (Brandão, 2007, p. 91), ou seja um governo pode forçar o movimento de populações como meio de alcançar a homogeneidade cultural<sup>40</sup> ou o domínio de uma comunidade étnica sobre a outra, como parte de uma estratégia para alcançar um objectivo de política externa. Para Santos (2016), quando falamos em luta por recursos estratégicos vitais, os conflitos podem mesmo ser “consequência da pressão dos movimentos migratórios, da ação de criminosos isolados ou

<sup>39</sup> As crenças religiosas radicais, quando associadas a um baixo grau de desenvolvimento e a posições conservadoras sobre o controlo da natalidade, resulta em elevados aumentos da população gerando desemprego, principalmente entre os jovens, bem como pobreza cujo corolário mais comum é a emigração. (Loureiro dos Santos, 2016).

<sup>40</sup> “Assistimos a um (re)viver de expressões culturais, religiosas e étnicas. Surgem como formas identitárias oponentes ao «vácuo relativista» da contemporaneidade ocidental ou à «imposição» cultural da globalização” (Pathé Duarte, p. 18).

em bando, e de táticas terroristas empreendidas por extremistas<sup>41</sup> pertencentes a determinados grupos, sejam eles de natureza religiosa com fins messiânicos, sejam de cariz ideológico com fins políticos.” (2016, p. 20).

Também para Adriano Moreira, quando fala em *Estados em movimento*, “expansionistas com sentido imperial, implica um vasto debate sobre o reconhecimento, ou negação, de iguais direitos e respetos com relação aos habitantes dos territórios ambicionados pelos conquistadores.” (2016, p.14).

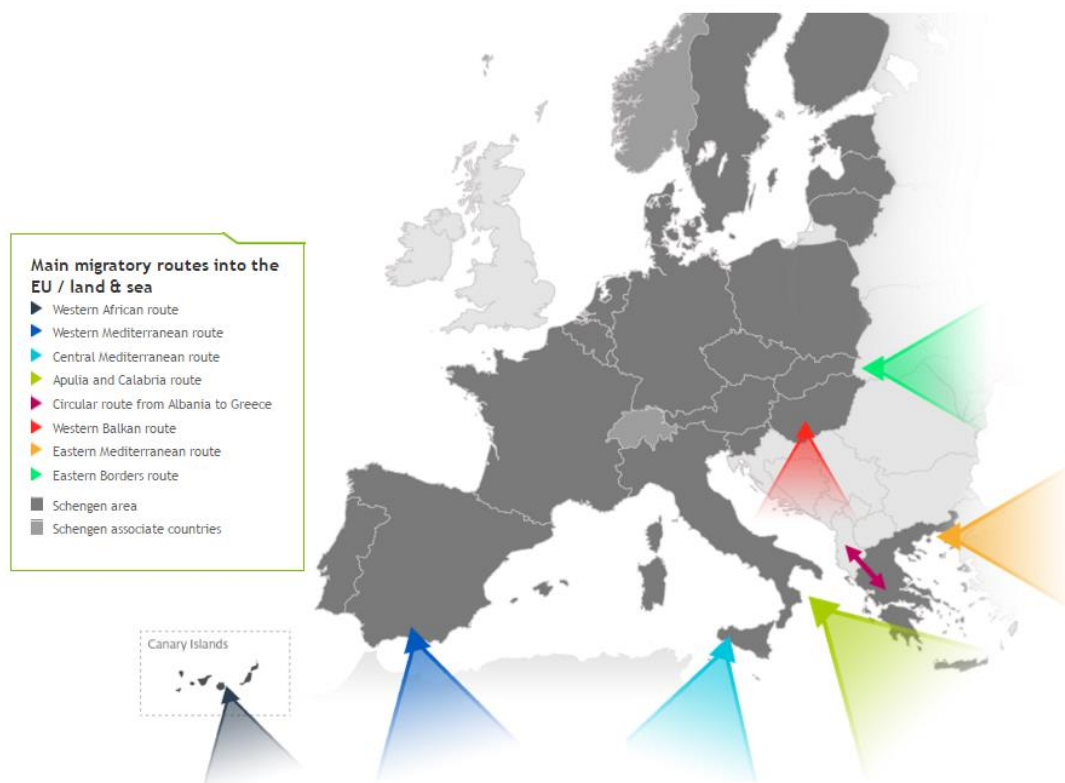
Tendo em conta o “panorama migratório atual” como vimos anteriormente, podemos verificar que as principais causas que estão na base da atual crise migratória, são essencialmente os conflitos armados, a violência e o caos, no entanto também outros fatores como profundas instabilidades sociais, crises económicas, desemprego, e eventos climáticos extremos potenciam este fenómeno. Os movimentos migratórios têm representado umas das manifestações mais evidentes do estreitamento do planeta, sendo que as regiões com melhores indicadores de bem-estar e com as melhores oportunidades, tornam-se na sua quase totalidade, espaços de destino de imigrantes. É uma questão de desafio e oportunidade. (Rodrigues, 2010).

---

<sup>41</sup> Sendo o extremismo islâmico, o mais presente na atualidade. Este trata-se da “adoção de uma ideologia que se designa por islamismo (...) Entende-se por islamismo a «forma de teoria e prática política que tem como objetivo o estabelecimento de uma ordem política islâmica no sentido de um Estado cujos princípios de governação, instituições e sistema político deriva diretamente da sharia» (Mandaville, 2007 citado em Gonçalves, 2013).



## 2.4.As Principais Rotas Migratórias atuais para a Europa



**Figura 1 - Mapa das Principais Rotas Migratórias Para a Europa**

Fonte: FRONTEX, *Migratory Routes Map*, Acedido em 29 Março 2016.

Disponível em: <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/migratory-routes-map/>.

Consideramos relevante para este trabalho de investigação, analisar as principais rotas migratórias (ver Figura 1), compostas no seu grosso de migrantes ilegais e refugiados, que têm como destino a Europa. Referimo-nos a migrantes ilegais e refugiados pois serão esses que representam a principal preocupação ao nível da segurança.

Segundo a *European Union agency* Frontex<sup>42</sup> as principais rotas migratórias que têm como destino as fronteiras europeias, por mar e por terra são<sup>43</sup>:

**Rota Africana Ocidental (Western African Route):** Segundo relatórios da agência, esta rota que vai desde o Senegal, Mauritânia e Marrocos tendo como destino as

<sup>42</sup> Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas- tem como objectivo principal racionalizar os esforços de vigilância e controlo marítimo nas fronteiras externas da UE e inclui diversos corpos de segurança interna com diferentes especialidades.

<sup>43</sup> FRONTEX (2016). In *Migratory Routes Map*, 11th Acedido a 12 de abril de 2016, Disponível em <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/migratory-routes-map/>.

ilhas Canárias espanholas foi já o ponto de entrada irregular mais movimentado da Europa, chegando a receber 32 mil migrantes no ano de 2006. Já em 2007 e daí em diante estes números têm vindo a cair, após o reforço de controlos fronteiriços, acordos bilaterais entre Espanha, Senegal e Mauritânia, e instalação de sistemas de vigilância, sendo que em 2012 apenas foram registadas 170 chegadas tendo se mantido nos dois anos seguintes ainda que em 2015 o número tenha subido para 874 imigrantes.

**Rota do Mediterrâneo Ocidental (*Western Mediterranean Route*):** Esta rota de Marrocos para Espanha representa um ponto de pressão ao longo dos anos, passando por aqui milhares de migrantes subsarianos, tendo os números diminuído após uma cooperação entre estes dois países. Para além dos habitantes de Marrocos e da Argélia, esta rota tem trazido também, impulsionados por conflitos nos seus países, habitantes do Mali, Sudão, Sudão do Sul, Camarões, Nigéria, Chade e República Centro Africana. No ano de 2015 os sírios representaram a maior parte das detecções de migrantes nesta rota.

**Rota do Mediterrâneo Central (*Central Mediterranean Route*):** Esta rota que tem como destino a Itália manteve-se sob uma intensa pressão migratória no ano de 2015, embora o pico de chegadas ao país tenha sido em 2014 (cerca de 178 mil), tendo caído em 2015 para os 154 mil. Esta queda deveu-se ao facto do deslocamento de sírios desta rota, para a rota do Mediterrâneo Oriental (*Eastern Mediterranean Route*). Não esquecer que esta rota foi também utilizada em 2011, ano da primavera árabe, por cerca de 23 mil tunisinos. Em 2015, eritreus, nigerianos e somalis, foram os responsáveis pela maior parte dos registos a realizar esta perigosa viagem.

**Rota de Apúlia e Calábria (*Apúlia and Calábria Route*):** Com destino ao Sul de Itália, é uma rota menos importante para os imigrantes ilegais, sendo que o ano em que se verificaram mais entradas por esta rota foi também o ano de 2011 devido à Primavera Árabe. Em 2015, verificou-se também uma tendência pela rota do Mediterrâneo Oriental (*Eastern Mediterranean Route*).

**Rota Circular da Albânia Para a Grécia (*Circular Route from Albânia to Greece*):** A migração ilegal através da fronteira terrestre entre a Grécia e a Albânia foi durante anos a fronteira com mais problemas nesta área. Embora nos últimos cinco anos os números se tenham mantido a baixo dos 9 mil imigrantes, entre 2008 e 2010 rondavam os 40 mil.

**Rota Ocidental dos Balcãs (*Western Balkan Route*):** Onde foram registados 764 mil imigrantes ilegais em 2015, um aumento de dezasseis vezes o número que havia sido registado em 2014, sendo que na sua maioria foram habitantes sírios, seguidos de

iraquianos e afegãos. Esta rota tornou-se uma passagem popular de entrada na UE em 2012, quando restrições do tratado de *Schengen* foram relaxadas por cinco países dos Balcãs (Albânia, Bósnia Herzegovina, Montenegro, Sérvia e Antiga República Jugoslava da Macedónia).

**Rota do Mediterrâneo Oriental (*Eastern Mediterranean Route*):** O mediterrâneo Oriental tem estado sob pressão da imigração irregular desde à vários anos. Em 2008-2009 foram registadas mais de 40 mil pessoas a utilizar esta rota, representando cerca de 40% de todos os migrantes que chegam à UE. Ainda assim, estes números não são nada comparados com os que se verificaram no passado ano de 2015, tendo-se registado cerca de 885 mil imigrantes, um número dezassete vezes superior ao verificado em 2014. A maioria deles com direção a ilhas gregas, eram em grande parte imigrantes sírios, logo seguidos de imigrantes do Afeganistão e da Somália.

**Rota das Fronteiras Orientais (*Eastern Borders Route*):** Fronteira da UE com 6 mil Km de extensão terrestre, entre a Bielorrússia e a Roménia. Esta fronteira oriental representa apenas 0,1% do número total de imigrantes ilegais que tentam entrar na UE.

## **CAPÍTULO 3 – AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E AS IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA**

### **3.1 Segurança e Migrações**

Após termos definido o conceito de segurança no primeiro capítulo, relacionemos agora esse conceito com o fenómeno migratório. Importa ainda estudar por que razão as migrações se introduzem agora nos estudos de segurança? Que impacto têm nas sociedades?

Para Stivachtis (2008), existem cinco sectores em que os migrantes podem ter implicações ao nível da segurança: militar, político, económico, social<sup>44</sup> e ambiental<sup>45</sup>, acabando por serem sectores interdependentes, ou seja, se um dos sectores for afetado, também isso refletir-se-á, num ou mais dos restantes sectores.

Segundo Requena (2014), para entender se as migrações internacionais podem ser vistas como uma ameaça à segurança, temos de entender o próprio conceito de segurança, conceito esse que num mundo globalizado constantemente em mutação, é ainda um paradigma. Apesar de ser um conceito de difícil definição, não apresentando ainda um consenso internacional, é definido de diversas formas dependendo da região geográfica ou país. Têm surgido também novos atores na cena internacional, riscos e ameaças da mais variada complexidade, havendo a necessidade de se reestruturar o conceito. “No fundo, é um conceito contestado, ambíguo, complexo, com fortes implicações políticas e ideológicas” (Garcia, 2006, p. 340).

Sabe-se que os conceitos de segurança, liberdade e justiça têm vindo a ser reestruturados em função do cidadão e de um novo paradigma de segurança tendo por base novas hierarquias geográficas e noções de territorialidade, surgindo conceitos como o de Segurança Humana. (Rodrigues, 2010). Também segundo Loescher (1995), as definições

---

<sup>44</sup> A dimensão social inclui restrições sobre a expressão da sociedade e identidades culturais, rivalidade étnica e conflito e ameaças à coesão das sociedades (Buzan, 1993).

<sup>45</sup> Refere-se a “ambiental” no sentido em que possam alterar a relação homem/ambiente no estado de acolhimento gerando hostilidades diversas (Stivachtis, 2008).

de segurança têm vindo a evoluir de uma visão centrada no Estado, para uma abordagem mais humanista.

Apesar de não haver uma definição consensual de Segurança Humana<sup>46</sup>, os autores que discutem a definição deste conceito valorizam os seguintes pressupostos: “Centralidade na pessoa humana, universalidade, transnacionalidade e diversidade de riscos, interdependência das componentes de segurança e a diversidade de atores providenciadores de segurança.” (Brandão, 2007).

Com a crescente complexidade das relações internacionais<sup>47</sup> têm surgido novos atores na cena internacional, novas ameaças/riscos e perigos de mais variada natureza global e transnacional, passando a haver a necessidade de se reestruturar o conceito de segurança. Têm surgido as mais concepções alargadas de segurança, e nelas, “as migrações podem ser vistas como um risco para a soberania do Estado, da sociedade como um todo e dos vários grupos que a compõem, incluindo as minorias étnicas, porque provocam uma alteração da composição identitária até então vigente.” (Rodrigues, 2010, p. 35).

Segundo Requena (2014), existem alguns aspectos pelos quais o nexo entre segurança e migração internacional se baseia, sendo que as mais óbvias têm a ver com maneira que os migrantes colocam em risco a segurança entendida no seu sentido tradicional mais clássico, como o Estado, ou a Segurança Nacional. No entanto, casos em que migrantes possam implicar uma ameaça para a segurança humana e social também foram considerados. Também Valadares, defende que “as implicações do fenómeno migratório para a Segurança dos Estados são complexas e manifestam-se a vários níveis, designadamente sociais, económicos, políticos, diplomáticos, de saúde, entre outros<sup>48</sup>.” (2015, p.302). A mesma autora reforça esta questão referindo que as migrações foram contribuindo ao longo dos tempos para “redesenhar o sistema mundial e as relações internacionais, alternado profundamente a história e essência dos Estados Nação (...), à medida que se tomava consciência que os fluxos migratórios poderiam influir tanto nos grandes equilíbrios mundiais como outras ameaças e riscos mais conhecidos.” (Valadares, 2005, p.304).

---

<sup>46</sup> “Conceito proposto em 1994, no relatório do PNUD, que visava a substituição da abordagem tradicional de segurança centrada nos Estados, por uma nova abordagem assente na segurança das pessoas. Inicialmente avançado por Barry Buzan é posteriormente desenvolvido por um grupo de investigação do *Centre for peace and Conflict Research*, no sentido de diferenciar segurança do Estado (Soberania) e segurança da sociedade (identidade)”. (Garcia, 2006, p. 342).

<sup>47</sup> “Conjunto de relações entre entidades que não reconhecem um poder político superior, ainda que não sejam estaduais, somando-se as relações diretas entre entidades formalmente dependentes de poderes autónomos” (Adriano Moreira, 2002, p.38).

<sup>48</sup> Dependendo sempre em larga medida da dimensão dos fluxos bem como da sua própria imprevisibilidade.

Na sequência da Tabela 2 podemos ver quais os grupos que requerem atenção prioritária por parte dos agentes reguladores de segurança tendo em conta respectivas ameaças/riscos, a eles possivelmente associadas. Este quadro não faz uma distinção entre migrantes e refugiados, considerando que ambos poderão acarretar ameaças/riscos semelhantes, claro está, algumas delas, se forem em números anormais, como de facto se verifica nos últimos anos. Esta tabela inclui também imigrantes ilegais e terroristas, e é baseada nos estudos de Brandão (2007), Myron Weiner (1995) citado por Rodrigues (2010), e nos estudos mais recentes de Requena (2014).

**Tabela 2 - Migrantes e Tipos de Ameaças/Riscos à Segurança dos Estados**

	<b>Ameaças/Riscos</b>
<b>Refugiados e Migrantes</b>	Para as relações entre o país de origem e o país de destino (sobretudo quando se opõem ao regime político do país de origem passíveis de se tornar uma fonte de conflito entre dois países). Por vezes esta posição não só é tolerada como é apoiada pelo país de acolhimento intensificando o conflito.
	Quando representam uma ameaça política ou de risco para a segurança do país de destino.
	Problema social e económico para o país de destino (pressão nos sistemas) Do Ponto de vista social. Os migrantes podem ser vistos como um fardo social ou económico para a sociedade receptora, principalmente em sociedades desenvolvidas, em que imigrantes internacionais podem ser considerados uma ameaça ao <i>status quo</i> socioeconómico, se os habitantes nativos entenderem que os imigrantes representam um competidor no mercado de trabalho <sup>49</sup> . Outra fonte de ameaça surge quando os imigrantes, devido ao seu grande volume ou comportamentos abusivos, fazem uso desproporcional da educação e instituições de assistência de saúde pública.
	Poderão representar uma ameaça para o país de acolhimento se dirigirem atos subversivos <sup>50</sup> contra ele.
	A mobilização da diáspora e o recrutamento de combatentes entre as comunidades emigradas também têm sido apontados como fatores importantes em ciclos transnacionais de violência política.
	Quando possam estabelecer grupos criminosos organizados, que promovam ou facilitem a operação de redes transnacionais de crime organizado.
	Quando são vistos como uma ameaça para a coesão cultural e identidade nacional das sociedades de acolhimento. Este tipo de ameaça surge nos casos em que as migrações internacionais promovem a formação de comunidades étnicas, às vezes com ligações transnacionais poderosas, cuja falta de identificação com os valores ou lealdade à nação a receber e das suas instituições pode ser um fator problemático.

<sup>49</sup> Há cerca de uma década, Zimmermann (2005), referia que se as tendências se mantivessem, a taxa de desemprego iria se acentuar nas sociedades de acolhimento, provocando mais perturbações sociais e económicas.

<sup>50</sup> A subversão armada, ou guerra subversiva “trata-se de um conceito polemológico que define os conflitos armados marcados pela desigualdade de estatuto jurídico-político entre as partes em confronto. São normalmente espoletados por actores não-estatais. (...) Atores subversivos têm como meio a violência armada não convencional” (Pathé Duarte, 2015, pp. 13-14).

<b>Imigrantes Ilegais</b>	Pressão do sistema económico e proteção social
	Quando alimentam máfias dedicadas ao tráfico de seres humanos.
	Relações complexas sul norte, dada a sua origem de zonas maioritariamente de zonas politicamente instáveis.
	Poderão representar uma ameaça para o país de acolhimento se dirigirem atos subversivos contra ele.
	Migrações irregulares, podem representar um desafio para o controlo das fronteiras, uma componente fundamental da soberania do Estado.
<b>Terroristas</b>	Circulação de informação de grupos ideológicos, que mobilizam massas (grupos excluídos económica e socialmente, segundas e terceiras gerações de imigrantes)
	Dificuldade de controlar a circulação de pessoas suspeitas.

Fonte: Adaptado de Rodrigues, 2010.

Segundo Bigo (2002), associada à dimensão dos volumes migratórios, surge por vezes a ideia, por parte de integrantes da sociedade de associar o migrante a terrorismo, crime organizado e tráfico de seres humanos. O terrorismo, visto como potencial ameaça ao Estado e à sociedade, é muitas vezes identificado com o “mau cidadão”, aquele que não faz parte de nós, da nossa sociedade, cuja entrada sem controlo e em larga escala provocará alterações difíceis de prever na sociedade de acolhimento.

No ambiente internacional do pós-Guerra Fria, os Estados continuarão a estar na linha da frente para fazer face às ameaças à segurança, hoje existe maior oportunidade do que no passado para os Estados partilharem valores e interesses comuns, o que estabelece os fundamentos essenciais para o funcionamento efetivo de um sistema de segurança colectiva (Viana, 2002), podendo mesmo falar-se de segurança cooperativa “que tem de ser credível, coerente, eficiente e, sobretudo transparente, pois só atuando colectivamente e cooperativamente os Estados serão capazes de superar as suas vulnerabilidades face à diversidade de novas ameaças que se colocam à segurança.” (Garcia, 2006, p. 343).

### 3.2 O Espaço *Schengen*

“As atuais muralhas tipo muralha da China do passado (...) embora mais atenuadas, cercam a União Europeia, particularmente o seu espaço *Schengen*, reforçando com meios navais a vigilância aérea e as fronteiras marítimas a sul, e multiplicando controlos frequentes nas fronteiras a leste, todas fornecidas pela *Gendarforce*<sup>51</sup>” (Loureiro dos Santos, 2016, p.21).

<sup>51</sup> Força de polícia multinacional de fronteiras da UE.

Segundo Lopes (s/d), os Estados-membros da UE compartilham fortes interesses comuns, materializando-se por políticas comuns, como é a política de *Schengen*. Foram abolidas as fronteiras internas, sendo que no seu todo, a fronteira de cada um dos Estados-membros tende a ter uma só fronteira: a fronteira externa.

Segundo a Comissão Europeia (CE) (2016), A UE está a enfrentar uma crise migratória de refugiados sem precedentes, na sequência de um aumento acentuado dos fluxos migratórios desde o verão de 2015. Esta realidade levou a enormes dificuldades para garantir o controlo das fronteiras externas em conformidade com o acordo de *Schengen*. O espaço *Schengen* é uma das maiores conquistas da UE, sendo uma área na qual os cidadãos, muitos deles não comunitários, empresários e turistas podem circular livremente sem serem submetidos a controlos nas fronteiras. Desde a sua implementação a 14 de junho de 1985, este espaço tem crescido gradualmente e abrange hoje quase todos os países da UE, e alguns países associados não pertencentes à UE, num total de 26 países.<sup>52</sup>

Sendo este um espaço de liberdade de circulação e de segurança, colocam-se atualmente diversas questões à sua integridade, pois a instabilidade no médio oriente e África subsariana como já vimos, provocou um aumento massivo de refugiados e imigrantes ilegais e a consequente dificuldade em controlar as fronteiras externas. Para além disso coloca-se a questão do retorno de possíveis terroristas originários de um dos 26 países abrangidos pela convenção. (CE, 2016).

Segundo Marc Pierini (2015), do *Carnegie Europe*, um *think tank* sediado em Bruxelas, este acordo está neste momento ameaçado por três motivos, nomeadamente: a imigração, o terrorismo, e pelo facto de considerar que se tornou um instrumento de políticos populistas de direita extrema na Europa. Para Sérgio Carrera (2015), estes eventos transmitem um sinal claro do que ainda deve ser feito pelos governos para se chegar a uma política de fronteiras comum e para receber requerentes de asilo e refugiados. Marc Pierini (2015), acrescenta que outro dos problemas que estamos a enfrentar, com o autoproclamado Estado Islâmico, são os Jihadistas europeus<sup>53</sup>, indivíduos que vêm dos nossos próprios Países, que vão e voltam nestas correntes migratórias.

Loureiro dos Santos (2016), Refere que a resposta a este tipo de ameaças não exige, para já, o fim do Acordo de *Schengen* (apesar dos perigos que elas consubstanciam o

---

<sup>52</sup> Portugal assina o acordo em junho de 1991. Comissão Europeia. In *Uma Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen*. Acedido a 14 de abril de 2016, disponível em: <http://www.act.nato.int/nato-multiple-futures-project-documents>.

<sup>53</sup> “Os jihadistas europeus que combatem no Médio Oriente poderão integrar colunas terroristas que venham infiltrar-se intencionalmente na Europa, principalmente nas suas grandes cidades numa manobra de expansão desencadeada pelos diversos jihadismos, tanto da Al-Qaeda como do EI” (Loureiro dos Santos, 2015, p. 738).



parecerem aconselhar), enquanto não atingirem níveis de intensidade e frequência mais elevados, havendo no entanto a necessidade de intensificar controlos rigorosos a estas movimentações por via terrestre. Já Donald Tusk (2016), presidente do Conselho Europeu<sup>54</sup>, após verificados dados alarmantes fornecidos pela FRONTEX, refere que se a estratégia europeia não funcionar, enfrentaremos graves consequências com o colapso de *Schengen*.<sup>55</sup>

Quando este espaço de segurança e liberdade, uma das maiores conquistas da UE, está posto em causa, encontra-se evidente a necessidade de a Europa adoptar uma estratégia de segurança que defina claramente uma linha de atuação. Esta estratégia de segurança está precisamente neste momento a ser revista, devendo ser aprovada em dezembro deste ano no Conselho Europeu.

### **3.3 A Imigração em Portugal**

A imigração tem sido desde sempre um fator contributivo para a construção das sociedades, quer ao nível social quer ao nível cultural, e o caso português não é exceção. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no seu último Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) de 2014, existiam 395 mil imigrantes em Portugal, sendo que a sua distribuição geográfica incide principalmente no litoral, em que cerca de 69,3% estavam registados no distrito de Lisboa, Faro e Setúbal.<sup>56</sup> É de notar que a população estrangeira residente em Portugal, diminuiu no ano de 2014, não apresentando números tão baixos desde o ano de 2001.<sup>57</sup>

Sendo o presente trabalho realizado no âmbito da segurança, importa referir alguns dos últimos dados também apresentados pelo SEF no RIFA de 2014, no que concerne a “criminalidade associada a fenómenos migratórios”. Segundo este relatório ocorreram no ano de 2014, 305 crimes sendo os mais expressivos a falsificação de documentos (121 casos), o casamento por conveniência (57 casos) e o auxílio à imigração ilegal (48 casos). Registaram-se no entanto também 12 casos de Tráfico de Pessoas.

---

<sup>54</sup> Portugal aderiu ao Conselho Europeu depois de instaurada a Democracia e as liberdades fundamentais, em 1976, o que nos credibilizou como parceiro da Europa de valores e favoreceu de seguida o nosso pedido de adesão às Comunidades Europeias. (Martins, 1996).

<sup>55</sup> Donald Tusk, em plenário do Parlamento Europeu (Estrasburgo), acedido a 20 de maio de 2016 em: <http://pt.euronews.com/2016/01/19/europa-tem-dois-meses-para-controlar-a-crise-migratoria-tusk/>.

<sup>56</sup> Ver Anexo E - População Estrangeira Residente em Portugal (2014).

<sup>57</sup> Ver Anexo F - Evolução da População Estrangeira Residente em Portugal.

Relativamente à última crise de refugiados, e a referente política de quotas, o ministro dos Negócios Estrangeiros adiantou que a quota que cabe a Portugal receber 4.486 pessoas, das quais ainda apenas recebeu aproximadamente duzentas. Relativamente ao recente processo de reinstalação, o mesmo refere que Portugal não recebeu ainda nenhum refugiado sírio, contrariando o que se observa nos restantes países da Europa.<sup>58</sup>

Portugal estabeleceu recentemente um novo regime jurídico-legal em matéria de asilo e de refugiados (Lei nº 15/98 de março)<sup>59</sup> que refere que é garantido o direito de asilo aos: “Estrangeiros e apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição em consequência de atividade exercida no Estado da sua nacionalidade ou da sua residência (...) ” segundo a mesma lei, tem ainda direito a asilo “estrangeiros e apátridas que, receando com fundamento ser perseguidos em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, opiniões políticas ou integração em certo grupo social, não possam ou, em virtude desse receio, não queira voltar ao Estado da sua nacionalidade ou da sua residência habitual.”

Ainda que Portugal, não integre os principais destinos para refugiados e migrantes da atual crise migratória, verifica-se que a distribuição dos mesmos não está a seguir o rumo estabelecido, pois Portugal recebeu ainda uma pequena parte dos que estavam previstos.

Os relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo publicados até ao momento, não englobaram dados da recente crise migratória, esta que teve maior expressão no último ano (2015), sendo portanto prematuro fazer para já uma ponte entre a atual crise migratória e eventuais implicações para a segurança interna.

---

<sup>58</sup> Kusters, A. (2016) Portugal recebeu 195 refugiados, nenhum sírio. Acedido a 19 de maio de 2016, Disponível em: <http://observador.pt/2016/04/26/portugal-recebeu-195-refugiados-nenhum-sirio/>.

<sup>59</sup>SEF(2016) Legislação. Acedido a 21 de Maio de 2016, Disponível em: [http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/legislacao/legislacao\\_detalhe.aspx?id\\_linha=4219](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/legislacao/legislacao_detalhe.aspx?id_linha=4219).

## **CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

### **4.1 Generalidades**

“De todos os métodos de aquisição de conhecimentos, a investigação científica é o mais rigoroso e o mais aceitável, uma vez que assenta num processo racional” (Fortin, 1999, p.17).

Segundo Sarmiento (2013) este processo de investigação científica compreende três etapas, (as quais procuramos seguir durante a realização deste trabalho): Fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva. Na primeira há a identificação do problema a investigar, bem como a formulação da pergunta de partida e derivadas da mesma. Definem-se objetivos e formulamos as hipóteses. É ainda durante esta fase que se procura adquirir conhecimentos e competências necessárias para o desenvolvimento da investigação. Durante a fase analítica procede-se à recolha de dados e informações e ao seu posterior registo e análise, concluindo com a interpretação dos resultados. Sendo nesta fase que foram realizadas as entrevistas, que nos forneceram a visão do problema por parte de entidades reconhecidas, que muito têm a dizer sobre esta temática. Finalmente na fase conclusiva procuramos confirmar as hipóteses, total ou parcialmente, ou ainda a sua refutação, bem como dar resposta às perguntas derivadas e à pergunta de partida, discutem-se resultados e finalmente faz-se uma exposição das conclusões e recomendações.

### **4.2 Método de Abordagem ao Problema e Justificação**

Método científico “é um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento. Este conhecimento pode ser completamente novo ou ser o desenvolvimento, a reunião ou o melhoramento de um ou vários conhecimentos já existentes” (Sarmiento, 2013, p.7). Neste sentido, a presente investigação segue o método de investigação, hipotético-dedutivo ou de verificação das hipóteses, método esse que se baseia na “formulação de hipóteses ou conjecturas, que melhor relacionam e explicam os fenómenos (...) não leva à certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e

demonstrável não é alcançado (...) fundamenta-se na reunião de observações, factos e ideias, que validam hipóteses” (Idem, p. 9).

#### **4.3 Descrição das Técnicas, Procedimentos e Meios**

Para Fortin, existem dois métodos que concorrem para o desenvolvimento do conhecimento: o método quantitativo e o método qualitativo. O primeiro segundo o autor “é um processo sistemático de recolha de dados observáveis e quantificáveis” (1999, p.22). Segundo o mesmo autor, quanto ao método de abordagem qualitativo, refere que este “tem como objetivo descrever ou interpretar, mais do que avaliar.” (Fortin, 1999, p.22). A presente investigação segue uma abordagem qualitativa e quantitativa, ou seja, mista que procura tirar o máximo partido das diferentes fontes de informação, nomeadamente de entrevistas quer em termos de análise quantitativa, quer prioritariamente pela análise qualitativa, associada ao nível dos entrevistados.

A revisão de literatura, foi feita com base na consulta de obras de referência e em documentação de organizações internacionais, que entre outras, se destacam nomeadamente, os relatórios e estudos da União Europeia, Nações Unidas e UNRIC, FRONTEX, *World Economic Forum*, UNHCR, IOM e EUROSTAT. Recorremos também a documentação político-estratégica nacional portuguesa, como o CEM e o CEDN e relatórios do SEF. Para além destes foram consultados e analisados os relatórios de segurança interna elaborados pelo SSI relativos aos últimos dois anos.

Antes de partir para a colheita de dados o investigador deve tentar perceber se o instrumento que vai utilizar dá resposta aos objetivos da sua investigação. “Os dados podem ser colhidos de diversas formas junto dos sujeitos. Cabe ao investigador determinar o tipo de instrumento que melhor convém ao objetivo de estudo” (Fortin, 1999, p.240).

Quanto ao instrumento para a recolha de dados, na parte do trabalho de campo, optamos pela realização de inquéritos por entrevista a sete entidades (Oficiais do Exército português e professores civis) que se dedicam ao estudo das matérias abordadas. A aplicação destas entrevistas estruturadas, utilizando um guião padronizado para todos os entrevistados, permitiu uma posterior análise quantitativa e qualitativa das mesmas, tal como afirma Gil (1999). Todas as entrevistas realizadas foram presenciais, estas foram gravadas com a devida autorização dos entrevistados, sendo transcritas e analisadas posteriormente, como consta no trabalho.

Este Trabalho de Investigação Aplicada, foi realizado na maior parte do tempo na AM, sendo que o trabalho de campo através das entrevistas realizou-se em diversas instituições de ensino e investigação, nomeadamente na Academia das Ciências de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa de Lisboa e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa.

#### **4.4 Modelo de Análise**

O presente trabalho de investigação procura responder à seguinte questão central: **“Quais as principais implicações para a Segurança Nacional em Portugal que derivam dos movimentos migratórios para a Europa?”**. Esta questão é aquela “através da qual o investigador tenta exprimir o mais claramente possível o que procura saber, elucidar, compreender melhor.” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.32).

De modo a obtermos informações com vista à resposta desta questão de partida, houve então a necessidade de levantar cinco questões derivadas, sendo interrogativos precisos, escritos no presente que incluem necessariamente a ou as variáveis em estudo (Fortin, 2009, p.40). Foram levantadas as seguintes questões derivadas:

**Q.D.1:** Quais são as principais ameaças à segurança associadas aos atuais movimentos migratórios para a Europa?

**Q.D.2:** Portugal, como parte integrante do espaço de *Schengen* pode vir a sofrer consequências ao nível da segurança decorrentes dos atuais fluxos migratórios? Em que medida?

**QD3:** O fenómeno terrorista em território europeu pode ser potenciado pelos movimentos migratórios irregulares e descontrolados para a Europa?

**Q.D.4:** Que medidas ao nível da segurança a UE tem de adotar para controlar os atuais movimentos migratórios irregulares para a Europa?

**Q.D.5:** Que medidas Portugal pode adoptar ao nível da segurança para fazer face às potenciais ameaças associados aos movimentos migratórios contemporâneos?

Ora, para cada questão de investigação foi atribuída uma hipótese de investigação traduzindo-se em suposições admissíveis que nos ajudam a compreender melhor o tema, não sendo necessariamente verdadeiras, por isso, uma hipótese de investigação é “um enunciado formal das relações previstas entre duas ou mais variáveis. (...) Combina o problema e o objectivo numa explicação ou predição clara dos resultados esperados”

(Fortin, 2009, p. 102). Assim sendo, de acordo com as questões derivadas formuladas definimos as seguintes hipótese:

**Hipótese nº1:** A ameaça terrorista é uma das principais ameaças, pois os movimentos migratórios irregulares e descontrolados podem tornar a Europa mais permeável à entrada deste fenómeno.

**Hipótese nº2:** Os atuais movimentos migratórios irregulares para a Europa podem colocar em causa a coesão europeia, podendo o acordo de *Schengen* vir a deteriorar-se. Consequentemente também a nossa segurança estará posta em causa.

**Hipótese nº3:** O fenómeno terrorista em território europeu pode ser potenciado pelos movimentos migratórios irregulares.

**Hipótese nº4:** É necessário resolver os conflitos em curso nos países de onde os imigrantes são originários.

**Hipótese nº5:** Portugal deve apostar em fortes medidas preventivas e principalmente fortes políticas de integração.

## **CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

### **5.1 Caracterização dos Entrevistados**

Para a realização do trabalho de campo, efetuaram-se sete entrevistas, todas elas presenciais a entidades reconhecidas e com elevados conhecimentos na área em estudo, possuindo uma visão atual da problemática em questão. De entre os sete entrevistados temos três professores civis, e cinco oficiais do Exército Português que se dedicam ao estudo e investigação destas áreas. Aos entrevistados foi atribuído um número, apenas para facilitar a análise das respetivas entrevistas.

Foram entrevistadas as seguintes entidades:<sup>60</sup>

- Entrevistado nº1 - Professor Adriano Moreira;
- Entrevistado nº2 - General Luís Valença Pinto;
- Entrevistado nº3 - Coronel Gil Prata;
- Entrevistado nº4 - Coronel Lemos Pires;
- Entrevistado nº5 – Tenente Coronel Proença Garcia;
- Entrevistado nº6 – Tenente Pedro Meneses
- Entrevistado nº7 – Professor José Fontes

### **5.2 Apresentação e Análise dos Resultados das Entrevistas**

No presente capítulo, temos como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos através dos inquéritos por entrevista. De modo a clarificar e resumir as respostas às entrevistas procedemos à organização das referidas questões em quatro módulos. Desta forma, no módulo “A” são apresentadas duas questões que dizem respeito às “consequências dos atuais movimentos migratórios, ao nível da segurança”.

No módulo “B” apresentamos três questões que dizem respeito às “implicações que estes movimentos migratórios têm e possam vir a ter a médio e longo prazo para Portugal,

---

<sup>60</sup> Ver Apêndice B – Caracterização dos Entrevistados

bem como as respetivas medidas que devem ser tomadas”. No módulo C temos duas questões que dizem respeito às “medidas já adoptadas pela UE, bem como as que faltam implementar”.

Finalmente no módulo “D”, temos uma questão que diz respeito à “radicalização dentro de fronteiras europeias” visando saber se este problema já reside de facto dentro das nossas fronteiras, e de que forma isso pode ser potenciado pelos movimentos migratórios irregulares. Esta análise dos inquéritos por entrevista teve inicialmente uma natureza qualitativa, onde efetuamos o resumo das respostas de cada uma das oito questões<sup>61</sup> e extraímos as principais ideias às quais foram atribuídas um segmento com o objetivo de sintetizar a informação<sup>62</sup> e para posteriormente efetuarmos uma conversão quantitativa das respostas, pela repetição desses mesmos segmentos nelas presentes.

As transcrições das entrevistas encontram-se gravadas em CD, em anexo ao trabalho de investigação, para poderem ser consultadas.

### **Apresentação e Análise da Questão A1.**

**Quadro 1 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão A1**

Os atuais movimentos migratórios desregulares para a Europa estão de facto a trazer consequências para a Segurança da população e dos Estados europeus?									
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão A1									
Sim, a recente crise migratória está a trazer consequências para os Estados europeus.	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
Este movimento de expansão já ameaça também a Península Ibérica.	X							1	14%
De alguma forma estão, mas não propriamente em ligação direta com o movimento de refugiados.				X			X	2	29%

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013)

**Análise da Questão A1:** Como podemos verificar através do quadro 1, todos os entrevistados afirmam que os recentes movimentos migratórios que se têm verificado estes

<sup>61</sup> Ver Apêndices C, D, E, F, G, H, I, J.

<sup>62</sup> Ver Apêndice B - Codificação Alfanumérica.



últimos anos para dentro de fronteiras europeias, estão de alguma forma a trazer consequências e implicações para a população europeia e dos Estados europeus.

Valença Pinto refere que “estes fluxos migratórios poderão de facto representar um problema ao nível da segurança por diversos fatores. Um desses fatores é o facto aparentemente estar em causa a coesão da própria Europa.” Também Pedro Meneses acrescenta que “nos últimos anos a Europa tem estado mergulhada numa crise económica, crise essa que pode ser catalisada, reforçada, pelos recentes fenómenos de migrações irregulares em grande escala”. Se a coesão da UE estiver em causa, também a segurança estará posta em causa reforça Valença Pinto. A propósito de coesão a grande maioria dos entrevistados refere que existem já vários sinais de que o Espaço *Schengen* pode vir a desagregar-se.

Por outro ponto de vista, Adriano Moreira deixa bem subjacente, que encara este fenómeno como sendo “um movimento de expansão muçulmano, movimento esse que já ameaça a Península Ibérica”.

Tal como referem Lemos Pires e José Fontes “de facto estes recentes massivos movimentos migratórios estão a trazer consequências para a segurança, uma vez que tudo o que tem a ver com movimentos de pessoas e bens tem implicações na segurança” De facto um dos princípios em que assenta essa mesma segurança da UE, tal como afirma Pedro Meneses e Valença Pinto, é a livre circulação de pessoas, bens e serviços. No entanto, Lemos Pires e José Fontes acrescentam que determinados eventos ou acontecimentos, nomeadamente ações terroristas, que a opinião pública tem associado a estes fluxos migratórios não terão obrigatoriamente uma relação direta. Lemos Pires sugere que pode existir sim, a utilização desses fluxos como um meio para atingir um fim, por parte de elementos que pretendam infringir danos no seio da sociedade Europeia. É um ponto de vista que devemos sem dúvida considerar.

## Apresentação e Análise das Questão A2

Quadro 2 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão A2

Que ameaças poderão advir associadas a estes movimentos migratórios para a Europa?									
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão A2									
Ameaçam a coesão Europeia enquanto organização política e económica.	X	X				X	X	4	57%
Ameaçam um dos pilares da UE, o Espaço <i>Schengen</i> .	X	X				X		3	43%
Representam uma ameaça a nível demográfico.	X				X	X		3	43%
Proliferação de Guetos na Europa, população não assimilada susceptível de incorrer em atividades criminosas e terroristas.		X	X		X	X		4	57%
Tornar a Europa mais permeável a organizações terroristas e criminosas.		X	X	X	X	X	X	6	85%
Estão a aparecer na Europa movimentos reacionários de divisão dos países.	X							1	14%

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013).

**Análise da Questão A2:** Sendo o Terrorismo, uma das maiores ameaças à sociedade, ameaça essa que já se encontra bem presente na Europa, também isso se refletiu nas respostas dadas pelos entrevistados, como podemos ver no Quadro 2. Estes entrevistados referem, que **estes recentes e massivos movimentos migratórios irregulares que têm como destino a Europa, poderão fazer com que esta fique mais permeável à entrada de indivíduos pertencentes a organizações terroristas e criminosas**, que poderão aproveitar esses enormes fluxos para entrar em território europeu, uma vez que o controlo fronteiriço por parte das autoridades e agências europeias tem sido dificultado. Como refere o Valença Pinto, “no meio destes movimentos migratórios podem vir elementos, que apesar de temporariamente inativos, poderão vir a conduzir ações terroristas e criminosas, ações essas que vão contra a matriz das nossas sociedades.”

Ainda relativamente à questão do terrorismo, quatro dos entrevistados referem que a **difícil assimilação e integração** destas massas populacionais, pode levar à **constituição de guetos na Europa, massas populacionais que por diversos fatores não se integram**

**na sociedade do país de acolhimento, e se tornam susceptíveis de incorrer em atividades criminosas e terroristas.**

Essa difícil integração, como pode verificar-se nas respostas das entrevistas, pode ter a ver com duas situações: sendo que a primeira são os números. Falamos de enormes massas populacionais (Pedro Meneses), a segunda tem a ver com a enorme diferença cultural entre imigrantes e países de acolhimento (Proença Garcia). Nesta perspectiva Valença Pinto coloca a questão, de que, “até que ponto essa assimilação e integração serão possíveis, sem se perder ou dissolver a identidade Europeia?”

Reforçando, o Pedro Meneses, refere que um claro sinal de que este problema de integração é real, aconteceu na França pelos anos de 2005/2006, onde foi possível visualizar uma série de fenómenos de criminalidade e distúrbios sociais por parte de milhares de jovens dos subúrbios de várias cidades em França.

Não podemos no entanto ignorar, que a maioria das pessoas que saem dos seus países, vêm em busca de melhores condições de vida, “portanto não podemos colocar de lado a preocupação de natureza humanitária, também para que daí não resulte alguma revolta nessas populações, e não se transformem em agentes de problemas mediante essa revolta que possam sentir” (Valença Pinto). Em suma, a questão da integração, ou falta dela, pode sim, dar origem à ameaça.

Como já referido na questão acima, e reforçado por quatro dos entrevistados nesta questão, estes movimentos migratórios estão a por em causa a **coesão da União Europeia** enquanto organização política económica. Adriano Moreira menciona que “esta falta de coesão reflete-se, por um conflito entre cumprir os deveres humanitários, a segurança e capacidades, sendo que as capacidades têm a ver com a crise financeira e económica.” E aí temos de novo a questão da difícil integração. Como questiona Adriano Moreira “será que a Grécia, que esta envolvida naquela crise financeira, terá capacidade para receber toda aquela gente?”.

Quando falamos em coesão entre Estados Europeus, falamos também necessariamente no **Acordo de Schengen**, ao qual três dos inquiridos, se referem especificamente. Este, que é um dos pilares da UE, pode estar posto em causa, abalando a nossa segurança.

Temos ainda três dos inquiridos, que referem que está presente uma **ameaça ao nível demográfico**, sendo que Adriano Moreira e Proença Garcia referem-se mesmo a um “movimento de expansão muçulmano”, em que “os tratados estão a ser vencidos pelas memórias”, acrescenta Adriano Moreira. Também Lemos Pires refere que “o empurrar, o

criar condições instáveis nos países de origem (...) pode ser uma indicação de uma intenção, não sendo as pessoas por si só uma ameaça, mas aquilo que se pode utilizar a partir daí.”. Já Proença Garcia refere mesmo, que pode haver uma intenção de “conquista” da Europa, e isso aparentemente está a ser realizado de uma forma sustentável.

Podemos verificar ainda por outra perspectiva, que **estão a aparecer na europa movimentos reacionários de divisão dos países**, a sua grande maioria por parte de indivíduos de Extremos Políticos, que incorrem em manifestações e atos de violência, mostrando-se contra a recepção de imigrantes e refugiados.

## Apresentação e Análise das Questão B1

Quadro 3 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão B1

Relativamente à última questão, Portugal poderá também ser afetado?									
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B1									
Sim, pode.	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
Sim, pela questão demográfica.					X	X		2	29%
Sim, mas ainda que com menor impacto.		X	X	X		X	X	5	71%
Sim, por causa devido à posição geográfica.	X				X	X		3	43%
Sim, podemos ser um alvo de oportunidade a qualquer momento.	X	X	X	X			X	5	71%

Fonte: Adaptado Sarmiento (2013).

**Análise da Questão B1:** Relativamente à presente questão em análise, todos os entrevistados referiram que **Portugal pode vir a ser afetado**, no que concerne aos problemas associados aos recentes movimentos migratórios para a Europa, ainda que 71% dos entrevistados considerem que, a vir a refletir-se, será **com menor impacto comparativamente a outros países da Europa**. Como refere Pedro Meneses e Valença Pinto, “os imigrantes procuram tendencialmente países mais ricos, que lhes ofereçam melhores condições e oportunidades, países como a Alemanha, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Dinamarca (...), portanto esses países comportam aquilo que é o grosso do esforço de absorção dos imigrantes.”.

Existe ainda uma outra teoria enunciada por Valença Pinto, que diz que “há uma intenção de deixar Portugal e a Espanha mais à parte destes movimentos migratórios para serem mais sossegadamente rotas de tráficos ilícitos, pois evidentemente onde está todo o policiamento para evitar ou controlar a entrada de refugiados é muito mais complicado passar droga, pessoas ou armas.”.

Relativamente ao fenómeno terrorista, marcadamente presente na questão anterior, também 71% dos entrevistados referiram claramente nesta questão que **Portugal pode ser também um alvo de oportunidade a qualquer momento**. Novamente Valença Pinto refere que “Infelizmente não há nenhuma razão para Portugal ser excluído. A lógica do terror é surpreender e chocar, não age com critério de culpabilizar. Age onde tem facilidade de agir e onde isso causar muito eco.” Tal como reforça Gil Prata “podemos ser um alvo de oportunidade a qualquer momento, se eles perceberem que numa ação aqui vão ser ouvidos a nível mundial”.

A **posição geográfica** de Portugal, foi também enunciada como um dos fatores preponderantes, por 43% dos entrevistados. Adriano Moreira menciona duas situações que concorrem para esta questão. A primeira, referindo-se a um “movimento de expansão muçulmano”, surge uma intenção por parte de determinados indivíduos ou organizações, da conquista do território europeu. “Já começam a falar do *al andaluz*, portanto nós não estamos fora desse problema”, acrescenta. O segundo factor que este mesmo entrevistado refere é o, por ele designado, “poder funcional”. É dada esta designação porque essa mesma “posição funcional de Portugal, depende exatamente da importância da função que lhe possa caber no panorama global, umas vezes benéfica outras vezes não”. Acrescenta ainda que, tudo o que acontece no Mediterrâneo, no Atlântico Norte e no Atlântico Sul acaba por ter efeitos em Portugal.

Ainda na perspectiva geográfica, Pedro Meneses refere que se as migrações irregulares para a Europa causarem uma falta de coesão no seio da UE, países periféricos como Portugal poderão sofrer mais com isso. “Apesar de não ser palpável, uma das grandes ameaças à integridade nacional, reside numa eventual desagregação das relações no centro da Europa.”

É também enunciada a **questão demográfica**. Encontra-se subjacente nas respostas de Proença Garcia e Pedro Meneses, que se permitirmos que muitos imigrantes (de matriz cultural essencialmente muçulmana), venham para cá, se tivermos em conta o decréscimo demográfico português, eles vão assumir cada vez uma maior proporção no

seio da nossa população. Aí surge de novo a questão da Identidade dos Estados referida por Valença Pinto.

## Apresentação e Análise das Questão B2.

Quadro 4 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão B2

Consequentemente, caso a segurança nacional esteja posta em causa, terá o nosso país capacidade para dar uma resposta?										
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)	
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão B2										
Não há uma Segurança Nacional independente da UE.	X		X	X		X	X	5	71%	
As capacidades militares de que dispomos são reduzidas.	X				X	X		3	43%	
Depende sempre da escala do problema.		X			X		X	3	43%	
As FA têm capacidades valiosas que deveriam ser usadas complementarmente às Forças e Serviços de Segurança.		X	X			X		3	43%	

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013).

**Análise da Questão B2:** Relativamente à presente questão, **71% dos entrevistados referiram que, obviamente não existe uma Segurança Nacional independente da UE.** Lemos Pires menciona que, ainda que os Estados tenham individualmente uma parte a dizer, a resposta a possíveis ameaças que poderão vir “camufladas” através dos recentes movimentos migratórios, têm que ter uma resposta colectiva e cooperativa no âmbito das alianças de que fazemos parte. Essas relações dão-nos em certa medida alguma protecção, no entanto tempos de fazer a nossa cota parte, acrescenta.

Temos 43% dos entrevistados que referem que uma resposta eficiente **depende sempre da escala do problema.** Ou seja, depende dos números, e depende da dimensão. Se falarmos em números, vários dos entrevistados relembram que nos anos setenta Portugal foi capaz de integrar cerca de 700 mil retornados das antigas colónias, processo que foi extraordinariamente bem-sucedido. A população Portuguesa, sabe integrar-se e sabe integrar, tal como refere o Proença Garcia e Pedro Meneses. Mas referem ainda, que nesse processo não se colocavam as questões de diferenças de cariz cultural que agora se colocam. Pedro Meneses acrescenta que “a coesão da Europa enquanto UE, também se

sustenta no facto de nós pensarmos e agirmos de maneira semelhante, acreditarmos nos mesmos princípios e valores.”. Apesar de tudo, Portugal terá de ter sempre uma capacidade razoável para responder a estas questões.

Quando falamos em capacidades, falamos também em capacidades militares. Nesta perspectiva, a opinião é de algum modo divergente entre os entrevistados. **43%, referem que Portugal dispõe de valiosas capacidades nas FA que deveriam ser usadas complementarmente às Forças e Serviços de Segurança.** Essa questão volta a ser enunciada por parte dos entrevistados na questão B3 “Que medidas preventivas Portugal deverá adoptar?”, na qual iremos desenvolver mais este assunto.

Apesar de 43% dos inquiridos considerarem que dispomos de bons meios militares, também outros **43% consideram que estes meios são ainda insuficientes.** Proença Garcia refere mesmo que “tem que se gastar 2% do PIB com as FA. Apenas 5 países da NATO gastam 2%, e os outros 23? Portugal gasta 1%.”. Acrescenta ainda que devido a esta falta de investimento, vamos acrescentar à crise financeira e económica uma crise de segurança, “e ela já aí está”, refere.

### Apresentação e Análise das Questão B3.

Quadro 5 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão B3

Que medidas Preventivas Portugal deverá adoptar?									
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão B3									
Investir e mobilizar países membros da UE a investir na FRONTEX.						X		1	14%
Investir nas missões militares da NATO e da ONU.						X		1	14%
Investir e desenvolver os Serviços de Informações e as suas relações com os Serviços de Informações dos países nossos aliados.					X	X	X	3	43%
Apostar em Políticas de Integração.			X	X	X			3	43%
Apostar na criação de <i>Hard Power</i> .						X		1	14%
Efetuar uma triagem dos imigrantes.	X							1	14%
Rever a concepção “Forças e Serviços de Segurança para Segurança Interna e Forças Armadas para Segurança Externa”.		X			X	X		3	43%

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013).

**Análise da Questão B3:** As respostas a esta questão, não deverão ser vistas de uma forma meramente quantitativa, mas sim de complementaridade, ainda que algumas medidas tenham sido mais enunciadas comparativamente a outras que poderão ser igualmente necessárias. Efetuamos no entanto a elaboração do quadro de análise quantitativa para ser mais fácil a análise a esta questão.

As principais medidas enunciadas pelos entrevistados, foram: **“Investir e desenvolver os Serviços de Informações e as suas relações com os aliados”, “Apostar em políticas de integração” e “Rever a concepção “Forças e Serviços de Segurança são para Segurança Interna e Forças Armadas são para Segurança Externa”.**

Relativamente à primeira medida, anunciada a cima, Pedro Meneses, refere, que sendo Portugal um país que não tem as melhores capacidades para investir em FA, terá que **investir na monitorização das ameaças, ou seja nos Serviços de Informações.** Refere ainda que “Se houver esse investimento que nos permita perceber quais são as principais ameaças, aquelas que implicam maiores riscos para nós e que informem os instrumentos como as FA e as Forças de Segurança, como é que devem agir e como devem adaptar-se perante essas ameaças, estamos a fazer um investimento muito mais inteligente”. Também José Fontes, refere que os nossos Serviços de Informação têm de estar alertas para possíveis processos de radicalização dentro e fora de território nacional. Complementando, o Pedro Meneses acrescenta que para isso é necessário potenciar e **desenvolver as relações internacionais entre Serviços de Informações,** pois os nossos *per si* não são suficientes.

A segunda medida referida anteriormente sublinha a importância das **Políticas de Integração,** para que não se gerem os tais grupos de excluídos, que podem constituir grupos de risco para eventuais processos de aliciamento e radicalização. Esta medida encontra-se bem vinculada ao longo das entrevistas, voltando a ser referida na questão C2, como iremos ver mais à frente.

Como foi enunciado acima, também 43% dos entrevistados afirmam que é necessário **rever a conceção “Forças e Serviços de Segurança são para Segurança Interna, e Forças Armadas são para Segurança Externa”.** Valença Pinto refere mesmo que “este modelo que hoje nós temos mantém por via constitucional uma visão essencialmente separada de segurança externa e interna e só muito limitadamente se inclui as FA no quadro de segurança interna.” Conclui afirmando que “não podemos ter a



constituição como prisão ou embaraço das nossas próprias necessidades, pois segurança interna e externa são hoje duas faces da mesma moeda.”

O entrevistado Pedro Meneses refere ainda outras medidas, que para além das que já foram referidas anteriormente é necessário adoptar, “caso não queiramos colocar em causa os princípios suportados pelo Acordo de *Schengen*”. Que são: Investir e mobilizar os países membros da UE a investir na FRONTEX; Investir nas missões militares da NATO e da ONU e apostar na criação de *Hard Power*.

Finalmente, Adriano Moreira, refere ainda uma outra medida, que se releva também de grande importância, que passa pela **triagem dos imigrantes** que pretendam entrar no nosso país, de forma a evitar recebermos indivíduos com más intenções.

### **Apresentação e Análise das Questão C1.**

**Quadro 6 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão C1**

Que medidas a UE tem adotado para prevenir e fazer face a estes movimentos migratórios?									
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C1									
Poucas e insuficientes	X	X	X	X	X	X	X	7	100%
Temos a FRONTEX, que se tem mostrado manifestamente insuficiente.	X				X	X		3	43%
Política de Quotas, distribuição dos migrantes, política essa que não está a resultar.		X				X		2	29%
Financiou a Turquia para a instalação de campos de refugiados em território Turco.					X	X		2	29%
A Europa está em processo de rever a sua Estratégia de Segurança.	X	X						2	29%
As sociedades Europeias têm privilegiado o multiculturalismo diferencialista ao invés do multiculturalismo assimilacionista que favorece a integração.		X	X		X			3	43%

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013).

**Análise da Questão C1:** No que diz respeito a medidas adoptadas pela UE para prevenir e fazer face a estes recentes movimentos migratórios para a Europa, a opinião dos entrevistados é unânime, sendo que todos eles referiram que **tem tomado poucas, e as que**

**tem tomado têm sido insuficientes.** “A União Europeia tem demonstrado algumas dificuldades na resolução desta problemática”, afirma Lemos Pires.

Adriano Moreira, Proença Garcia e Pedro Meneses, deixam claro que a **FRONTEX**, que conjuga as capacidades de polícias marítimas e guardas costeiras da Europa, tem-se mostrado manifestamente insuficiente.

Também com 43%, surge talvez não uma medida, mas uma postura, que a Europa tem adoptado perante estas enormes massas populacionais. **Tem-se privilegiado um multiculturalismo diferencialista, que favorece a criação de comunidades culturais em vez de multiculturalismo assimilacionista que favorece a integração.** Valença Pinto refere que a assimilação cultural é uma das questões mais delicadas, no entanto “seria desejável que os migrantes fossem aculturados, respeitando diferenças e obviamente não se impondo a ninguém (...) devemos aceitar diferenças de carácter cultural, de fundamento social e religioso, mas fazê-lo sem aceitar perder, dissolver ou afectar a identidade europeia.”. Proença Garcia reforça esta questão, afirmando que a Europa tem sido muito permissiva, tem consentido uma grande autonomia cultural e jurídica, e não se verifica a integração dessas populações nas nossas sociedades.

Temos ainda, Valença Pinto e Pedro Meneses, que referem a **política de quotas**, que passava por fazer uma distribuição dos migrantes que chegavam à Europa pelos seus Estados membros. No entanto, esta política é entendida por Valença Pinto e também subjacente na resposta de Pedro Meneses, como um mecanismo completamente artificial que não tem resultado. Um exemplo disso é o caso de Portugal, que recebeu uma pequena parte daqueles que estavam destinados a vir, no entanto outros países como a Hungria, Áustria, Alemanha, Bélgica, Holanda, entre outros, receberam massas humanas brutais que não estão a conseguir controlar.

Adriano Moreira e Valença Pinto, referem que **a Europa está em processo de rever a sua Estratégia de Segurança**, que deverá ser aprovada em dezembro no Conselho Europeu. Valença Pinto acrescenta, que “o documento que já existe de 2003, com uma certa revisão em 2008, não inibe a ação europeia, mas sim a falta de visão e vontade política da UE”, que segundo o mesmo, tem tido “uma política externa absolutamente passiva e omissa, sendo que esta tem que ser um ente capaz de agir onde os seus interesses estão em causa.”.

Surge mencionada ainda outra medida que a Europa tem adotado e não tem resultado. **O financiamento à Turquia para a instalação de campos de refugiados** no

seu território. Essa medida é entendida pelos entrevistados, como um subsidiar a transferência do problema para a Turquia.

## Apresentação e Análise das Questão C2

Quadro 7 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão C2

Que medidas ainda faltam implementar que na sua opinião sejam necessárias?									
Unidade de Registo	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão C2									
Desenvolver e adoptar Políticas de Integração.		X	X		X	X	X	5	71%
Resolver o problema na origem.	X	X		X	X	X	X	6	86%
Tem de continuar a haver uma preocupação de natureza humanitária.	X	X		X			X	4	57%
Definir uma linha de atuação da Europa.		X		X		X		3	43%
Dar atenção às políticas de vizinhança.	X	X					X	3	43%
Aceitar diferenças de carácter cultural e religioso sem perder ou dissolver a identidade Europeia.		X	X					2	29%
Financiamento, investimento em Forças Armadas, equipamento e treino.	X				X	X		3	43%

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013).

**Análise da Questão C2:** Através da análise a esta questão, podemos verificar que uma das principais medidas enunciadas pelos entrevistados, passa por uma necessidade de **resolução do problema na origem**. Revela-se que é necessário e urgente agir num contexto de *Peace Building*, sempre ao abrigo de resoluções e consequentes mandatos legitimados pelo CSNU tal como afirma Valença Pinto. Lemos Pires reforça, dizendo que “é necessário criar condições e ajudar a edificar as sociedades dos países de origem, para que estas pessoas se sintam bem lá, e não façam parte de uma imigração anormal, em número e em espécie.”.

A segunda medida mais mencionada, abordada por cinco dos entrevistados, foi **desenvolver e adoptar Políticas de Integração**. Integração essa que deve ser feita do ponto de vista económico, social e político. Gil Prata refere que se devem “aceitar diferenças de carácter cultural e religioso, respeitando nesta perspetiva o direito do credo moderado, demonstrando-se cidadãos respeitadores dos princípios e valores

constitucionais, e que demonstrem se necessário, defender a Pátria”. Como referimos anteriormente, os imigrantes não podem ser postos à margem, isso provoca a criação de guetos, acabando por gerar mais problemas a partir daí. Nesta, Valença Pinto e Gil Prata afirmam que se deve **aceitar diferenças de caráter cultural e religioso sem se perder ou dissolver a identidade europeia.**

Em terceiro lugar, quatro dos entrevistados afirmam que **tem de continuar a haver uma preocupação de natureza humanitária**, esta prende-se também com a primeira medida, atuando nos países de origem, mas também passa por receber e ajudar quem vem realmente à procura de uma vida melhor. A Europa como lugar rico e desenvolvido não pode ficar alheia ao sofrimento das pessoas.

Temos ainda três dos entrevistados, que referem que é necessário **Investimento em Forças Armadas, equipamento e treino**. Como menciona Adriano Moreira, é necessário haver previsões orçamentais para as FA. Também Proença Garcia, que referiu na questão das medidas preventivas a adotar por Portugal, volta a frisar aqui, que é necessário investir em FA. “Se isso não acontecer, a crise financeira e económica, agravar-se-á para uma crise de segurança, que acaba por já estar presente.”

Também três dos entrevistados referem a urgência da Europa definir uma visão do seu papel no mundo, e correspondentemente **definir uma linha de atuação**.

Para finalizar, três dos entrevistados afirmam que é necessário a Europa dar mais atenção às suas **Políticas de Vizinhança**. A grande maioria dos entrevistados aborda durante a entrevista, as intervenções desastrosas que os países ocidentais (Europa e EUA) tiveram na nossa fronteira próxima, que de alguma forma acabam por entrar para as causas da situação que vemos hoje.

## Apresentação e Análise das Questão D1.

Quadro 8 - Análise Quantitativa das Respostas à Questão D1

Com a crise migratória e consequente facilidade de entrada de possíveis terroristas dentro da Europa “camuflados” no meio de refugiados têm surgido diversas opiniões, falando-se já em radicalização dentro de fronteiras Europeias. Qual é a sua opinião?									
Unidade de Registro	Entrevistas							Frequência (n)	Resultados (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7		
Questão D1									
Concordo, esse problema é real.	X	X	X	X	X	X	X	7	100%

Fonte: Adaptado de Sarmento (2013).

**Análise da Questão D1:** Relativamente a esta última questão todos os entrevistados foram unânimes, e afirmam que **este problema é já uma realidade.**

Segundo Pedro Meneses, tem havido centenas de pessoas, “que já com passaportes e cidadania de países europeus, se têm deslocado para o Médio Oriente e para países africanos, acabando por se juntar a organizações terroristas.” Isto acaba por ser um ciclo vicioso, que muito tem a ver com a exclusão social, económica e política. Estes elementos, sentindo-se excluídos pela sociedade dos países de acolhimento acabam por ser alvo de recrutamento nestes espaços de pobreza no seio da Europa. O mesmo entrevistado refere que são de facto estes indivíduos, que estão a voltar à Europa para cometer atentados terroristas. Isto foi visível nos atentados de Paris e mais recentemente em Bruxelas. Também Adriano Moreira menciona, que “o recrutamento para determinadas organizações terroristas e criminosas de muitos já com nacionalidade europeia, visa os tais grupos de multidões que nunca foram integrados na nossa sociedade.”

Valença Pinto acrescenta ainda que são as segundas e terceiras gerações de imigrantes que representam maior alvo de preocupação neste aspeto. Não se sentindo parte do país de acolhimento, surgem os chamados “lobos perdidos”, como também refere o Lemos Pires, que são pessoas que se radicalizam e têm objetivos em si próprios. Em suma, como também o entrevistado menciona, este risco existe, é um risco evidente, que se poderá acentuar, e temos de ter políticas para lidar com ele também.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

### Nota Introdutória

Nesta fase, após a investigação teórica e da análise de dados das entrevistas efetuadas, iremos, de encontro com os objetivos estabelecidos no início deste trabalho de investigação, proceder à verificação ou refutação das Hipóteses de modo a obtermos as respostas às Questões Derivadas, e finalmente à Questão Central. Com o objetivo de estudar a problemática das atuais migrações e as possíveis implicações para a segurança dos Estados, levantou-se a seguinte questão central: **“Quais as principais implicações para a Segurança Nacional em Portugal que derivam dos movimentos migratórios para a Europa?”**. Estas respostas surgem através da revisão de literatura realizada, complementadas em grande parte com as entrevistas efetuadas na fase do trabalho de campo, sempre de encontro com os objetivos definidos.

De forma a finalizar, apresentaremos a nossa síntese conclusiva, algumas sugestões e recomendações assim como limitações da investigação

### Verificação das Hipóteses Inicialmente Formuladas e Resposta às Questões Derivadas

Para determinarmos as principais implicações para a Segurança Nacional, decorrentes dos atuais movimentos migratórios, foram levantadas um conjunto de questões que nortearam este trabalho. Para responder as estas questões, e numa expectativa de se tornarem válidas levantaram-se as respetivas Hipóteses.

Relativamente à Questão Derivada nº1 **“Quais as principais ameaças à segurança associadas aos atuais movimentos migratórios para a Europa?”** a Hipótese formulada *“A ameaça terrorista é uma das principais, pois os movimentos migratórios irregulares e descontrolados podem tornar a Europa mais permeável à entrada deste fenómeno.”* Apresentou-se como válida.

Quando falamos em ameaça terrorista, não se pense que consideramos os movimentos migratórios por si só uma ameaça desta conjuntura, considera-se sim

*“(...)aquilo que se pode obter a partir daí(...)”*, tal como refere Lemos Pires. A maioria dos imigrantes, vem à procura de melhores condições de vida, sendo obrigação da Europa ter uma preocupação de natureza humanitária, no entanto carece também de uma preocupação ao nível da segurança, a partir do momento em que indivíduos com intenções de infligir danos no seio das sociedades europeias, ligados fundamentalmente a processos jihadistas, conseguem passar dissimulados nas malhas dos controlos fronteiriços.

De acordo com a maioria dos entrevistados, tudo indica que a Europa constitui neste momento um alvo de oportunidade para organizações terroristas que por diversos motivos pretendem perpetrar, ataques com consequências no seio da sociedade europeia. Uma das principais consequências apontadas por Adriano Moreira passa pelos *“(...)efeitos destrutivos naquilo que diz respeito à relação de confiança entre as pessoas e os respetivos governos(...)”*. Com a atual crise migratória em que milhares de migrantes entram todos os dias na Europa, e com o consequente difícil controlo por parte das autoridades e agências com competência para tal, as fronteiras Europeias apresentam-se fragilizadas, tornando o território Europeu mais facilmente acedido por indivíduos de determinadas organizações não só terroristas como criminosas, como adianta Proença Garcia.

Outro dos fatores que pode de facto contribuir para esta questão, um dos mais apontados pelos entrevistados, é o problema da difícil assimilação e integração dessas massas populacionais que acaba por gerar grupos de excluídos, suscetíveis de incorrer em atividades criminosas e ou terroristas, tal como refere Segundo Valença Pinto, acrescentando que *“(...)existem já elementos de segundas e terceiras gerações de imigrantes exemplos disso(...)”*. Portanto a proliferação de guetos na Europa, derivada deste problema de integração, pode constituir-se como uma ameaça. Este problema é real, portanto também esta questão necessita de uma preocupação acrescida.

São apontadas também outras questões, que pensamos relevante referir. Adriano Moreira, refere-se a estes atuais movimentos migratórios, como um *“(...)movimento de expansão muçulmano que já ameaça também a nossa península (...) a impressão que dá é que há um conflito em que a memória está a ganhar(...)”*. Também em relação a esta questão, o mesmo autor refere-se a uma *“(...)guerra que não assume o nome, havendo a percepção de que estamos em paz, e não estamos(...)”*. Proença Garcia, refere que *“(...) a história é cíclica. O nosso sistema de crenças está em causa, os nossos valores estão em causa, e quem mais tem a perder com isso são as mulheres, é um retrocesso civilizacional*

*muito grande (...) ”* Como podemos verificar, encontra-se aqui evidenciada a questão das diferenças culturais e de identidade.

Também segundo a análise das entrevistas, existem indícios de que “ *(...) estes movimentos migratórios podem colocar em causa a coesão da União Europeia, nomeadamente sinais de que o espaço Schengen possa vir a deteriorar-se, e se isso acontecer, a segurança da população também estará posta em causa (...)* ”, como refere Valença Pinto.

Para perceber se Portugal, pode de alguma forma ser afetado por algumas das consequências para a segurança, levantou-se a segunda questão derivada: **“Portugal, como parte integrante do espaço de Schengen, pode vir a sofrer consequências ao nível da segurança decorrentes dos atuais fluxos migratórios? Em que medida?”** Para tentar dar resposta a esta questão surge a seguinte Hipótese: *“Os atuais movimentos migratórios irregulares para a Europa podem colocar em causa a coesão europeia, podendo o acordo de Schengen vir a deteriorar-se. Consequentemente também a nossa segurança estará posta em causa.”* Hipótese que foi verificada. Quando falamos em coesão entre Estados Europeus, falamos também necessariamente no Acordo de Schengen. Este, que é um dos pilares da UE, pode estar posto em causa, abalando a nossa segurança.

Tal como está bem presente na documentação e relatórios analisados, tais como o CEDN, o CEM, os últimos Relatórios Anuais de Segurança Interna do SEF e do Sistema de Segurança Interna, e ainda relatórios elaborados pelo *World Economic Forum*, considera-se que Portugal se depara com uma série de ameaças de natureza global que podem pôr direta ou indiretamente em causa a segurança do nosso país. Nesses relatórios, pode verificar-se que a associação imigrações/segurança está marcadamente presente. Considera-se que as referentes ameaças de natureza global, poderão ter mais impacto em Portugal, se a atual crise migratória causar uma desagregação das relações no centro da Europa, colocando em causa a sua coesão tal como é mencionado por Valença Pinto, Proença Garcia e Pedro Meneses.

Existe no entanto uma ameaça, que é atualmente transversal a qualquer Estado, estando bem evidenciada em documentação estratégico-política e consolidada nas entrevistas efetuadas: a ameaça terrorista. Esta, tal como refere Valença Pinto e Gil Prata, “ *(...) não age com critério de culpabilizar, age onde causar muito eco, e Portugal não está excluído, podendo a qualquer momento constituir-se como um alvo de oportunidade. (...)* ”



Considerando a terceira questão derivada, **“O fenómeno terrorista em território europeu pode ser potenciado pelos movimentos migratórios irregulares e descontrolados para a Europa?”** foi levantada a Hipótese de que *“O fenómeno terrorista em território europeu pode ser potenciado pelos movimentos migratórios.”* Apresentando-se como válida.

A resposta a esta questão foi já dada em parte na primeira questão. Verifica-se que as migrações irregulares em grande escala representam um desafio para o controlo das fronteiras, no caso Europeu, principalmente das fronteiras externas, dificultando o controlo da circulação de pessoas suspeitas, como refere Adriano Moreira. Temos ainda outro ponto de vista que carece de preocupação, como já referimos acima, que é a dificuldade de assimilação e integração dessas massas migratórias. *“ (...) Indivíduos não integrados são muito mais suscetíveis de serem aliciados, recrutados, ou mesmo por iniciativa e motivações próprias (...) ”* (Valença Pinto e Lemos Pires), de incorrerem em organizações deste carácter.

Consideramos que seria importante, abordar algumas medidas que ainda não foram tomadas, ou se o foram não se verificaram os resultados desejados. Para dar resposta à quarta Questão Derivada **“Que medidas ao nível da segurança a UE tem de adotar para controlar os atuais movimentos migratórios irregulares para a Europa?”** foi levantada e verificada a seguinte Hipótese de Investigação: *“É necessário resolver os conflitos em curso nos países de onde os imigrantes são originários.”*

Temos de olhar fundamentalmente para as causas, pois são essas o eixo do problema, e a crise migratória é uma consequência. Aqui entra a componente militar (atuando paralelamente com organizações não militares), componente essa que *“ (...) deve ser aplicada ao abrigo de resoluções e consequentes mandatos legitimados pelo CSNU, atuando num contexto de Peace Building, nessas zonas de caos, de enorme violência e falta de recursos (...) ”* tal como adianta Valença Pinto. A situação de instabilidade política e de carência, nos países de origem dos migrantes, na sua maioria Estados falhados, carece de uma resolução urgente. O respeito pela dignidade humana deve estar sempre presente em primeiro lugar. *“ (...) A União Europeia, como entidade rica e desenvolvida, não pode ficar alheia a este problema (...) ”* (Adriano Moreira, Valença Pinto e José Fontes). Deve criar-se condições e ajudar a edificar as sociedades dos países de origem, para que estas pessoas se sintam bem lá, e não façam parte de uma imigração anormal, em número e em espécie, acrescenta Lemos Pires. Só assim será possível resolver este problema, que está agora também a afetar a Europa, não estando a ser capaz de lidar com a atual crise

migratória. Uma outra medida, e provavelmente das mais importantes e urgentes, passa pela necessidade de fortes políticas de integração. Tal como menciona Valença Pinto, “ (...) *se os imigrantes forem bem integrados nas nossas sociedades, do ponto de vista económico, social e político, a probabilidade de se poderem tornar fonte de problemas é muito menor. (...)* ”.

Segundo Adriano Moreira e Valença Pinto, “ (...) *também se revela necessário a UE dar mais atenção às suas políticas de vizinhança. (...)* ” Para dar resposta a alguns problemas abordados durante a investigação, Pedro Meneses considera que “ (...) *as FA têm capacidades muito importantes (...)* ”, no entanto, tal como refere Proença Garcia é necessário haver um maior investimento nas mesmas, “ (...) *no sentido de que a crise económica e financeira não evolua para uma crise de segurança (...)*”, que segundo o mesmo, acaba por já estar presente. Também Adriano Moreira aborda esta questão sublinhando a necessidade de previsões orçamentais para as FA.

Analogamente, quando falamos em medidas preventivas passíveis de serem adoptadas em Portugal, e com a finalidade de dar resposta à questão **“Que medidas Portugal pode adotar ao nível da segurança para fazer face às potenciais ameaças associadas aos movimentos migratórios contemporâneos?”** foi levantada a Hipótese de que “*Portugal deve apostar em fortes medidas preventivas e principalmente fortes políticas de integração.*” Esta Hipótese é verificada, sendo que a integração foi das medidas mais abordadas durante a investigação na parte do trabalho de campo. Esta medida, se bem conseguida, é sem dúvida das mais vantajosas, quer para a população imigrante, quer para as sociedades receptoras. Verificou-se que a não integração, ou a má integração, acaba por gerar grupos de excluídos no domínio social, económico e político, e são esses excluídos que são muito mais susceptíveis de se tornar uma fonte de problemas, como já vimos anteriormente.

Outras medidas foram ainda apontadas. Uma delas, passa por haver um maior investimento e desenvolvimento dos Serviços de Informações bem como nas suas relações com os respetivos SI da UE e países aliados. Apostar na prevenção, através da monitorização de indivíduos ou organizações passíveis de constituir uma ameaça, ameaças essas que poderão vir “camufladas” no seio destes fluxos migratórios. Como acrescenta Proença Garcia, “ (...) *é necessário ter atenção redobrada a potenciais focos de radicalização no seio das sociedades Europeias, focos esses que poderão ser potenciados pelas más políticas de integração. (...)* ” Mais uma vez, sublinha-se necessário a importância de apostar em fortes políticas de integração.

Através da investigação realizada, revelou-se também necessário, Portugal rever a concepção “Forças Armadas – para Segurança Externa, Forças e Serviços de Segurança – para Segurança Interna”. Valença Pinto considera que “ (...) *a Constituição da República Portuguesa (CRP), apresenta-se nesta perspetiva como um embaraço das nossas próprias necessidades, uma vez que segurança interna e externa são hoje, mais do que nunca, faces da mesma moeda (...)* ”.

Outras duas medidas são apontadas por Pedro Meneses consideram-se igualmente de grande relevância: Investir e mobilizar países membros da UE a investir na FRONTEX; investir nas Missões da NATO e da ONU com a finalidade de restabelecer a paz e ajudar a edificar os países de origem dos migrantes. Finalmente, Adriano Moreira refere que é necessário fazer uma triagem dos migrantes, fazendo uma distinção entre “ (...) *os que vêm à procura de melhores condições de vida, os que são refugiados, e os perigosos (...)*”.

Estamos agora em condições de responder à questão central **“Quais as principais implicações para a Segurança Nacional em Portugal que derivam dos movimentos migratórios para a Europa?”**

Apesar de Portugal, não fazer parte dos principais destinos desta recente vaga de imigrantes, e de as consequências destes massivos movimentos migratórios não serem fáceis de prever a médio e longo prazo, o nosso país, como parte integrante da UE, depara-se com um conjunto de ameaças de natureza global, que também podem pôr em causa a nossa segurança. Uma das mais enunciadas (quer na revisão de literatura, quer nas entrevistas) foi a ameaça terrorista. Esta aparentou-se transversal a qualquer Estado, uma vez que a qualquer momento pode se constituir num alvo de oportunidade. Esta ameaça, apesar de não estar diretamente relacionada com os migrantes, não querendo de forma alguma generalizar ou culpabilizar, ficou claro no entanto que as migrações irregulares, principalmente as que se apresentam em grande escala, podem potenciar este fenómeno, pelos mais variados fatores que já foram referidos nas respostas às questões derivadas, sendo um dos principais a falta de políticas de integração.

Também a aparente falta de coesão no seio da UE e o risco da divisão dos Estados Europeus havendo indícios de que o acordo de *Schengen* possa estar em causa. Se de facto tal acontecer, também as consequências para Portugal terão outra dimensão.

## **Síntese Conclusiva**

Mais do que uma preocupação com as implicações, que muito já foram referidas acima, considera-se urgente e necessário perceber as causas que estão por de trás destes massivos movimentos migratórios e agir na sua resolução.

A Europa, como ator global, tem de definir uma linha de atuação, tem obrigações de cariz humanitário que não pode ignorar, e ao mesmo tempo tem em braços um problema de segurança, que também não pode descorar de forma alguma, e Portugal tem de fazer a sua cota parte. Em suma, num contexto global considera-se importante: Resolver o problema na origem agindo num contexto de *Peace Building*, fortes políticas de integração de migrantes, e adoção de medidas preventivas no contexto nacional!

## **Limitações da Investigação**

A Metodologia deste tipo de Trabalhos de Investigação denota-se pouco flexível, o que limita de alguma forma a investigação. O número limite de páginas imposto a este tipo de Trabalhos de Investigação, limita também a sua concretização, pois principalmente no que concerne ao trabalho de campo, poderíamos ter fundamentado mais determinadas questões. Finalmente, verificou-se alguma escassez de dados atuais (referentes à recente crise migratória) em fontes credíveis, relativos ao contexto nacional. Os últimos relatórios do SEF, (mais propriamente os RIFA) constam do ano de 2014.

## **Recomendações e Sugestões**

Concluída a investigação, e após se retirarem as principais conclusões importa referir algumas recomendações: Desenvolver um modelo que potencie um emprego das Forças Armadas no Contexto Nacional, agindo num contexto de Segurança Interna, sendo para isso necessário uma revisão constitucional; Alargar as capacidades de Emprego das Forças Armadas em colaboração com as Forças e Serviços de Segurança no âmbito da Segurança Interna em Portugal; Elaborar uma série de políticas de integração concretas, passíveis de ser implementadas em contexto nacional.

Como a investigação não se esgota, havendo muito por estudar no que concerne a este fenómeno das migrações, fenómeno esse que adquire hoje novos contornos e

dimensões, com implicações para a segurança dos Estados, sugere-se que: se efetuem estudos congruentes a uma abordagem mais consistente das Forças Armadas para contribuir para combater este fenómeno que preocupa a União Europeia e praticamente todos os países da Europa, incluindo Portugal; Elaborar estudos de caso objetivos, no seio de comunidades imigrantes, que relacionem as políticas de integração implementadas, ou falta delas e as consequências que daí poderão advir; Estudar possíveis medidas de emprego de militares portugueses em colaboração com os Serviços de Informações Nacionais e Internacionais; Elaborar estudos consistentes, que permitam identificar possíveis focos de radicalização no seio das sociedades Europeias, incluindo em Portugal.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e Revistas

- Adriano Moreira (1984) Hierarquias das Potências: Dependência e Alienação. *IDN - Revista Nação e Defesa* nº30
- Adriano Moreira (1988) Segurança e Defesa. *IDN - Revista Nação e Defesa* nº45
- Adriano Moreira (2012). *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Gradiva
- Adriano Moreira (2016). Liberdade de Circulação. In Correia, E. *Liberdade e Segurança* (13-20). Lisboa: ISCPSI-ICPOL
- Barrento, A. (2009). Klawsewitz: a teoria da guerra. In. Garcês, A., Martins, G., *Os grandes Mestres da Estratégia - Estudos sobre o poder da Guerra e da Paz*. Lisboa: Almedina
- Brandão, A. (2004). Segurança: um conceito contestado em debate. In Adriano Moreira, *Informações e Segurança: Livro em Honra do General Pedro Cardoso* (pp. 37-56). Lisboa: Editora Prefácio.
- Brandão, A. (2007). Migração Internacional e estudos de Segurança: Dilemas de Investigação. *Estratégia*. Volume XVI, 81-99.
- Buzan, B. (1993). Societal Security. In Waeber, O. *Migration and the New Security Agenda in Europe*. London: Pinter
- Cardoso, L. (1979) Editorial. *IDN-Revista Nação e Defesa*. Nº12
- Chito Rodrigues, J. (2012). Reflexão Referente à Revisão do CEDN. *Revista Militar*. Nº2529 - Outubro de 2012.
- Correia, J. (2014). A Segurança e Defesa da Europa. *Segurança e Defesa*. Março-Maio 2014, 24-41.
- Correia, P. (2001). Velhas e Novas Cartografias dos Conflitos, Coimbra, Quarteto Editora
- Couto, Abel Cabral (1988) - Elementos de estratégia - Apontamentos para um curso. Pedrouços. Instituto de Altos Estudos Militares. Vol. I.
- Escorrega, L. (2009). A Segurança e os "novos" Riscos e Ameaças: Perspectivas Várias. *Revista Militar*, Agosto/Setembro de 2009.

- Ferro, M. (2016). Contributos para um debate sobre um melhor Estado. In Correia, E. Liberdade e Segurança (45-55). Lisboa: ISCPSI-ICPOL
- Fortin, M. (1999). O Processo de Investigação. Da Investigação à realização. Loures: Lusociência.
- Gil, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (5ªEd.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Gonçalves, J. F. (2013) O combate à radicalização no extremismo islâmico: a Contraradicalização e a Desradicalização. *Revista Nação e Defesa* Nº137
- Lemos Pires, N. (2012). Terrorismo, uma ameaça perene. *Revista Militar*. Nº2525/2526-Junho/Julho de 2012.
- Loescher, G. (1993) International Security and Population Movements. In Cohen, R. The Cambridge Survey of World Migration. Cambridge: Cambridge Press
- Loureiro dos Santos (2015) Análise dos Conflitos Atuais, Ameaças, Riscos e Prospectivas. *Revista Militar*. Nº 2565 - Outubro de 2015.
- Loureiro dos Santos, J.A (2016). A Guerra no meio de nós. Lisboa: Clube do Autor
- Lucena, J. N. (1992). Tipologia e hierarquização das ameaças a importância das informações, tipos de sistemas das informações. *IDN - Revista Nação e Defesa*. Nº 61
- Mota, M. A (2015). A crise Migratória na Europa. *Revista Militar*. Nº 2567 - Dezembro de 2015
- Nye, J. (2005) Soft Power - The means to success in world politics. New York: PublicAffairs.
- Oliveira, Ramires. (1980) Estratégia Indireta e Independência Nacional. *IDN - Revista Nação e Defesa* nº13.
- Papademetriou, G. (2008) A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Lisboa: Cadavalgráfica
- Papadopoulos, G. (2011) Migration and security threats in south-eastern Europe. Athens: Routledge
- Pathé Duarte, F. (2015) *Jihadismo Global - Das Palavras aos Actos*. Lisboa: Marcador
- Proença Garcia, F. (2006). As Ameaças Transnacionais e a Segurança dos Estados - Subsídios para o seu Estudo. *Revista Negócios Estrangeiros*. 9.1, 339-374
- Quivy, R., Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.

- Requena, M. (2016). International Migrations, Security and Identity. In. Rodrigues, T., Pérez, R., Ferreira, S. *Globalization and International Security - An Overview* (51-76) Lisbon: Nova Publishers New York
- Ribeiro, H. M. (2008). Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico (1º Edição.). Lisboa: Gradiva - Publicações, Lda.
- Rodrigues, T. F. (2010). Dinâmicas Migratórias e riscos de segurança em Portugal. *IDN - Revista Nação e Defesa* .Nº2
- Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, 2ª edição, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa
- Sequeira J. (2014). Da Estratégia: Conceitos. *Proelium*. Volume VI, 309-314.
- Teixeira, N. S. (2001). Culturas e Segurança: Racismo, Imigração e Jovens em Grupo. In *Seminário Internacional Culturas e Segurança*. Lisboa: Inspeção-geral da Administração Interna
- Teixeira, Nuno Severiano. (2002). *Contributos para a Política de Segurança Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Tomé, L. L. (2003) *O Estado e a nova ordem internacional – Entre a fragmentação e a globalização*. Lisboa: UAL
- Valadares, H. (2005). Migrações – Implicações para a Segurança. *Estratégia*. Volume XV, 299-384.
- Vieira Borges, J. (2009). As Novas e Antigas Ameaças para Portugal e Espanha: Percepções, Realidade e Prospectivas. *Revista Militar*. Nº 2494 - Novembro de 2009.
- Waeber, Ole et. al. (1993) - Identity and the New Security Agenda in Europe. London: Pinter Publishers.
- Yazgan, P, Utku, D., Sirkeci, I. (2015) Syrian Crisis and Migration. *Migration Letters*, Vol. 12 Issue 3, p181. Acedido a 22 de abril de 2016 em: <http://connection.ebscohost.com/c/articles/110010898/syrian-crisis-migration>
- Zimmermann, K. F. (2005) *European Migration - What Do We Know?* London: Oxford University Press



## Documentos de Sítios da Internet

- ACNUR, In *Perguntas e respostas*, *acedido a 20 de abril de 2016 em* <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/?L=hwtmowasisqlsdz>
- Allied Command for Transformation (2009). In *Multiple Futures Project*. Acedido a 14 de abril de 2016 em <http://www.act.nato.int/nato-multiple-futures-project-documents>
- Bigo, D. (2002). Security and Immigration: Toward a Critique of the Governmental of Unease, In *Institut des Etudes Politiques*. Acedido a 15 de maio de 2016 em [http://alt.sagepub.com/content/27/1\\_suppl/63.extract#](http://alt.sagepub.com/content/27/1_suppl/63.extract#)
- Centro Regional de Informação das Nações Unidas [UNRIC] (2016). Acedido a 20 de abril de 2016 em <http://www.unric.org/pt/actualidade/32134-migrantes-internacionais-aumentaram-41-em-15-anos-atingindo-os-244-milhoes>
- Comissão Europeia [CE]. In *Uma Europa sem fronteiras: O Espaço Schengen*. Acedido a 14 de abril de 2016, disponível em: <http://www.act.nato.int/nato-multiple-futures-project-documents>
- European Commission (2016) Migration and Home Affairs. Acedido a 20 de maio de 2016 em [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/index_en.htm)
- European Commission (2016). Council Implementing Decision. Acedido a 14 de abril de 2016 em [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160504/schengen\\_proposal\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/proposal-implementation-package/docs/20160504/schengen_proposal_en.pdf)
- EUROSTAT (2001). The concept of international migration. In *Conference of European Statisticians*. Belgium. Acedido a 6 de março de 2016 em: <http://www.unece.org/fileadmin/DAM/stats/documents/2001/05/migration/12.e.pdf>
- Ferro, M. (2016) O Século das pessoas em fuga. Acedido a 20 de Abril de 2016, Disponível em: <http://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/o-seculo-das-pessoas-em-fuga-4763728.html>
- FRONTEX (2016), *Migratory Routes Map*, Acedido em 29 março 2016. Disponível em: <http://frontex.europa.eu/trends-and-routes/migratory-routes-map/>.
- Gomes. L. (s/d) In: *Movimentos da População*, *acedido a 27 de março de 2016, em* <http://georuyluigomes.no.sapo.pt/doc/migracoes.pdf>

- Grassi, M & Melo, D. (2007), In Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas de integração. Acedido a 15 de maio de 2014 em [http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2007/wp2007\\_4.pdf](http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2007/wp2007_4.pdf)
- IOM (2015). In *EU Migrant, Refugee Arrivals by Land and Sea Approach One Million in 2015*, Acedido a 2 de junho de 2016, Disponível em: <http://www.iom.int/news/eu-migrant-refugee-arrivals-land-and-sea-approach-one-million-2015>
- IOM (2016) *Key Migration Terms*, Acedido a 20 de março de 2016. Disponível em: <http://www.iom.int/key-migration-terms>
- IOM (2016), In *Mediterranean Migrant Arrivals in 2016*, acedido a 17 de maio de 2016 disponível em: <http://www.iom.int/news/mediterranean-migrant-arrivals-2016-204311-deaths-2443>
- Klare, M. (2015). In *Hard Power, Soft Power, and Energy Power in The foreign Policy Tool* acedido a 5 de junho de 2016 disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2015-03-03/hard-power-soft-power-and-energy-power>
- Kosters, A. (2016) Portugal recebeu 195 refugiados, nenhum sírio. Acedido a 19 de maio de 2016, Disponível em: <http://observador.pt/2016/04/26/portugal-recebeu-195-refugiados-nenhum-sirio>
- Lopes, A. F. (s/d) In: *Políticas de imigração e asilo num Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*. Acedido a 10 de abril de 2016 em <https://infoeuropa.eurocid.pt/files/database/000021001-000022000/000021551.pdf>
- Martine, G. (2005). A Globalização inacabada migrações internacionais e pobreza no século 21. Acedido a 20 de Março de 2016, Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392005000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300001)
- National Geographic (2005), Human Migration Guide In *Marcopolo Xpeditons*. Acedido a 25 de maio de 2015 em <http://www.nationalgeographic.com/xpeditons/lessons/09/g68/migrationguidestudent.pdf>
- Neves, C. (2016) In Portugal no Top 3 com refugiados recolocados da UE, acedido a 23 de abril de 2016, disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/portugal-no-top-3-com-refugiados-recolocados-da-ue-5079180.html>
- SEF (2014). In *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2014*, Acedido a 17 de Abril de 2016, Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2014.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf)

- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2014). Relatório Anual de Segurança Interna. Acedido a 16 de abril de 2016 em <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-defesa-nacional/documentosoficiais/20150902-mdn-livro-defesa-2020.aspx>
- Sistema de Segurança Interna [SSI] (2015). Relatório Anual de Segurança Interna. Acedido a 16 de abril de 2016 em <http://www.portugal.gov.pt/media/18859123/20160331-rasi-2015.pdf>
- STIVACHTIS, Y. A. (2008) International Migration and the Politics of Identity and Security, *Journal of Humanities & Social Sciences*, Vol.2, (6 -7). Acedido a 4 de abril de 2016, Disponível em: <http://www.scientificjournals.org/journals2008/articles/1387.pdf>
- Teixeira, N. S. (2007) Intervenção na Reunião Informal de Ministros do Desenvolvimento, Funchal: Acedido a 25 de novembro de 2014 em: [http://www.mdn.gov.pt/NR/ronlyres/307B09C9-511B-4694-89D1-A6860617B337/0/MDN200907\\_RIMDe-senv\\_Funchal\\_final.pdf](http://www.mdn.gov.pt/NR/ronlyres/307B09C9-511B-4694-89D1-A6860617B337/0/MDN200907_RIMDe-senv_Funchal_final.pdf)
- Teixeira, Nuno Severiano (2001), In *Uma política de imigração para Portugal*, Acedido a 26 de março de 2016 em <http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/uma-politica-de-imigracao-para-portugal-163102>
- UNHCR (2016), In *Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean Situation*, acedido a 17 de maio de 2016 em: <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php>
- United Nations (2015). In *International Migration Report 2015* Acedido a 12 de maio de 2016 em: [http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015\\_Highlights.pdf](http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf)
- Vieira Borges, J. (2010). In *Congresso Nacional de Segurança e Defesa*. Acedido a 2 de março de 2016 em [http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD\\_2C\\_texto\\_pdf\\_joao\\_vieira\\_borges.pdf](http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD_2C_texto_pdf_joao_vieira_borges.pdf)
- World Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*. Acedido a 24 de abril de 2015 em <http://www3.weforum.org/docs/Media/TheGlobalRisksReport2016.pdf>

## **Multimédia**

Frontline. (2015). *Europe's Open-Border Dilemma: Is Schengen a Success* [Reportagem].

## **Teses de Mestrado**

Baleizão, R. (2011). *A Segurança Nacional e os Sistemas de Informação – Contributos para a Estratégia Nacional da Política de Segurança Nacional*. Dissertação de Mestrado em Guerra da Informação, Academia Militar, Lisboa.

## **Legislação**

Conceito Estratégico de Defesa Nacional (2013).

EME. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: EME.

Lei de Defesa Nacional [LDF] (2009). Lei nº 31-A/2009 de 7 de julho: *Diário da República*, 1ª Série, nº 129.

SEF(2016) Legislação. Acedido a 21 de maio de 2016, Disponível em:

[http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/legislacao/legislacao\\_detalhe.aspx?id\\_linha=4219](http://www.sef.pt/portal/v10/PT.aspx/legislacao/legislacao_detalhe.aspx?id_linha=4219).

## **APÊNDICES**

### **Apêndice A – Guião Da Entrevista**

#### **ACADEMIA MILITAR**

#### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA**

**“Os Movimentos Migratórios para a Europa – Implicações para a Segurança Nacional”**

#### **GUIÃO DE ENTREVISTA**

A presente entrevista é um instrumento válido de apoio à análise científica que se enquadra no Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), que é parte integrante do mestrado em Ciências Militares do curso de Infantaria, da Academia Militar, que tem como tema “Os Movimentos Migratórios para a Europa – Implicações para a Segurança Nacional” O assunto que se pretende investigar versa sobre o impacto dos massivos movimentos migratórios passíveis de por em causa a segurança de Portugal, como integrante da União Europeia e signatário do acordo de *Schengen*. Esta entrevista tem como objetivo a recolha de informação sobre a temática em si, por forma, à que após o seu estudo, se possam retirar as conclusões que vão de encontro ao TIA.

A sua participação voluntária nesta entrevista, representa uma ajuda fundamental e uma mais-valia para este trabalho, dada a sua experiência sobre a temática.

**Muito obrigado pela sua colaboração**

**Autor: Jorge Manuel de Jesus Amaral**

**Aspirante de Infantaria**

**Orientador: Luís Manuel Brás Bernardino**

**Tenente Coronel de Infantaria**

**Lisboa, Abril 2016**

Antes de começar a entrevista gostaria de saber se tem alguma dúvida acerca do trabalho e sobre a entrevista?

Peço então que preencha os seguintes dados.

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Cargo / Posto:** \_\_\_\_\_ **Função:** \_\_\_\_\_

**Unidade/local:** \_\_\_\_\_

**Data:** \_\_\_\_\_

**QUESTÃO 1:** Os atuais movimentos migratórios desregulares para a Europa estão de facto a trazer consequências para a Segurança da população e dos Estados europeus?

**QUESTÃO 2:** Que ameaças poderão advir associadas a estes movimentos migratórios para a Europa?

**QUESTÃO 3:** Relativamente à última questão, Portugal poderá também ser afectado?

**QUESTÃO 4:** Consequentemente, caso a segurança nacional esteja posta em causa, terá o nosso país capacidade para dar uma resposta?

**QUESTÃO 5:** Que medidas Preventivas Portugal deverá adoptar?

**QUESTÃO 6:** Que medidas a UE tem adoptado para prevenir e fazer face a estes movimentos migratórios?

**QUESTÃO 7:** Que medidas ainda faltam implementar que na sua opinião sejam necessárias?

**QUESTÃO 8:** Com a crise migratória e consequente facilidade de entrada de possíveis terroristas dentro da Europa “camuflados” no meio de refugiados têm surgido diversas opiniões, falando-se já em radicalização dentro de fronteiras Europeias. Qual é a sua opinião?

**Se achar que existe alguma temática que não foi abordada até ao momento ou que considere importante referi-la, por favor, escreva-a a seguir.**

**Estará disponível para um novo contato após esta entrevista?**

**Muito obrigado pela sua colaboração**

## Apêndice B - Caracterização dos Entrevistados

<b>Nome</b>	Adriano José Alves Moreira
<b>Função/Cargo</b>	Professor Universitário de Ciência Política e Relações Internacionais, Político, Advogado. (...)
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	26 de Abril de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Academia das Ciências de Lisboa

<b>Nome</b>	Luís Vasco Valença Pinto
<b>Função/Cargo</b>	General na situação de reforma
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	15 de Abril de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Saldanha/Lisboa

<b>Nome</b>	Vitor Manuel Gil Prata
<b>Função/Cargo</b>	Coronel na Reserva/Juiz Militar
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	18 de Abril de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Academia Militar – Polo da Amadora

<b>Nome</b>	Nuno Barrento de Lemos Pires
<b>Função/Cargo</b>	Coronel, Comandante do Corpo de Alunos da Academia Militar
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	15 de Abril de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Academia Militar – Polo da Amadora

<b>Nome</b>	Francisco Miguel Gouveia Proença Garcia
<b>Função/Cargo</b>	Tenente Coronel na Reserva, professor universitário
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	2 de Maio de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Universidade Católica Portuguesa - Lisboa



<b>Nome</b>	Pedro Barros Meneses
<b>Função/Cargo</b>	Tenente, Professor
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	12 de Abril de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Academia Militar - Lisboa

<b>Nome</b>	José Fontes
<b>Função/Cargo</b>	Professor auxiliar com Agregação da Universidade Aberta e da Academia Militar
<b>Tipo de Entrevista</b>	Presencial
<b>Data</b>	19 de Abril de 2016
<b>Local da Entrevista</b>	Academia Militar – Polo Amadora

## Apêndice C – Codificação Alfanumérica das Entrevistas

Tabela 3 - Codificação Alfanumérica das Entrevistas

Codificação alfanumérica das entrevistas	
<b>Questão A1</b>	
<b>“Os atuais movimentos migratórios desregulares para a Europa estão de facto a trazer consequências para a Segurança da população e dos Estados europeus?”</b>	
<b>Segmento A1.1</b>	Sim, estão.
<b>Segmento A1.2</b>	Este movimento de expansão já ameaça também a Península Ibérica.
<b>Segmento A1.3</b>	De alguma forma estão, mas não propriamente em ligação direta com o movimento de refugiados.
<b>Questão A2</b>	
<b>“Que ameaças poderão advir associadas a estes movimentos migratórios para a Europa?”</b>	
<b>Segmento A2.1</b>	Ameaçam a coesão Europeia enquanto organização política.
<b>Segmento A2.2</b>	Ameaçam um dos pilares da UE, o Espaço <i>Schengen</i> .
<b>Segmento A2.3</b>	Representam uma ameaça a nível demográfico.
<b>Segmento A2.4</b>	Proliferação de Guetos na Europa, população não assimilada susceptível de incorrer em atividades criminosas e terroristas.
<b>Segmento A2.5</b>	Tornar a Europa mais permeável a organizações terroristas e criminosas.
<b>Segmento A2.6</b>	Estão a aparecer na Europa movimentos reacionários de divisão dos países.
<b>Questão B1</b>	
<b>“Relativamente à última questão, Portugal poderá também ser afectado?”</b>	
<b>Segmento B1.1</b>	Sim, pode.
<b>Segmento B1.2</b>	Sim, pela questão demográfica.
<b>Segmento B1.3</b>	Sim, mas ainda que com menor impacto.
<b>Segmento B1.4</b>	Sim, por causa do seu da sua posição geográfica.
<b>Segmento B1.5</b>	Sim, podemos ser um alvo de oportunidade a qualquer momento.
<b>Questão B2</b>	
<b>“Consequentemente, caso a segurança nacional esteja posta em causa, terá o nosso país capacidade para dar uma resposta?”</b>	
<b>Segmento B2.1</b>	Não há uma Segurança Nacional independente da UE.
<b>Segmento B2.2</b>	As capacidades militares de que dispomos são reduzidas.
<b>Segmento B2.3</b>	Depende sempre da escala do problema.
<b>Segmento B2.4</b>	As FA têm capacidades valiosas que deveriam ser usadas complementarmente às Forças e Serviços de Segurança.
<b>Questão B3</b>	
<b>“Que medidas Preventivas Portugal deverá adoptar?”</b>	
<b>Segmento B3.1</b>	Investir e mobilizar países membros da UE a investir na FRONTEX.
<b>Segmento B3.2</b>	Investir nas missões militares da NATO e da ONU.
<b>Segmento B3.3</b>	Investir e desenvolver os Serviços de Informações e as suas relações com os Serviços de Informações dos países nossos aliados.
<b>Segmento B3.4</b>	Apostar em Políticas de Integração.
<b>Segmento B3.5</b>	Apostar na criação de <i>Hard Power</i> .
<b>Segmento B3.6</b>	Efetuar uma triagem dos imigrantes.
<b>Segmento B3.7</b>	Rever a concepção “Forças e Serviços de Segurança para Segurança Interna e Forças Armadas para Segurança Externa”.
<b>Questão C1</b>	
<b>“Que medidas a UE tem adoptado para prevenir e fazer face a estes movimentos</b>	

<b>migratórios?”</b>	
<b>Segmento C1.1</b>	Poucas e insuficientes.
<b>Segmento C1.2</b>	Temos a FRONTEX, que se tem mostrado manifestamente insuficiente.
<b>Segmento C1.3</b>	Política de quotas, distribuição dos migrantes, política essa que não está a resultar.
<b>Segmento C1.4</b>	Financiou a Turquia para a instalação de campos de refugiados em território Turco.
<b>Segmento C1.5</b>	A Europa está em processo de rever a sua Estratégia de Segurança.
<b>Segmento C1.6</b>	As sociedades Europeias têm privilegiado o multiculturalismo diferencialista ao invés do multiculturalismo assimilacionista que favorece a integração.
<b>Questão C2</b> <b>Que medidas ainda faltam implementar que na sua opinião sejam necessárias?</b>	
<b>Segmento C2.1</b>	Desenvolver e adoptar Políticas de Integração.
<b>Segmento C2.2</b>	Resolver o problema na origem.
<b>Segmento C2.3</b>	Tem de continuar a haver uma preocupação de natureza humanitária.
<b>Segmento C2.4</b>	Definir uma linha de atuação da Europa.
<b>Segmento C2.5</b>	Dar atenção às políticas de vizinhança.
<b>Segmento C2.6</b>	Aceitar diferenças de carácter cultural e religioso sem perder ou dissolver a identidade Europeia.
<b>Segmento C2.7</b>	Financiamento, investimento em Forças Armadas, equipamento e treino.
<b>Questão D1</b> <b>“Com a crise migratória e consequente facilidade de entrada de possíveis terroristas dentro da Europa “camuflados” no meio de refugiados têm surgido diversas opiniões, falando-se já em radicalização dentro de fronteiras Europeias. Qual é a sua opinião?”</b>	
<b>Segmento D1.1</b>	Concordo, esse problema é real.

## Apêndice D - Análise de Resultado da Questão A1

Tabela 4 - Análise de Resultados da Questão A1

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Segmentos</b>
<b>E1</b>	Neste momento um dos problemas graves que a circunstância mundial está a enfrentar, é que os tratados estão a ser vencidos pelas memórias. Este movimento de expansão muçulmano que já ameaça também a nossa península, tem memória que foi império. E a impressão que dá, é que há um conflito em que a memória esta a ganhar. É um movimento muito grave.	<b>A1.1</b>
	Os grandes conflitos em geral começam por um pequeno incidente, Temos de ter atenção a alguns alarmes, temos um sistema de segurança e defesa da europa, que se esqueceu de averiguar quais eram as fronteiras amigas.  Na Europa deve haver 30 a 40 milhões já fixados. Há uma declaração do Kadhafi, em que ele incitava a emigração para a Europa dizendo que dentro	<b>A1.2</b>

	de 50 anos são a maioria.”	
<b>E2</b>	Sim estão. Esta situação está a causar divisões entre os Estados europeus, estando em causa o acordo de <i>Schengen</i> e evidentemente quando este acordo é posto em causa, a nossa segurança também está posta em causa.	<b>A1.1</b>
<b>E3</b>	Sim. As sociedades Europeias, são cada vez mais sociedades multiculturais e o tipo de multiculturalismo que a Europa está a adoptar não tem promovido a integração. Pelo contrário, está se a facilitar a instalação dos imigrantes e a manutenção das suas realidades culturais que transportam e que querem cá ver ser impostas.	<b>A1.1</b>
<b>E4</b>	Sim, de alguma forma estarão, embora não seja em ligação direta com o movimento de refugiados, isso por si só não tem implicações na segurança. Tudo o que tem a ver com movimentos de pessoas e bens tem a ver com a segurança. A anormalidade pode ser um número, um número muito mais elevado do que aquilo que estamos habituados.	<b>A1.1</b> <b>A1.3</b>
<b>E5</b>	Os movimentos desregulares estão. Se eu fosse islamita fazia isso de uma forma sustentável durante a próxima década, facilmente conquistava a Europa.	<b>A1.1</b>
<b>E6</b>	Se me perguntar se as migrações são uma ameaça para a Europa, enquanto União Europeia, eu considero que elas podem ser efetivamente uma ameaça. E podem sê-lo por diferentes fatores. A imigração tem um impacto brutal na Segurança da Europa, por causa da sua coesão, enquanto projeto político e económico, no espaço <i>Schengen</i> . Tem a questão da absorção e marginalização de massas populacionais brutais que se sentem injustiçadas pelo sistema Europeu e em certa medida têm razão, mas nós não os conseguimos assimilar, porque são demasiadas pessoas. E finalmente o ultimo factor, que é tornar a Europa mais permeável a organizações terroristas e criminosas.	<b>A1.1</b>
<b>E7</b>	Não podemos ter uma resposta imediata sem se analisar mais aprofundadamente o problema. Estamos muito em cima do assunto e temos de ter um certo distanciamento para perceber quais serão os efeitos destes movimentos migratórios. No entanto a questão da segurança está permanentemente em cima da mesa. As instituições europeias não estão a saber lidar com o problema. Que efeitos é que isso pode ter? Podemos antecipar alguns, no entanto a opinião pública passa muito por pensar que	<b>A1.1</b> <b>A1.3</b>

	existem muitos terroristas por meio destes movimentos, e tenho algumas dúvidas sobre a dimensão dessa realidade. A dimensão deste fenómeno pode exagerada pela comunicação social.	
--	--	--

## Apêndice E - Análise de Resultado da Questão A2

Tabela 5 - Análise de Resultados da Questão A2

E	Ideias principais	Segmentos
E1	Estes movimentos migratórios são de facto um problema. Está em conflito o cumprimento dos deveres humanitários que aliás constam de convenções internacionais, a capacidade de recolhimento e a segurança. E este conflito é perigoso. Quando se levantam muros, vê-se que o conflito entre a segurança e os direitos humanitários, está evidente. E nós temos que perceber que esse conflito existe. Estamos a ver nascer na Europa movimentos reacionários, de divisão dos países (caso da Espanha, Bélgica, Inglaterra...). A própria unidade da Europa está a ser abalada. Existe portanto o conflito entre cumprir os deveres humanitários, a segurança e capacidades. E as capacidades têm que ver com a crise financeira e Económica, a Grécia que esta envolvida naquela crise financeira terá capacidade para receber toda aquela gente? Este movimento de expansão muçulmano que já ameaça também a nossa península.	A2.1 A2.2 A3.4 A2.3 A2.7
E2	No meio destes movimentos vêm com certeza indivíduos temporariamente inativos para quando possível conduzirem ações terroristas e ações que vão contra a matriz das nossas sociedades Europeias. Por outro lado porque estamos a gerar um grupo novo de excluídos, que podem acabar por desenvolver ou serem aliciados para desenvolver estas ações. Em terceiro lugar porque isto está a causar divisões entre os Estados europeus, estando em causa o acordo de <i>Schengen</i> e evidentemente quando este acordo é posto em causa, a nossa segurança também está posta em causa.	A2.1 A2.2 A2.4 A2.5
E3	A maior ameaça será a constituição de espaços radicalizados onde indivíduos extremistas conseguem impor a sua culturas e a sua sharia. Esses espaços radicalizados contam com o apoio da população. Não há duvida que uma das maiores ameaças desses movimentos migratórios é a	A2.4 A2.5

	<p>radicalização que se consegue em determinado espaço das nossas sociedades multiculturais, onde dificilmente as autoridades conseguem fazer controlo, e quando tentam fazer controlo ela já cedeu. Bruxelas e Paris são um caso típico. Conseguem influenciar a opinião pública ocidental pela intimidação e demonstrando a sua fragilidade.</p>	
<b>E4</b>	<p>Os movimentos migratórios não representam em si nenhuma ameaça. Pode haver, dentro dos movimentos migratórios, a utilização desses mesmos movimentos, por parte de algumas pessoas, que os utilizem para atingir outros fins. Empurrar, ou criar condições instáveis nos países de origem, de modo a forçar a ausência das pessoas e que elas não tenham direção, pode ser uma indicação de uma intenção, no entanto não são as pessoas em si que são uma ameaça, a ameaça é obviamente aquilo que se pode utilizar a partir daí.</p>	<b>A2.5</b>
<b>E5</b>	<p>O grande problema é a difícil integração dessas comunidades no seio do mundo ocidental. Políticas de integração ou de assimilação? Se for tendencialmente assimilação eles têm de ser assimilados e não nós sermos assimilados por eles. Nós estamos a ser muito permissivos, o pior caso disso são os franceses, os belgas e os ingleses, com políticas que consentem uma grande autonomia cultural e jurídica para aquelas comunidades, dá-lhes muita liberdade de ação, principalmente com as segundas e terceiras gerações. Essa é a grande ameaça, falta de integração na nossa comunidade. Essa falta de integração pode tornar essas populações susceptíveis de serem recrutadas por organizações terroristas. Se eles impuserem na ordem jurídica as condições deles então alguma coisa está mal. Depois temos a questão da demografia, eles reproduzem-se a um ritmo muito superior ao nosso.</p> <p>Eles já ca viveram 7 séculos, nós é que nos esquecemos disso. A história é cíclica. O nosso sistema de crenças está em causa, os nossos valores estão todos em causa, quem mais tem a perder com isso são as mulheres, é um retrocesso civilizacional muito grande. São as debilidades das civilizações modernas e dos sistemas que governam sem grande orientação estratégica, por ciclos eleitorais, é a decadência.</p> <p>A Europa tem falta de meios militares. Políticas para controlar os fluxos, pois com certeza por esses fluxos vem muita gente mal-intencionada, como indivíduos pertencentes a organizações terroristas.</p>	<b>A2.3</b> <b>A.2.4</b> <b>A2.5</b>
<b>E6</b>	<p>De várias ordens. Primeiro, ameaçam a coesão e organização enquanto</p>	<b>A2.1</b> <b>A.2.2</b>

	<p>organização política assente em valores como a solidariedade e a liberdade. Ameaçam um dos pilares da UE, que é o espaço <i>Schengen</i>. Ameaçam provocar uma alteração significativa no tecido económico e na organização política e social do Estado.</p> <p>Existe uma outra ameaça que é extremamente importante, que é a ameaça demográfica. Massas de cidadãos com uma matriz cultural completamente diferente e a reproduzirem-se a um ritmo muito superior, é uma ameaça significativa e não sei se é um risco que nós queremos correr. Não estou a dizer que não devemos ajudar estas pessoas e que não devemos permitir que muitas delas fiquem cá, mas devemos ter consciência que devemos fazer algo ao mesmo tempo que fazemos isso.</p> <p>Proliferação de guetos na Europa, população que não está assimilada e que se sente injustiçada e que incorre em atividades criminosas e ações terroristas. A Europa tornou-se agora mais permeável a organizações terroristas e criminosas.</p>	<b>A2.3</b> <b>A2.4</b> <b>A2.5</b> <b>A2.6</b>
<b>E7</b>	<p>A questão da segurança está permanentemente em cima da mesa.</p> <p>Há uma ameaça para estrutura da Europa. As instituições europeias não estão a saber lidar com este fenómeno. Sempre existiram movimentos migratórios, este fenómeno ganha neste momento dimensão por causa do terrorismo. Se há uma ligação direta entre este fenómeno e o terrorismo, é um ponto de interrogação.</p>	<b>A2.1</b> <b>A2.6</b>

## Apêndice F – Análise de Resultado da Questão B1

Tabela 6 - Análise de Resultados da Questão B1

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Segmentos</b>
<b>E1</b>	<p>Pode, por uma coisa que eu tenho chamado o “poder funcional”. E porque? Pela posição geográfica. Tudo o que acontece no Mediterrâneo e no Atlântico Norte e no Atlântico Sul acaba por ter efeitos em Portugal.</p> <p>Eles próprios já anunciam o território que lhes interessa, que é nosso, a gente não se pode esquecer que eles estiveram cá oito séculos. Já começaram a falar no “al andaluz”, portanto nós não estamos fora desse problema.</p>	<b>B1.1</b> <b>B1.4</b>
<b>E2</b>	<p>Pode. A lógica do terror é surpreender e chocar, e portanto o terror não age com critério de culpabilizar, ele age onde tem facilidade de agir e</p>	<b>B1.1</b> <b>B1.3</b> <b>B1.5</b>

	<p>onde isso possa ter muito eco. Há depois uma outra teoria, que diz que aqui ainda não aconteceu nada, porque nos “master minders” destes processos todos, há a ideia de deixar Portugal e a Espanha mais à parte destes movimentos migratórios, para serem mais sossegadamente rotas de tráficos ilícitos (droga e não só) ... evidentemente onde está todo o policiamento para evitar ou controlar a entrada de refugiados é muito mais complicado passar droga, pessoas ou armas.</p>	
<b>E3</b>	<p>Nos ca ainda não sentimos esse problema. A parte da população muçulmana que ca temos é reduzida, e além de ser reduzida, a maior parte não professa o islão radical. Como não são em número muito elevado, as autoridades de uma forma ou de outra conseguem monitoriza-los. No entanto podemos ser um alvo de oportunidade a qualquer momento, se eles perceberem que numa acção aqui vão ser ouvidos a nível mundial. Os nossos serviços de Informações estão ligados com os Serviços de Informações exteriores, e à partida movimentos suspeitos serão alertados.</p>	<b>B1.1</b> <b>B1.3</b> <b>B1.5</b>
<b>E4</b>	<p>Quem quiser entrar no nosso país para fazer alguma coisa ou querer provocar algum dano, provavelmente nem sequer virá através dos movimentos migratórios, ade vir de outras formas, ade arranjar outras formas de entrar, mas também pode vir daí! A ameaça não são os movimentos migratórios por si só, a ameaça são aqueles que podem ter intenções de fazer mal ou querer causar algum dano a Portugal.</p>	<b>B1.1</b> <b>B1.3</b>
<b>E5</b>	<p>Sim, pode. Quando os outros países Europeus já não os quiserem lá, eles vêm cá parar.</p>	<b>B1.1</b> <b>B1.4</b>
<b>E6</b>	<p>Naturalmente que sim. Primeiramente por uma questão demográfica.</p> <p>Quando falamos da criação de guetos isto pode acontecer, apesar de que em Portugal, a acontecer, venha a acontecer com menor impacto, pois uma coisa que fazemos bem é integrarmo-nos noutros espaços e integrar pessoas cá em Portugal. Mas considero que o impacto será maior, se tivermos fronteiras fechadas, se esta situação efetivamente causar a falta de coesão no seio da UE, isso é um problema efetivamente, pois países periféricos como o nosso vão sofrer mais com isso, Portugal especialmente, porque uma das grandes ameaças à integridade nacional, apesar de não ser palpável, reside numa eventual desagregação das relações no centro da Europa. A desagregação da UE para Portugal é atroz, um risco brutal.</p>	<b>B1.1</b> <b>B1.2</b> <b>B1.3</b> <b>B1.4</b>



<b>E7</b>	Este fenómeno pode afectar qualquer país da UE. Ainda que a acontecer venha a ser com uma menor dimensão.	<b>B1.1</b> <b>B1.3</b> <b>B1.5</b>
-----------	---	---

## Apêndice G - Análise de Resultado da Questão B2

**Tabela 7 - Análise de Resultados da Questão B2**

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Segmentos</b>
<b>E1</b>	Não há uma segurança Nacional independente da União Europeia. As nossas forças armadas perceberam perfeitamente a autonomia de uma coisa que se chama a estratégia do saber, sabem, mas no entanto, infelizmente, os meios não correspondem. A Ação Política tem sido praticamente nula.	<b>B2.1</b> <b>B2.2</b>
<b>E2</b>	Depende sempre da escala do problema. Mas o país deverá ter que ter sempre uma capacidade razoável para responder a estas questões. O modelo que hoje nós temos está no zénite da tolerância constitucional, mas não podemos ter a constituição como prisão das nossas próprias necessidades. Para algumas respostas a essa questão, as FA têm capacidades extremamente valiosas que utilizadas complementarmente às das Forças e Serviços de Segurança, e tem mesmo capacidades que ninguém mais tem.	<b>B2.3</b> <b>B2.4</b>
<b>E3</b>	Ao contrário de outros países europeus, ainda não atingimos patamares preocupantes. No entanto, os nossos serviços de Informações estão ligados com os Serviços de Informações exteriores, e à partida movimentos suspeitos serão alertados.	<b>B2.1</b> <b>B2.4</b>
<b>E4</b>	Estas ameaças que podem vir “camufladas” têm que ter sempre uma resposta colectiva. Os Estados têm uma parte a dizer, mas é uma parte que é a ultima de todas. O mais importante é o da segurança cooperativa e da segurança colectiva no âmbito das alianças e que fazemos parte, da união de que fazemos parte, é assim que temos que entender. E temos que fazer o nosso trabalho, temos que fazer a nossa cota parte, a parte que nos corresponde.	<b>B2.1</b>
<b>E5</b>	Na nossa dimensão temos que conseguir dar resposta. Portugal é um país que sabe integrar pessoas. O caso dos retornados é um exemplo.	<b>B2.2</b> <b>B2.3</b>

	Tem que se gastar 2% do PIB com as FA. Apenas 5 países da NATO gastam 2 % do PIB, e os outros 23? Portugal gasta 1%. E com isto vamos acrescentar À crise financeira e económica uma crise de segurança. Andamos a dizer isto desde 2011, e ela já aí está.	
<b>E6</b>	<p>Creio que Portugal, tem algumas capacidades e algumas muito importantes, para garantir a sua defesa. Desde os Serviços de Informações, passando pelas FA às Polícias, temos de facto algumas capacidades. Temos ainda relações com países que também nos dão de certa medida alguma proteção.</p> <p>Se me perguntar, se isoladamente, conseguimos conter uma ameaça de natureza das migrações, terrorismo, criminalidade internacional organizada, naturalmente que não conseguimos, mas também dificilmente algum Estado vai conseguir.</p> <p>Em Suma: temos bons instrumentos, instrumentos capazes, isoladamente insuficientes, mas que se forem criteriosamente geridos e pensados estrategicamente, na sua concepção e na sua aplicação, podem ter resultados muito superiores àquilo que é a soma das suas pequenas partes.</p>	<b>B2.1 B2.2 B2.4</b>
<b>E7</b>	<p>Eu quero crer que sim. Os fenómenos terroristas são sempre imprevistos e imponderáveis. Hoje em dia os terroristas gostam de atacar o quotidiano das pessoas normais, porque isso mete mais medo. Eu quero acreditar que Portugal te os meios para responder, no entanto não acredito que nenhum Estado esteja suficientemente preparado para os efeitos de um ato terrorista. Mas os Serviços de Informações têm um papel crucial nesta questão, pois por cada ataque que vence, há muitos que são prevenidos.</p>	<b>B2.3 B2.4</b>

## Apêndice H - Análise de Resultado da Questão B3

Tabela 8 - Análise de Resultados da Questão B3

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Segmentos</b>
<b>E1</b>	Dos que entram é necessário fazer uma distinção, uma triagem, dos que são imigrantes à procura de melhores condições de vida, os que são refugiados, e os perigosos.	<b>B3.6</b>
<b>E2</b>	Na perspectiva da segurança, Portugal tem que rever esta concepção, completamente desfocada da realidade, completamente peregrina, de que Forças e Serviços de Segurança para Segurança Interna e Forças Armadas	<b>B3.7</b>

	para segurança externa. Segurança Interna e Segurança Externa são hoje conceitos completamente insusceptíveis de serem muito marcadamente enunciados, são duas faces da mesma moeda. Isto só será ultrapassável com uma revisão constitucional.	
<b>E3</b>	Adoptar boas políticas de acolhimento e integração não a rotura com a nossa cultura e valores de liberdade que nos caracteriza.	<b>B3.4</b>
<b>E4</b>	Ter políticas fortemente integradoras. Tentar obviamente que tudo seja feito dentro da legalidade e um enorme espírito de cooperação com as entidades com quem colaboramos. Temos de ter critérios de segurança e que os cidadãos sejam registados.	<b>B3.4</b>
<b>E5</b>	Portugal tem de ter fortes políticas de integração. Serviços de Informação e Intel alertas a processos de radicalização. Rever a questão da utilidade das FA para Segurança Interna, conjugadas com as FS.	<b>B3.3</b> <b>B3.3</b> <b>B3.7</b>
<b>E6</b>	Investir e mobilizar os outros países membros da UE para investirem no FRONTEX. Investir nas missões militares da NATO na região do Norte de África, as que já existiram e as que poderão vir a existir, as da ONU (surgem sinais de que em breve vai haver uma intervenção da ONU na reestruturação do Norte de África e do Médio Oriente), e naturalmente, investir e desenvolver ainda mais os seus Serviços de Informações, desenvolver as relações internacionais destes Serviços de Informações, porque os nossos <i>per si</i> são insuficientes, mas são muitos potenciados pelas relações que têm com os serviços americanos, espanhóis, alemães, franceses, ingleses, italianos... Apostar na criação de <i>Hard Power</i> , guardas costeiras, unidades navais e missões navais ao abrigo das organizações internacionais a que pertencemos, investir nos Serviços de Informações e nas suas relações com os Serviços dos países com quem nos relacionamos mais proximamente. Políticas de integração. Rever a concepção “Forças e Serviços de Segurança para Segurança Interna e Forças Armadas para Segurança Externa”.	<b>B3.1</b> <b>B3.2</b> <b>B3.3</b> <b>B3.4</b> <b>B3.5</b> <b>B3.7</b>
<b>E7</b>	Talvez a cooperação no Domínio dos Serviços de Informações dos vários Estados. Penso que a cooperação entre os Estados é o elemento charneira. Os nossos Os nossos Serviços de Informações têm que estar atentos a eventuais indícios de radicalização nomeadamente em mesquitas no nosso país.	<b>B3.3</b>

	Políticas de integração são igualmente fundamentais.	
--	--	--

## Apêndice I - Análise de Resultado da Questão C1

Tabela 9 - Análise de Resultados da Questão C1

E	Ideias principais	Segmentos
E1	Medidas tem tomado poucas. Já há um grupo de trabalho que foi constituído, para articular melhor os serviços de informação de todos os países, rever a validade e estrutura da FRONTEX, e a tal declaração da comissária responsável pela Segurança e Defesa da Europa, que declarou que é preciso um exército. Até agora estão a discutir, vamos lá ver as conclusões.	C1.1 C1.2 C1.5
E2	Poucas e insuficientes. A política das quotas é um exemplo, que não tem resultado. É uma política completamente artificial. A Europa está agora no processo de rever a sua estratégia de segurança, que deverá ser aprovada em Dezembro no Conselho Europeu.  A Europa tem um problema, perante essas pessoas todas, que, recebendo-os ou já ca os tendo, aceitar diferenças de carácter cultural, de matriz religiosa, mas faze-lo sem perder ou dissolver a identidade Europeia própria. Reconhecer direitos e singularidades é natural e legítimo é uma forma de respeito pelos direitos humanos, mas até onde e de que modo é que isso se passa sem quebrar a identidade Europeia?	C1.1 C1.3 C1.5 C1.6
E3	Poucas e insuficientes.  Na Alemanha estão a fazer um projeto lei, para chegarem a um acordo, para forçar a integração, não só pela obrigação a aprender a língua, a lei, os usos e costumes locais demonstrando que o querem fazer. Para além disso nesse projeto inclui-se a hipótese de que as autoridades alemães é que decidem onde é que eles se fixam, distribuindo-os e forçando-os a não ficarem unidos.  As sociedades europeias têm privilegiado o multiculturalismo diferencialista, que reconhece a diferença e a formação de comunidades culturais em vez de multiculturalismo assimilacionista que favorece a integração.	C1.1 C1.6

<b>E4</b>	A União Europeia tem mostrado algumas dificuldades em resolver o problema na origem.	<b>C1.1</b>
<b>E5</b>	<p>Tem a FRONTEX, paga aos Turcos para não os deixarem passar e para instalarem campos de refugiados no seu território. A queda do Kadhafi foi um dos fatores determinantes para que agora os migrantes e refugiados passem todos por aquela zona. E foram os Europeus que causaram esse problema na Líbia, sobretudo os Franceses e Ingleses. O Ocidente andou a incendiar à volta do seu quintal, no Iraque, na Síria, agora sofremos as consequências.</p> <p>Existem abonos excessivos em determinados países Europeus. O grande problema é a difícil integração dessas comunidades no seio do mundo ocidental. Políticas de integração ou de assimilação? Se for tendencialmente assimilação eles têm de ser assimilados e não nós sermos assimilados por eles. Nós estamos a ser muito permissivos, o pior caso disso são os franceses, os belgas e os ingleses, com políticas que consentem uma grande autonomia cultural e jurídica para aquelas comunidades, dá-lhes muita liberdade de ação, principalmente com as segundas e terceiras gerações.</p>	<b>C1.1</b> <b>C1.2</b> <b>C1.4</b> <b>C1.6</b>
<b>E6</b>	<p>A UE tem um serviço de “polícia marítima” que é o FRONTEX que conjuga as capacidades de polícias marítimas e guardas costeiras dos países da Europa e que tem colocado no mediterrâneo, para de certo modo garantir a segurança das populações que em condições precárias atravessam o mediterrâneo mas também para evitar que essas populações cheguem cá. No entanto este serviço tem-se mostrado manifestamente insuficiente.</p> <p>A UE, em Conselho, através dos chefes de Estado e de governo da UE decidiram proceder a uma distribuição dos migrantes que chegavam à Europa pelos seus estados membros, que não está a resultar,</p> <p>A UE financiou a Turquia na instalação de campos de refugiados em território Turco. Ou seja, estamos a dizer à Turquia que lhes pagamos a instalação de campos de refugiados, pagamos para eles receberem os refugiados no seu território.</p>	<b>C1.1</b> <b>C1.2</b> <b>C1.3</b> <b>C1.4</b>
<b>E7</b>	<p>A UE não tem tido capacidade de dar uma resposta integrada.</p> <p>Deve-se olhar para as causas do problema, e deve-se ter em conta aquilo que foi a intervenção do mundo ocidental nos países de origem desses mesmos migrantes.</p>	<b>C1.1</b>

	A Europa não tem uma política coerente de vizinhança.	
--	---	--

## Apêndice J - Análise de Resultado da Questão C2

Tabela 10 - Análise de Resultados da Questão C2

E	Ideias principais	Segmentos
E1	<p>Se quisermos estabelecer a segurança do Atlântico Sul, que precisa de ser estabelecida (a criminalidade marítima e o tráfico aumentou), a linha que separa o Atlântico Norte do Sul, mete Madeira, Açores, Cabo Verde, Canários, São Pedro e São Paulo e lá estamos nós envolvidos</p> <p>É necessário criar previsões orçamentais para a necessidade de um exército.</p> <p>Temos um sistema de segurança e defesa da europa, que se esqueceu de averiguar quais eram as fronteiras amigas.</p> <p>Pode-se resolver o problema das migrações que passam pelo mediterrâneo, sem ir à fonte? À empresa que organiza a viagem...sem ir ter com o complexo industrial que vende as armas para as crianças combaterem nos conflitos do cabo ao cairo? Não é possível. Estes problemas existem.</p> <p>É necessário criar um Conceito Estratégico Europeu.</p>	<p>C2.2</p> <p>C2.3</p> <p>C2.5</p> <p>C2.7</p>
E2	<p>A primeira dimensão é uma preocupação de natureza humanitária. A Europa, um espaço rico e desenvolvido, não pode ficar alheia ao sofrimento das pessoas.</p> <p>A Europa tem necessariamente que ter uma preocupação ao nível da segurança, com potenciais indivíduos ligados fundamentalmente aos processos jihadistas, radicais de matriz islâmica. Definir uma visão do seu papel no mundo e uma linha de atuação da Europa, tendo que ser um ente capaz de agir onde os seus interesses estão em causa.</p> <p>A Europa tem de dar também muito mais atenção Às suas políticas de vizinhança, políticas que têm que assentar numa dimensão política e estratégica. Agir num contexto de Peace building, sempre ao abrigo de resoluções e consequentes mandatos legitimados pelo CSNU. É importante haver políticas de integração económica e social, integração política, já com regras, sendo o mais delicado a assimilação cultural. Era desejável que os imigrantes fossem aculturados, respeitando diferenças, e obviamente não se impondo a ninguém. Devemos aceitar diferenças de carácter cultural, de</p>	<p>C2.1</p> <p>C2.2</p> <p>C2.3</p> <p>C2.4</p> <p>C2.5</p> <p>C2.6</p>

	matriz religiosa, mas fazê-lo sem perder ou dissolver a identidade Europeia própria.	
<b>E3</b>	<p>Exigências de integração nos valores europeus respeitando, porém o direito do credo moderado. Exige-se que se tornem cidadãos de corpo inteiro respeitadores dos princípios e valores constitucionais e que o demonstrem se se tornar necessário proteger a Pátria.</p> <p>Sensibilizar os indivíduos “moderados” da população muçulmana e integrados na nossa sociedade a alertar as autoridades.</p>	<b>C2.1</b> <b>C2.6</b>
<b>E4</b>	A Europa é um “país” de emigrantes e de imigrantes e como tal tem que ter regras e tem que ter princípios para poder acolher e para deixar partir. Haver uma determinação política muito forte, tem que contribuir para travar esta situação que se vive em muitos países, de zonas de caos, de enorme violência e de falta recursos, para que as pessoas se possam sentir bem no país onde estão e não façam parte de uma imigração anormal em número e em espécie, aí é que está o verdadeiro eixo do problema. Criar condições, ajudar a edificar sociedades e criar condições para que as pessoas possam viver.	<b>C2.2</b> <b>C2.3</b> <b>C2.4</b>
<b>E5</b>	<p>Resolver os problemas na origem, politicamente e militarmente (No Iraque, na Líbia e na Síria). Políticas de desenvolvimento nessas áreas. Devemos estancar o problema, e é necessário usar a força. Depois vêm as políticas de desenvolvimento. Nós não conseguimos distinguir a estratégia da política, e a Estratégia não é política! A Estratégia tem a ver com o alcançar objetivos bem definidos, e apoiar a política. Nós devemos ter ligações com os países muçulmanos, comercializar com eles, cooperar com eles, mas cada um no seu sítio. Não quer dizer que não haja migração, mas primeiro tem de se resolver o problema da guerra e adoptar políticas de desenvolvimento, fixá-los lá.</p> <p>Devíamos ligar-nos à Rússia, eles sabem combater. A Europa tem falta de meios militares. Políticas para controlar os fluxos, e ter atenção aos abonos excessivos. Isto não tem uma solução militar, mas pede-se pela intervenção militar, velha máxima da Guerra Contra Subversiva. Tem que haver componente militar. E depois tem de haver as outras componentes da Estratégia Total dos Estados. Tem que se gastar 2% do PIB com as FA. Apenas 5 países da NATO gastam 2 % do PIB, e os outros 23? Temos 1%. E com isto vamos acrescentar À crise financeira e económica uma crise de segurança. Andamos a dizer isto desde 2011, e ela já aí está.</p>	<b>C2.1</b> <b>C2.2</b> <b>C2.7</b>

	Os imigrantes não podem ser postos à margem, isso provoca a criação de guetos e isso só acaba por trazer mais problemas.	
<b>E6</b>	<p>Primeira: Considero importantíssimo que a UE desenvolva as suas capacidades militares navais, a sua FRONTEX, no sentido de controlar as suas águas, os movimentos no mar Mediterrâneo no Atlântico Norte e no Báltico, e isto implica refinanciamento, investimento em Forças Armadas, equipamentos militares e em treino.</p> <p>Depois há uma segunda medida que é: No seio da UE, os seus Estados membros conseguirem falar uma só voz.</p> <p>Uma terceira medida que me parece ser muito importante é a UE como um todo, perceber que, a sua segurança é garantida através de diversas atividades no seu próprio território, mas também é mantida por diversas atividades fora dele. Também no Médio Oriente, me parece que, se o problema da desorganização e reestruturação do Iraque e da Síria carecem de resolução urgente, parece-me que a UE devia tomar uma posição forte relativamente a isso, porque também daquela região e da estabilidade daquela região depende a nossa segurança.</p> <p>Desenvolver políticas de integração.</p>	<b>C2.1</b> <b>C2.2</b> <b>C2.4</b> <b>C2.7</b>
<b>E7</b>	<p>A UE não tem tido capacidade de dar uma resposta integrada.</p> <p>Deve-se olhar para as causas do problema, e deve-se ter em conta aquilo que foi a intervenção do mundo ocidental nos países de origem desses mesmos migrantes.</p> <p>A Europa não tem uma política coerente de vizinhança.</p> <p>Diálogo intercultural, educação inclusive.</p> <p>Controlo das Fronteiras Externas.</p> <p>Os Serviços de Informação são essenciais.</p> <p>Atuação cooperativa e integrada por parte da Europa. É necessário haver políticas de integração. Não esquecendo o apoio humanitário, que é essencial.</p>	<b>C2.1</b> <b>C2.2</b> <b>C2.3</b> <b>C2.5</b>



## Apêndice L - Análise de resultado da questão D1

Tabela 11 - Análise de Resultados da Questão D1

<b>E</b>	<b>Ideias principais</b>	<b>Segmentos</b>
<b>E1</b>	O recrutamento para determinadas organizações, de alguns já com nacionalidade europeia, saem dos tais grupos que são multidões e nunca foram comunidades.	<b>D1.1</b>
<b>E2</b>	Existem segundas e terceiras gerações que representam isso mesmo. Eles não se sentem parte do país de acolhimento nem do país de onde emanaram. Estes lobos perdidos, são muito perigosos.	<b>D1.1</b>
<b>E3</b>	Em determinadas cidades europeias, são já muitos os exemplos de que há um “inimigo” interno que tem por missão a destruição dos valores de liberdade e igualdade caracterizadores da sociedade europeia. Eventuais refugiados poderão agravar a situação, na medida em que sejam radicalizados na sociedade de acolhimento, tarefa facilitada pela comunhão do credo e de costumes, associados a eventuais dificuldades de integração por importação também da cultura de origem.	<b>D1.1</b>
<b>E4</b>	Quanto à radicalização dentro da própria Europa, claro que também existe. Tanto existe como sabemos que existem determinadas topologias. Desde pessoas que aderem aos grupos, Al-Qaeda, Boko Haram, Daesh, Al Shabaab, etc, grupos esses que têm proximidades e com que as pessoas se identificam. Existem os tais lobos solitários. Pessoas que se radicalizam e que têm objetivos em si próprios. Esse risco existe, esse risco é evidente, esse risco poderá se acentuar e é óbvio que temos de ter política para lidar com ele também.	<b>D1.1</b>
<b>E5</b>	Quando eu estava em Bruxelas ardia um carro por noite, em Paris ardem dez. De facto o problema está já no seio da Europa. Não devemos render-nos porque nos vão chamar xenófobos. Temos que combater esses problemas.	<b>D1.1</b>
<b>E6</b>	Efetivamente concordo em absoluto, pois de grosso modo, são os nossos cidadãos que estão a disferir os principais golpes no seio da Europa, e considero que isso se vai manter num longo prazo, se nós não tivermos a	<b>D1.1</b>

	capacidade de integrar essas pessoas, pois elas só o fazem porque vêm que aqui não têm condições para singrar.	
<b>E7</b>	<p>Sim, a migração e o terrorismo podem não ter uma ligação direta. Isso pode ocorrer, pode, mas com certeza que esses representam uma parte muito residual. Cabe-nos a nós ser suficientemente pedagógicos e distinguir migração humanitária de terrorismo. Se nesses fluxos migratórios também vêm terroristas? Seguramente que sim. Mas também é verdade que grande parte dos atos terroristas partem por parte de pessoas que nasceram na Europa. Isso é um grande desafio para a UE. E quais serão as causas? Temos de pensar sobre isso, o que é que leva pessoas que têm a nossa cultura e a nossa forma de viver, a se radicalizarem. Isso é um desafio à inteligência humana.</p>	<b>D1.1</b>

## ANEXOS

### Anexo A - The Global Risks Interconnections Map 2016

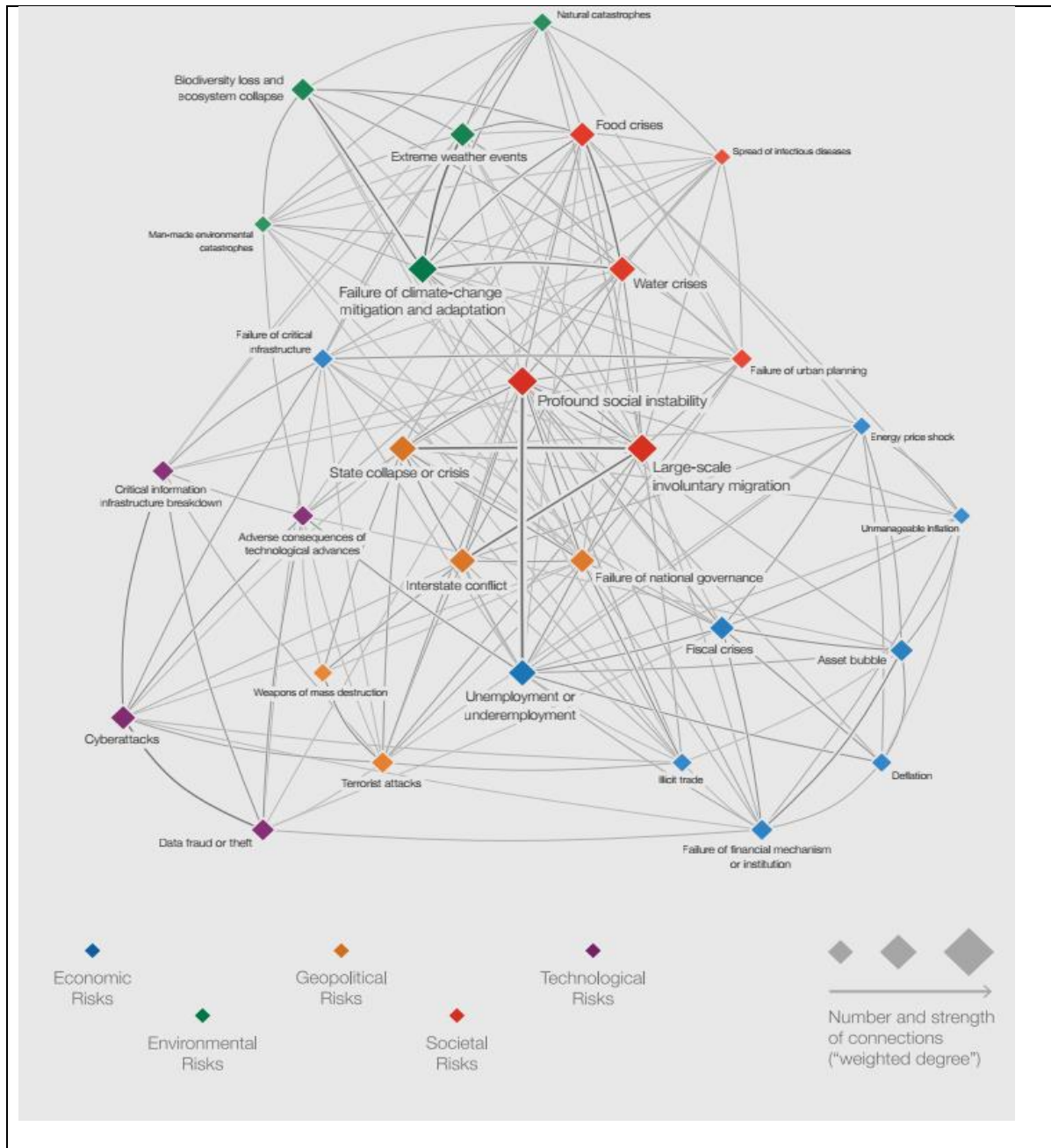


Figura 2 - The Global Risks Interconnections Map 2016

Fonte: World Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*.

## Anexo B - The Changing Global Risks Landscape 2015-2016

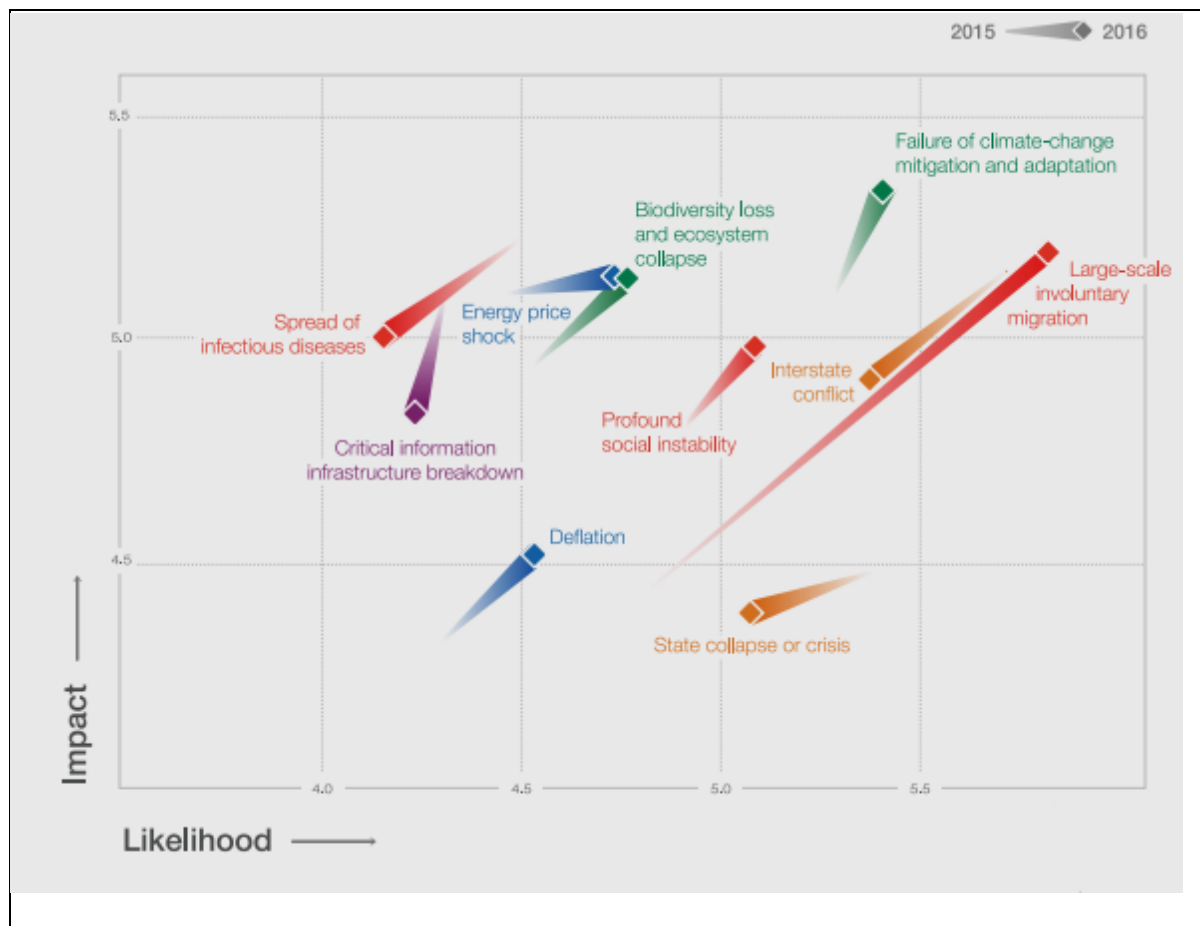


Figura 3 - The Changing Global Risks Landscape 2015-2016

Fonte: World Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*.

## Anexo C – The Global Risks 2016

Top 10 risks in terms of <b>Likelihood</b>	Top 10 risks in terms of <b>Impact</b>	<b>Categories</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1 Large-scale involuntary migration</li> <li>2 Extreme weather events</li> <li>3 Failure of climate-change mitigation and adaptation</li> <li>4 Interstate conflict</li> <li>5 Natural catastrophes</li> <li>6 Failure of national governance</li> <li>7 Unemployment or underemployment</li> <li>8 Data fraud or theft</li> <li>9 Water crises</li> <li>10 Illicit trade</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1 Failure of climate-change mitigation and adaptation</li> <li>2 Weapons of mass destruction</li> <li>3 Water crises</li> <li>4 Large-scale involuntary migration</li> <li>5 Energy price shock</li> <li>6 Biodiversity loss and ecosystem collapse</li> <li>7 Fiscal crises</li> <li>8 Spread of infectious diseases</li> <li>9 Asset bubble</li> <li>10 Profound social instability</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Economic</li> <li>Environmental</li> <li>Geopolitical</li> <li>Societal</li> <li>Technological</li> </ol>

**Figura 4 - The Global Risks 2016**

Fonte: World Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*.

## Anexo D – The Most Likely Global Risks 2016: A Regional Perspective

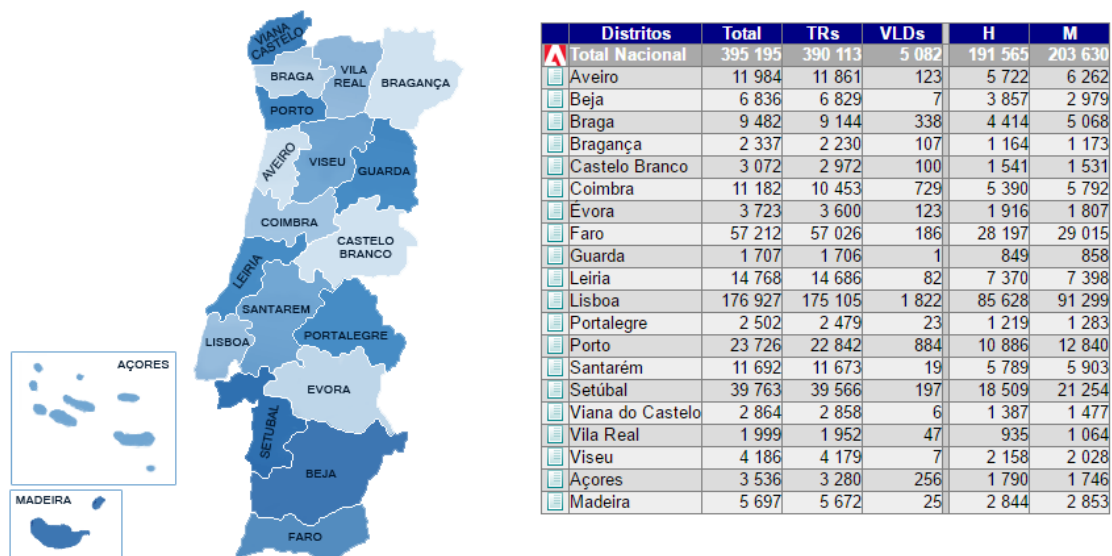


**Figura 5 - The Most Likely Global Risks 2016: A Regional Perspective**

Fonte: World Economic Forum (2016). In *The Global Risks Report 2016, 11th Edition*.

## Anexo E – População Estrangeira Residente em Portugal (2014)

### População Estrangeira Residente em Portugal



**Figura 6 - População Estrangeira Residente em Portugal**

Fonte: SEF (2014). In *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2014*

## Anexo F – Evolução da População Estrangeira Residente em Portugal (2014)

ANO	Títulos de Residência	Concessão e Prorrogação de AP's	Prorrogação de VLD's	TOTAL	VARIAÇÃO %
1980	50.750			50.750	
1981	54.414			54.414	7,22%
1982	58.667			58.667	7,82%
1983	67.485			67.485	15,03%
1984	73.365			73.365	8,71%
1985	79.594			79.594	8,49%
1986	86.982			86.982	9,28%
1987	89.778			89.778	3,21%
1988	94.694			94.694	5,48%
1989	101.011			101.011	6,67%
1990	107.767			107.767	6,69%
1991	113.978			113.978	5,76%
1992	123.612			123.612	8,45%
1993	136.932			136.932	10,78%
1994	157.073			157.073	14,71%
1995	168.316			168.316	7,16%
1996	172.912			172.912	2,73%
1997	175.263			175.263	1,36%
1998	178.137			178.137	1,64%
1999	191.143			191.143	7,30%
2000	207.587			207.587	8,60%
2001	223.997	126.901		350.898	69,04%
2002	238.929	174.558		413.487	17,84%
2003	249.995	183.655		433.650	4,88%
2004	263.322	183.833		447.155	3,11%
2005	274.631	93.391	46.637	414.659	-7,27%
2006	332.137	32.661	55.391	420.189	1,33%
2007	401.612	5.741	28.383	435.736	3,70%
2008	436.020		4.257	440.277	1,04%
2009	451.742		2.449	454.191	3,16%
2010	443.055		2.207	445.262	-1,97%
2011	434.708		2.114	436.822	-1,90%
2012	414.610		2.432	417.042	-4,53%
2013	398.268		3.052	401.320	-3,77%
2014	390.113		5.082	395.195	-1,53%

Figura 7 – Evolução da População Estrangeira Residente em Portugal (2014)

Fonte: SEF (2014). In *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2014*